



Jacques Ribemboim

**PERNAMBUCO
DE FERNÃO**



Editora
Universitária
da UFRPE

A documentação histórica apresenta fortes indícios de que o termo “pernambuco” se referisse ao local de embarque de pau-brasil nos domínios do mercador Fernão de Noronha. O porto seria a “boca de Fernão”, pronunciada pelos indígenas como pernambuka, dando origem ao nome do estado. (pág.15)

O significado do nome de Pernambuco, adotado por séculos, procederia do tupi, a partir da aglutinação dos termos paranã, que quer dizer “rio grande” ou “mar”, e puka, “buraco”. Assim, Pernambuco seria um “buraco no mar”, referindo-se à abertura existente nos arrecifes. Mas, seria essa a explicação correta? (pág.23)

A empresa extrativa do pau-brasil revelou-se bastante lucrativa. Além da madeira, embarcavam-se para a Europa representantes da fauna e flora locais, com destaque para macacos e papagaios. Essa perspectiva de bons negócios fez crescer a presença de aventureiros na costa brasileira, sobretudo franceses, engajados no contrabando de mercadorias. (pág.76)

Jacques Ribemboim

PERNAMBUCO
DE FERNÃO

Jacques Ribemboim

PERNAMBUCO
DE FERNÃO

Edição comemorativa
Bicentenário do Diário de Pernambuco



©Copyright 2015 - Jacques Ribemboim

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução integral ou parcial deste livro por qualquer meio sem autorização prévia.



**UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DE PERNAMBUCO**

Maria José de Sena
Reitora

Maria do Socorro de Lima Oliveira
Vice-reitora

Elisabeth da Silva Araujo
Diretora do Sistema de Bibliotecas



**EDITORA UNIVERSITÁRIA -
EDUFRPE**

Antão Marcelo Freitas Athayde Cavalcanti
Diretor

José Abmael de Araújo
Coordenador administrativo

Josuel Pereira de Souza
Chefe do setor de produção gráfica

Diagramação

Janilson Lemos de Araújo Silva

Capa

Manoel Guerra Casé da Cunha

Revisão

Dulce Albert

Ficha Catalográfica

R484p Ribemboim, Jacques Alberto
Pernambuco de Fernão / Jacques Alberto Ribemboim. – 2. ed.
rev. e ampl. – Recife: EDUFRPE, 2025.
162 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN (físico) 978-85-7946-529-1

ISBN (digital) 978-85-7946-528-4

1. Pernambuco – História 2. Fernando de Noronha,
Arquipélago (PE) 3. Toponímia 4. Pau-brasil 5. Brasil – História –
Descobrimento, 1500 I. Título

CDD 981.34

*Aos meus pais,
José Alexandre e Miriam Ribemboim,
com intensa saudade.*

*E à querida Biu,
nossa gratidão.*

*Nos primórdios do descobrimento,
multidão de aventureiros frequentava a costa brasileira,
buscando o pau-brasil.
Franceses, espanhóis, portugueses
disputavam a aliança dos nativos.
À frente de todos, um homem de passado incerto:
Dom Fernão, o “donô” do Brasil.*

SUMÁRIO

PREFÁCIO, 11

INTRODUÇÃO, 13

O “vai-e-vem” linguístico, 19

PARTE I: A ETIMOLOGIA TUPI, 21

A Tradução do Tupi, 23

Pernambouco (poema de Blaise Cendrars), 42

A Toponímia tupi-guarani, 43

Tupi or not tupi?, 50

Indígenas cortando árvores e comendo gente, 55

O Brasil ilustrado em mapas dos séculos XVI e XVII, 57

PARTE II: A ETIMOLOGIA EUROPEIA, 61

A semântica neolatina, 63

Os judeus no comércio marítimo, 69

Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 72

Fernão de Noronha, 74

Franceses e estrangeiros na costa brasileira, 78

“Pernambouc” se transforma em “Pernambuco”, 83

A disputa pela madeira, 88

As duas bocas de Fernão, 92

Duarte Coelho, 95

Mais polêmica acerca do termo “Pernambuco”, 96

A fiscalização da costa brasileira, 97

Primeiras expedições portuguesas ao Brasil, 100

**PARTE III: A GEONOMÁSTICA DE PERNAMBUCO NA
CARTOGRAFIA, 103**

Pernambuco na cartografia primitiva, 105

O Arquipélago de Fernando de Noronha, 111

A escola cartográfica de Dieppe, 119

Artimanhas políticas, 122

Mapas do século XIX, 127

EPÍLOGO, 131

LISTA DE FIGURAS, 139

REFERÊNCIAS, 145

ÍNDICE ONOMÁSTICO, 153

PREFÁCIO

De acordo com o Dicionário Houaiss, “nome” é um termo que vem do latim *nomen* e tem, entre outros, o significado de “*palavra ou locução com que se designa uma classe de coisas, pessoas, animais, um lugar, um acidente geográfico, um astro, etc.*” Uma outra acepção do termo seria “*palavra que expressa alguma característica de um indivíduo ou circunstância da sua vida, pela qual ele é conhecido*”. Assim como no caso das pessoas, os nomes de lugares podem carregar em si muito da história da localidade que identificam. Alguns dos debates mais intensos e proveitosos da historiografia disseram respeito – direta ou indiretamente – a questões ligadas à toponímia. Isso não acontece por acaso. Um nome nunca é somente um nome. E quando tratamos de um nome de lugar, a importância de sua origem, de seu significado e de sua evolução histórica é ainda maior.

A escrita da história sempre dependeu de testemunhos e vestígios, muitas vezes indiretos, fragmentários, incompletos ou propositalmente produzidos. O pesquisador reúne, critica, seleciona e articula esses vestígios na tentativa de embasar uma explicação verossímil para um problema, de fornecer uma resposta para uma pergunta. Como um detetive, perscruta as fontes de informação em busca de pistas. Circunstanciado pelas normas e regras da pesquisa científica, ele pode imaginar, deduzir, modificar, mas nunca inventar. Suas conclusões podem e devem ser confrontadas e debatidas. Este é o salutar movimento intelectual que ao longo do tempo nos permitiu ampliar e aprofundar os saberes históricos.

No livro *Pernambuco de Fernão*, Jacques Ribemboim realiza um grande esforço investigativo para propor uma nova interpretação ao nome do estado de Pernambuco. Confrontando as interpretações clássicas, propõe uma origem relacionada a Fernando de Noronha,

um personagem importante dos primeiros anos da conquista europeia da América do Sul, mas que ainda é uma figura pouco conhecida e controversa. Aliás, o primeiro século de colonização europeia em Pernambuco resta como uma fase de nossa história sobre a qual pairam muitas dúvidas e imprecisões.

A raridade de documentos e a dificuldade em interpretá-los representam obstáculos nada desprezíveis quando se trata de estudar os tempos donatários desta terra.

Ribemboim não se deixou abater e enfrentou o desafio de adentrar no brumoso terreno do quinhentos pernambucano. Só por isso seu trabalho já teria suficiente mérito. Mas o autor vai além: aborda temas espinhosos, afronta ideias mineralizadas em interpretações e leituras que remontam ao século XVI, realizando um metódico levantamento de dados e expondo de forma clara e sistematizada os resultados de sua pesquisa. Suas propostas são ousadas e certamente estimularão o debate. Oxalá possa dar origem a uma intensa troca de ideias acerca do tema e, por tabela, estimule estudos sobre o contexto histórico que ele tão bem retrata e informa.

Como ressalta – e o leitor poderá confirmar – seu trabalho não é, nem de longe, “*mero diletantismo linguístico*”. Ao contrário, este livro é uma relevante contribuição ao conhecimento de nosso passado, uma vez que, e novamente tomo de empréstimo as palavras do autor, “*o estudo dos nomes dos lugares envolve aspectos culturais, políticos e religiosos essenciais à plena compreensão do fato histórico*”.

George F. Cabral de Souza,
Professor de História da UFPE,
Membro da Academia Pernambucana de Letras.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito a respeito das origens do nome Pernambuco, prevalecendo a tese de Bento Teixeira publicada em seu épico *A Prosopopeia*, no ano de 1601. Para ele, o termo proviria diretamente do tupi, *paraná+puka*, significando “buraco no mar”.

Mas, talvez, não seja essa a explicação correta. Talvez os indígenas houvessem adotado a fala dos portugueses e dos franceses que chegavam ao Brasil em busca de riquezas. A documentação histórica apresenta fortes indícios neste sentido, de que o termo se referisse ao ponto de embarque de pau-brasil nos domínios do mercador Fernão de Noronha, chefe do grupo empresarial que havia arrendado o Brasil ao rei de Portugal, entre 1502 e 1514 (período que pode ter se estendido, formal ou informalmente, por toda a década de 1520).

Naqueles tempos, o território entre a Ilha de Itamaracá e o estuário do Rio Timbó, particularmente o entorno do Canal de Santa Cruz, já era conhecido pelos franceses como *Fernambouc*, uma espécie de “boca de Fernão”, sendo, aqui, o termo “boca” usado com o significado de “embocadura” ou “porto”.

É um momento da história do Brasil em que os direitos de propriedade ainda não estavam claramente definidos e o controle da terra era difícil e disputado. Por toda a costa, abundavam aventureiros de diversas nacionalidades, fazendo o contrabando do pau-brasil e outros produtos tropicais, cooptando os indígenas como aliados e mão de obra, imprescindíveis para o corte das árvores.

Os nativos precisavam trazer as toras até a “boca”, onde estavam os navios e pontos de coleta das mercadorias. O local constituía, portanto, uma espécie de central de intercâmbio entre os indígenas e o homem branco, todos eles reunidos sob o comando de Fernão de Noronha.

Ocorre que, em termos linguísticos, não existe o fonema [f] nas línguas originárias e os indígenas, ao tentarem repetir o idioma dos europeus, trocavam-no por [p]. Além disso, a relação de posse na gramática nativa é feita pospondo-se a coisa possuída à figura do possuidor. Deste modo, a “boca de Fernão” se transformaria rapidamente em *Pernã+buka*, evoluindo, a partir daí, para o atual nome de Pernambuco.

Com o correr dos anos, mapas e documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII passam a grafar Pernambuco das mais diversas maneiras, conforme a língua dos editores. Versões francesas, castelhanas, italianas, flamengas, inglesas ou em latim assinalavam variantes como *Fernambouc*, *Fernambuck*, *Fernam Buquo*, *Pharnambucci*, *Pernambuche* etc. Em todas elas, os sufixos trazem implícito o mesmo nexos de pertinência em relação a Fernão de Noronha. Toda essa evolução e diversidade etimológica em torno do nome “pernambuco” poderá ser apreendida nos muitos mapas e gravuras de época inseridos nas páginas deste livro.

E para corroborar a tese de que o nome de Pernambuco provenha de “boca de Fernão” está o fato de o primeiro donatário da capitania, Duarte Coelho, ao chegar às suas terras e tê-las encontrado com o nome do antigo dono, empenhar-se em rebatizá-la. No mar, o arquipélago já se tornara famoso com o nome de Fernão de Noronha e é provável que Duarte Coelho não desejasse que isso também acontecesse às suas posses no continente.

Deste modo, tratou de chamá-las de “Nova Lusitânia”, mas não obteve êxito. Toda a gente já estava acostumada ao termo “Pernambuco”. Esses “inconvenientes” estariam por trás da posterior interpretação proveniente do tupi que seria vinculada por séculos ao nome da capitania.

É nesse contexto em que se pretende abordar a etimologia da palavra “Pernambuco” associada inequivocamente a Fernão de Noronha, o financista mercador que se transformou em uma espécie de proprietário do Brasil recém-descoberto.

Decifrar a origem de um nome e atestar sua proveniência, seja do tupi, do português, do francês ou de qualquer outro idioma, pode se afigurar como um mero diletantismo linguístico. Mas está longe disso. A pesquisa da toponímia, o estudo dos nomes dos lugares, pode revelar aspectos sociais, culturais e políticos essenciais à plena compreensão do fato histórico, estando sempre à mercê das pressões de sua época.

Tome-se o caso brasileiro, em que, nos primórdios do descobrimento, havia um cuidado redobrado por parte dos navegadores em denominar os acidentes geográficos com o nome do santo do dia ou das celebrações católicas do momento em que fossem avistados.

Assim aconteceu com o Monte Pascoal, o Cabo de São Roque, o Cabo de Santo Agostinho, o Rio São Francisco, a Ilha de Santo Aleixo, a Baía de Todos os Santos. Naqueles tempos de descobertas, ainda não era habitual usar vocábulos indígenas, muito embora dali a algumas décadas passasse a ser corriqueiro.

Na questão do nome de Pernambuco, uma primeira explicação etimológica foi deduzida pelo padre Ruy Pereira, em 1564, semelhante à que depois seria usada por Bento Teixeira nos versos do seu célebre poema, *A Prosopopeia*. Todavia, quando se adentra no cenário social e político da Olinda quinhentista, percebe-se que tanto um quanto o outro pertenciam ao círculo social de Brites de Albuquerque, viúva do donatário Duarte Coelho, e, por conseguinte, estavam ambos, o padre e o poeta, suscetíveis a pressões e favores, sem a possibilidade de isenção.

Mas se o nome do estado de Pernambuco não provém do tupi, por que este atraso de quase cinco séculos para se corrigir o engano?

Em primeiro lugar, é preciso se reconhecer que, no passado, os pesquisadores não possuíam as facilidades dos dias atuais, quando as modernas tecnologias de informação permitem que acervos inteiros de grandes bibliotecas e museus sejam disponibilizados na tela do computador mediante um simples comando remoto. Imagine-se a

rapidez que se consegue na busca por indícios que possam apontar caminhos alternativos.

Em segundo, sendo Fernão de Noronha um cristão-novo, a precisão histórica pode ter sido afastada intencionalmente por puro preconceito ou motivação ideológica.

De qualquer modo, o debate etimológico permanece em aberto. A expectativa é de contribuir para a construção de cenários inovadores acerca dos primeiros trinta anos de Pernambuco em contato com os europeus. Um período ainda pouco conhecido, tempos em que Fernão de Noronha deteve o controle absoluto do espaço, da gente e dos negócios no país recém-descoberto.



O pau-brasil era conhecido pelos indígenas como *ibirapitanga* ou *arabutã*. Na Inglaterra era *brazil-wood* e, na França, *bois de fernambouc* e *bois de teinture*.

Caesalpinia echinata, pau-brasil.
Naturgetreue Abbildungen Aller
In. Litografia colorida à mão, 1845,
255x150mm. Coleção JR.

O “vai-e-vem” linguístico

Os portugueses, sob o comando de Fernão de Noronha, chamavam o porto de embarque de pau-brasil de **“BOCA DE FERNÃO”**.



Os franceses, aliados dos caetés, passam a chamá-lo de **“FERNAMBOUC”**



Os indígenas aprendem tanto com os portugueses quanto com os franceses, e passam a usar a fonética e a gramática tupi: **“PERNAMBUKU”** ou **“PERNAMBUKA”**



Os portugueses pré-duartinos aderem à pronúncia dos nativos e disseminam o nome: **“PERNAMBUCO”**



A partir da administração de Duarte Coelho, procura-se uma explicação de origem tupi para o nome, de modo a dissociá-lo do antigo proprietário.

PARTE I:
A ETIMOLOGIA TUPI

A Tradução do Tupi

A primeira menção ao nome de Pernambuco está nos fragmentos do texto apócrifo¹ de um roteiro português pertencente ao acervo da Biblioteca Britânica, em Londres, no qual está escrito:

“A ylha de fernão buquo, que se chama na língua dos índios tamaraqua, e chama-se fernão buquo o velho, porque esteve ally primeyro huña fortaleza d’el-rei” (sic).

Esta “ylha de fernão buquo” é a ilha de Itamaracá, em cuja extremidade sul, do lado continental, Cristóvão Jacques ergueu uma feitoria durante sua primeira expedição ao Brasil, em 1516, onde, ao que tudo indica, já havia algum tosco baluarte francês.

O significado do nome de Pernambuco, que acabou sendo adotado ao longo dos séculos e está em muitos livros-textos escolares, procederia do tupi, a partir da aglutinação dos termos *paraná*, que quer dizer “rio grande” ou “mar”, e *puka*, “buraco”. Assim, Pernambuco seria um “buraco no mar”, referindo-se à abertura existente nos arrecifes entre Olinda e o Recife ou, mais provável, ao canal de Santa Cruz, ao norte, próximo a Itamaracá.

Na *Prosopopeia*, de Bento Teixeira (1601), lê-se:

*“Em o meio desta obra alpestre e dura
Uma bôca rompeu o Mar inchado
Que na língua dos bárbaros escura
Paranambuco, de todos é chamado.
De Parana que é Mar, Puca – rotura
Feita com fúria dêsse Mar salgado
Que sem no derivar cometer míngua
Cova do Mar se chama em nossa língua.”*

¹ O texto foi escrito por um dos integrantes do *Regimento e Conesemsa da Costa do Brasil*, em data anterior a 1540, compilado no *Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico*, de 1853, conhecido como *Catálogo de Figanière*, p.3, referindo-se a Frederico Francisco Stuart de Figanière e Morão, o 1º Visconde de Figanière.

Figura ao lado: O “buraco no mar” a que aludem os estudiosos para explicar o nome de Pernambuco corresponde ao complexo hídrico estuarino que separa a Ilha de Itamaracá do continente, em particular, na banda sul, no município de Igarassu, onde aportavam as embarcações em busca do pau-brasil. Os primeiros intérpretes quinhentistas, como Gabriel Soares e Bento Teixeira, referiam-se, contudo, à entrada que havia entre os arrecifes, nas proximidades de Olinda.
Google Maps.

Figura abaixo:
Vista de Itamaracá. Óleo sobre madeira.
Gil Vicente, 1987, 410x450mm. Coleção JR.





Ilha de Itamaracá

PE-035

Itapissuma

PE-001

101

PE-035

Igarassu

Coroa do Avião

PE-014

PE-001

101

101

Abreu e Lima

PE-001

PE-022

Para Sebastião de Vasconcelos Galvão (1921), em seu *Dicionário Histórico, Chorográfico e Estatístico de Pernambuco*, não restam dúvidas sobre a origem tupi para o nome, sendo “a primeira denominação geographica de origem indubitavelmente indigena que aparece na cartographia da costa oriental da America do Sul”, referindo-se ao conjunto de mapas conhecido como Kunstmann IV, ou Atlas Miller, de Lopo Homem e Reineis, todos eles desenhados a partir de 1517².

Leonardo Dantas (2001), no livro *Pernambuco – Imagens da Vida e da História*, estabelece:

“Se antes era [o termo] desconhecido, já nos primeiros anos após o descobrimento, o vocábulo Pernambuco, em suas diversas formas primitivas, como *Perñabuquo* e *Fernambouc*, ambas originárias da forma tupi (*Paraná-puka*), se fazia presente nas cartas e mapas dos portugueses”.

Uma segunda hipótese é levantada também a partir do tupi, *paraná+mbuku*, significando “rio comprido”, uma provável alusão ao rio das capivaras, o Capibaribe. Mapas primitivos do século XVI assinalam um “rio pernambuco” ao norte do Cabo de Santo Agostinho, que também poderia estar se referindo ao atual Canal de Santa Cruz, na divisa entre Itamaracá e Igarassu³.

No famoso *Planisfério* de Jorge Reinel, de 1519⁴, o nome do lugar está grafado como “perñabua” (ao lado da ilha “fernã de

² O termo Reineis designa os cartógrafos portugueses Jorge Reinel e Pedro Reinel, que desenharam a costa brasileira segundo as informações trazidas pela expedição de Cristóvão Jacques, de 1516. Antes, os mapas do Brasil eram desenhados a partir dos originais de Américo Vespúcio, como nos conjuntos anteriores, de Kunstmann I a III, e nos planisférios de Cantino, Cavério, Marollo e Waldseemüller.

³ Esse “Canal de Santa Cruz”, como é chamado atualmente, não é um rio, tampouco um canal. Na verdade, é uma entrada de mar que circula a Ilha, um estuário que recebe as águas de diversos rios e córregos, em área bastante irrigada.

⁴ Esse mapa não é o mesmo de Lopo Homem e Reineis, já mencionado.

loronho”), mas é provável que tenha ocorrido um simples erro tipográfico na omissão do [c] na sílaba final. O topônimo voltaria a constar como "pernambuquo" nos mapas de Reinel produzidos posteriormente.

Em 1527, o nome de Pernambuco apareceria outra vez, agora em um mapa espanhol elaborado pelo cosmógrafo real da Espanha, o português Diogo Ribeiro, *Mundus Novus*, sem que seja citada a ilha de Fernão de Noronha.

Hans Staden (1900, p.18) escreveu, em 1557, sobre as viagens que fez ao Brasil (onde quase foi devorado pelos indígenas), mencionando Prannenbuck, “*um porto que ficava a oito milhas ao norte do Cabo de Sancto Agostinho*”, onde os portugueses haviam estabelecido uma colônia chamada Marin (Olinda), cujo comandante era Arto Koslio (Duarte Coelho).



Ritual de antropofagia. Theodore de Bry, *Collected travels in the east Indies and west Indies*, v.3. Reedição do livro de Hans Staden: *Dois Viagens ao Brasil*, 1558. Gravura aquarelada à mão, 1594.

No contexto do debate acerca das sucessivas interpretações para o nome “Pernambuco”, é recomendável recorrer, uma vez mais, ao mencionado “dicionário”, de Sebastião de Vasconcelos Galvão, onde se encontra uma ampla compilação e revisão da literatura existente até então sobre esse vocábulo, um conjunto de opiniões de distintos autores que, quase sempre, recaem numa espécie de “variações sobre o mesmo tema”.

O texto de Galvão, por sua vez, é praticamente uma réplica do estudo que havia sido escrito pelo historiador Batista Caetano⁵ e que, depois, foi reproduzido por Alfredo do Valle Cabral⁶, em 1880.

Por esse motivo, tomaremos como referência o grupo “Caetano-Cabral-Galvão”, de forma conjunta, sem nos preocuparmos a quem caberia o mérito maior do levantamento, embora a primazia dos estudos deva ser creditada, na maior parte das vezes, a Batista Caetano.

Da leitura desses autores, selecionamos algumas explicações mais relevantes, acrescentando, aqui e ali, comentários e informações obtidas mais recentemente.

Seguiremos a ordem cronológica⁷:

1. A carta de Ruy Pereira sobre o Brasil remetida aos padres da Companhia de Jesus em Portugal é o mais antigo documento que trata da etimologia de Pernambuco, datado de seis de abril de 1564, registrando: "*pernambuc quer dizer mar furado*

⁵ Batista Caetano de Almeida Nogueira (1826-1882), sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁶ Alfredo do Valle Cabral, erudito chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, na segunda metade do século XIX.

⁷ O texto original de Valle Cabral pode ser localizado nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, em edição publicada sob a direção de Benjamim Franklin Ramiz Galvão, volume VIII, Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1880, à página 216, na Parte III, sob o título de *Bibliographia das obras tanto impressas como manuscritas relativas à língua Tupi ou Guarani também chamada Língua Geral do Brasil*. O artigo, como já frisamos, está quase totalmente copiado do original de Baptista Caetano, conforme não esconde Valle Cabral. Por sua vez, a cópia de Vasconcelos Galvão foi também publicada na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, número 56, do ano de 1902.

na *lingoa do gentio*" (sic). Talvez seja a partir desta carta que os demais autores tenham propagado a famosa versão do tal "buraco no mar".

2. O *Tratado Descritivo do Brazil*, de Gabriel Soares, de 1587, à página 34, também faz referência ao nome, lendo-se: "*este porto que se diz de Pernambuco, por uma pedra que junto d'elle esta furada no mar, que quer dizer pela lingoa do gentio Mar furado*" (sic).
3. Os famosos versos de *A Prosopopeia*, escrita por Bento Teixeira e publicada em Lisboa, no ano de 1601, formam, portanto, a terceira fonte quinhentista para explicar o nome de Pernambuco.

Muitas obras foram escritas acerca da vida do cristão-novo Bento Teixeira, desde ensaios literários até romances.

As críticas à sua *Prosopopeia* mudaram de tom nas últimas décadas. Antes, existia uma quase unanimidade em condená-lo, considerando-a como uma imitação grosseira da obra de Camões. O valor literário do autor, se é que existisse, seria atribuído tão-somente ao seu pioneirismo em terras brasileiras, nada mais. Com o passar dos anos, contudo, as críticas se arrefeceram e, hoje, não são poucos os que o admiram como poeta de valor.

No texto *O Língua-solta*, da dramaturga carioca Miriam Halfim (2009)⁸, Bento Teixeira é apresentado como um livre-pensador, um crítico mordaz aos costumes e credences de uma Olinda quinhentista totalmente subserviente aos dogmas da Santa Sé e onde qualquer argumento contestatório poderia ensejar um processo junto à Inquisição.

⁸ Miriam Halfim, premiada dramaturga integrante da Academia Carioca de Letras e do Pen Club do Rio de Janeiro. É dela, também, a peça de teatro *Senhora de Engenho: entre a Cruz e a Torá*.

A escritora Luzilá Gonçalves (1993)⁹, por sua vez, destaca o papel dúbio deste herói, no romance *Águas Turvas*. Para ela, Bento seria o autor de belos versos, mas que, em um acesso de ciúmes, termina cometendo o terrível uxoricídio da infiel Filipa Raposo.

Curiosamente, há um romance adicional, de autoria de Gilberto Vilar de Carvalho (1995, p.61), onde o autor emite, nas palavras do seu personagem, Bento Teixeira, um palpite que em muito se assemelha à tese desenvolvida neste livro, à exceção do fato de Fernão de Noronha jamais ter aportado no Brasil. Em *O Primeiro brasileiro*, Bento Teixeira conversa com a esposa a respeito da etimologia da palavra “pernambuco”:

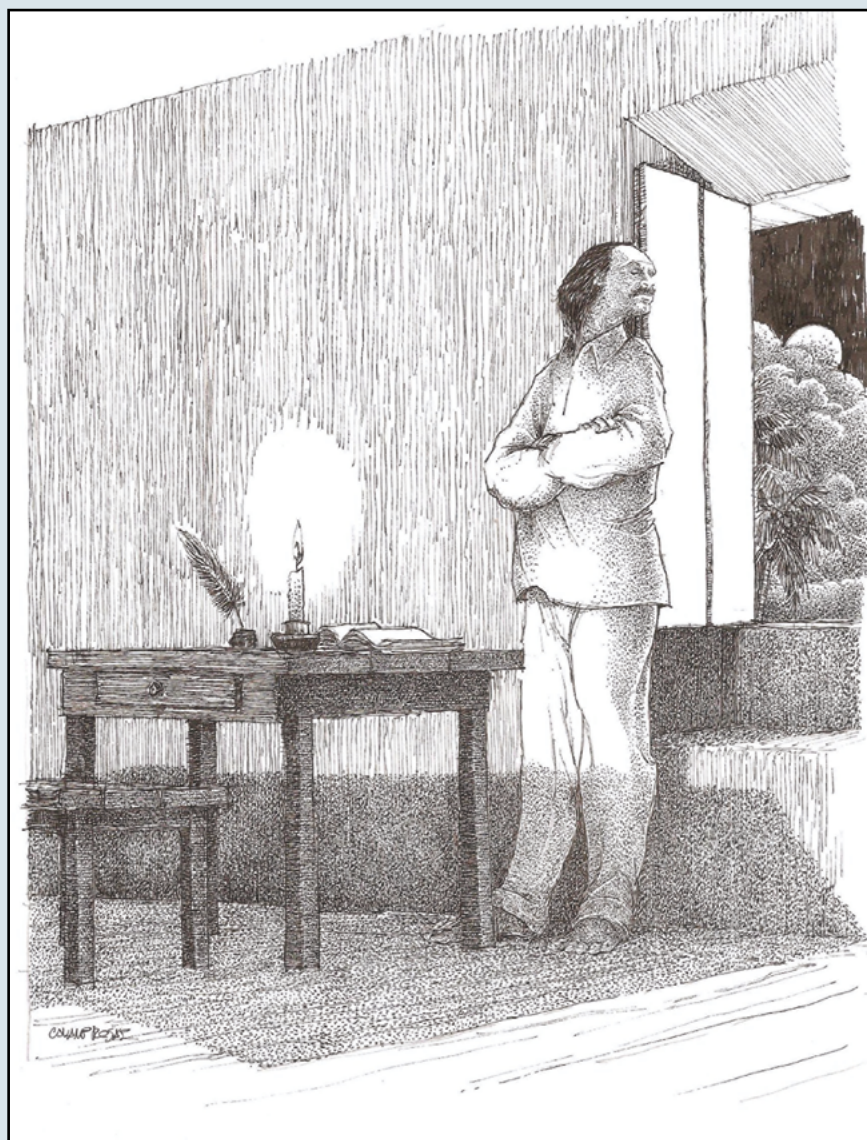
“Podes ver, Filipa, que Pará é uma corruptela de Paraná; e Puca, em língua bárbara, quer dizer ruptura ou cova. Anteriormente, outros deram à palavra traduções diversas: aqui, se dizia que Bucu era uma corruptela de Umbúku, que quer dizer comprido; os franceses, de orelhas mais duras, escreveram Fernambourg, ou burgo de Fernão, por causa de Fernão de Loronha, um dos primeiros reinóis que por aqui andaram”.

Feitas essas digressões sobre Bento Teixeira, um cristão-novo que terminaria seus dias nas masmorras da Inquisição, em Lisboa¹⁰, continuamos com a sequência do trio “Caetano-Cabral-Galvão”, passando, agora, ao século XVII:

4. Os escritos feitos em 1653, pelo Padre Simão de Vasconcellos, *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*:

⁹ Luzilá Gonçalves Ferreira, renomada romancista e ensaísta brasileira, membro da Academia Pernambucana de Letras, autora incansável na pesquisa sobre o papel da mulher na literatura.

¹⁰ Nos últimos anos, alguns autores trazem à tona uma nova versão para a morte de Bento Teixeira, que não teria acontecido por hemoptise, em 1600. Afirmam que teria sido em 1618.



Bento Teixeira. Desenho de Cavani Rosas.
Bico de Pena, Recife, 2010. Coleção JR.

"No porto, a quem os índios chamam de Paranambuca, e nós, com pouca corrupção, Pernambuco¹¹."

5. O clássico de Frei Vicente do Salvador, o mesmo que comparou os brasileiros aos caranguejos, por nunca se afastarem do litoral, descreve, em sua *História do Brazil*, de 1667, à página 45: "*chamava-se de Pernambuco (esta Capitania), que quer dizer mar furado, por respeito de huma pedra furada, por onde o mar entra, a qual está vindo da Ilha de Tamaracá...*" (sic).
6. A famosa obra do Frei Raphael de Jesus, *O Castrioto Lusitano*, editada em 1679, cita¹²: "*facilitava a saca e a commutação das fazendas a grande facilidade do porto, que ali faz o mar abrindo a natureza em uma dilatada corda de serrania, ou rochêdo, que mettido pelo mar cinge muita distância de terra, uma abertura a qual os naturaes chamão Pernambuco, que em sua lingua é o mesmo que pedra furada, ou buraco, que fez o mar, de que se forma a garganta da barra*" (sic).

O século XVIII apresenta-se raro em obras e citações sobre as origens do nome Pernambuco. Aliás, neste século, são poucas as fontes históricas escritas que chegam aos nossos dias. Essa escassez talvez reflita o deslocamento do centro político e econômico na direção do Rio de Janeiro e das Minas Gerais. No oitocentos, porém, as fontes voltam a ser relativamente numerosas, inclusive já constando prensas na província de Pernambuco.

¹¹ *Cronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, escrita pelo Padre Simão de Vasconcellos. Segunda Edição, 1865, fac-similada pela Biblioteca da Universidade de Cornell e disponibilizada como e-book na Internet (cujo original é datado de 1653).

¹² A obra *Castrioto Lusitano*, ou *Historia da guerra entre o Brasil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654: terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitánias confinantes: obra em que se descrevem os heroicos feitos do illustre João Fernandes Vieira, e dos valerosos capitães que com elle conquistarão a independencia nacional* (sic), foi reeditada pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, em 1979.

7. O padre Aires do Casal afirma em seu *Chorographia Brasílica*, tomo II, obra de referência escrita em 1817 (p.170)¹³: "Este nome Pernabuco, derivado ou corrupção de Paranabuca, com que os cahetes designavam o porto" (sic).

A definição do padre Casal é bastante original em relação às de seus antecessores e avança na explicação toponímica que fora dada até então. Embora continue propagando uma versão indigenista, ele pontua que o nome referia-se ao porto e não a um acidente geográfico, e o atribui aos caetés.

Isso pode parecer detalhe de menor importância, mas, como será visto adiante, estaria mais de acordo com o contexto psicológico e mercantil daquele Brasil recém-descoberto. Além disso, havia várias tribos indígenas na região e, pelo menos, três delas bastante numerosas. Por que o padre Casal alude enfaticamente apenas aos caetés? Essa tribo era aliada dos franceses nos anos que precedem a chegada de Duarte Coelho e de sua comitiva. Os caetés dominavam a banda sul de Itamaracá, incluindo Igarassu e as colinas de Olinda.

8. O tomo III da obra *Memória Histórica do Rio de Janeiro*, de Pizarro e Araújo, escrito em 1822, confirma: "A *Provincia de Paranambuco, ou Paránãbuca, vulgarmente Parnambuco, que quer dizer Pedra ou Mar Furado, pelos caetés*".
9. O tomo I da *Memória Histórica de Pernambuco*, de autoria de Fernandes da Gama, 1844 (p.97), descreve que: "*Fundadas as vilas de Igarassú e Olinda, denominou Coelho o Paiz que lhe foi doado –Nova Lusitania – mas como os indígenas chamavam a barra Perá-Nambuco (que quer dizer Pedra Furada ou buraco) em allusão á fenda pela qual entram os navios, prevaleceu este nome indígena, ao que lhe quiz dar o Donatário*" (sic).

¹³ Aires do Casal foi o primeiro a publicar a *Carta de Caminha*, pouco após a mesma ter sido encontrada em 1772 por José Seabra da Silva, guarda-mor da Torre do Tombo, em Lisboa.

10. *História do Brazil*, de Francisco Solano Constancio, 1839: “Pernambuco como 'excavado pelo mar'” (sic).
11. O tomo VIII da *Revista Trimestral do Instituto Histórico do Brazil*, de 1846, à página 78, de Prazeres Maranhão: “Parana-buca: “boca do mar” e os tupinambas usavam vocabulos nossos, adotaram do portugues o nome 'buca', boca” (sic).

A assertiva de Prazeres Maranhão é extraordinária. Agora, pela primeira vez, um historiador admite a hipótese de que o termo tenha origem de língua europeia, pelo menos em parte. O autor reconhece as dificuldades de se acompanhar, nos primeiros anos de ocupação portuguesa, as interações linguísticas e sua documentação. Assume que seria mais provável que o colonizador impusesse seus vocábulos aos nativos, em vez de recepcionar os termos indígenas na língua portuguesa, exceto, é claro, no caso de frutas e animais.

Durante todo o século XVI, a costa brasileira foi visitada por navios clandestinos de diversas bandeiras, até mesmo piratas. Suas tripulações, incluindo corsários e flibusteiros em geral, traziam dialetos e modos de falar de suas cidades na Europa e os repassavam aos indígenas.

Os grandes incentivadores do uso do tupi foram os jesuítas, que acabaram, eles próprios, quase que criando uma nova “língua-geral”,

Puri Tribi. Gravura de A. D'Orbigny.

In: *Voyage pittoresque dans les deux Ameriques*. Paris, 1836, 120x100mm. Coleção JR.



que prevaleceu, sobretudo entre São Paulo e a Bahia, até as primeiras décadas do século XVIII.

Conforme declara Mattoso Câmara Junior (1977, p.102), os missionários obtiveram sucesso na “uniformização” linguística dos nativos, mas não sem incorporar noções gramaticais ocidentalizadas, oriundas do latim:

“O missionário fez um trabalho de disciplinação (sic), de interpretação do tupi, de acordo com certos ideais, certos preconceitos sobre a gramática geral, que era no fundo a gramática latina. Usou a língua assim disciplinada, na catequese; e o índio, ao mesmo tempo que se aculturava religiosamente, também se ia linguisticamente adaptando. Destarte, foi se dando nos índios aculturados e nos mestiços a expansão da língua tupi trabalhada pelos jesuítas. É a chamada ‘língua geral’, que chegou a se implantar em certas regiões do Brasil”.

Deste modo, os indígenas incorporavam novos vocábulos ao vernáculo local, bem como nas muitas variantes regionais que seguiram faladas até a interdição do ensino do tupi-guarani decretada pelo Marquês de Pombal, em 1758.

De outro lado, em termos de comércio formal realizado nas primeiras décadas após o descobrimento, havia apenas o monopólio de pau-brasil, adquirido por Fernão de Noronha a Dom Manuel, sem contar o transporte de algumas outras madeiras, aves e macacos. Ora, é sabido que seus homens usavam os indígenas para cortar árvores e trazê-las ao porto de embarque, na embocadura do rio, a “boca de Fernão”. Em troca, os nativos recebiam todo tipo de bugigangas, espelhos, facas, adornos, tesouras, machados de ferro.

Nesse cenário, é provável que tenham tido a preocupação de explicar aos indígenas quem era o chefe de tudo aquilo, o tal “Fernão” que vivia em Portugal e lhes mandava aquelas coisas em troca de trabalho.



Neste mapa, de 1566, aparece o termo Pernambuco, pouco distante do C. de S. Agustin e da ilha de Fernando de Lorona. No local está desenhado um papagaio e um indígena negociando com dois europeus, trocando madeira por uma taça metálica. Mapa do Brasil realizado por Giacomo Gastaldi para os relatos de *Delle Navigazioni et Viaggi* de Giovanni Battista Ramusio. Xilogravura colorida à mão, publicada em 1565, Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da USP.

Há, ainda, a possibilidade de que os homens de Fernão de Noronha tenham erguido uma feitoria (ou alguma tosca fortificação para que pudessem melhor se abrigar), um pequeno “burgo”.

Os franceses podem ter aprendido diretamente dos portugueses ou por meio dos indígenas, adotando o termo “Fernambouc” ou “Fernambourg”, expressões típicas do anglo-normando. Nos mapas franceses da época, é “Fernambouc” que aparece, e o pau-brasil comercializado na Europa torna-se conhecido como *bois de fernambouc*, isto é, madeira de pernambuco¹⁴.

¹⁴ Ainda hoje conhecido como *bois de pernambouc*, considerada a mais nobre madeira para a construção de arcos de violino.

Mais adiante, será abordada a possibilidade de que os prepostos de Fernão tenham estabelecido regras de convivência, tolerância ou, até, de cooperação com os grupos não formais (de contrabando), o que explicaria a presença crescente de estrangeiros na costa nordestina até a chegada da expedição de Martim Afonso de Souza e de seu irmão, Pero Lopes de Souza, o qual destroçou os franceses de Pernambuco e Itamaracá (ver páginas 99 e 100).

Antes dessa expedição, havia áreas de influência distintas, um território dividido entre portugueses e franceses, cada qual com suas tribos aliadas. A solução para a posse definitiva da terra só viria com a instituição de Capitânicas Hereditárias, criadas pela Coroa Portuguesa, a partir do ano de 1534.

A nova forma administrativa, contudo, não impediria que a costa continuasse sendo visitada clandestinamente por franceses, havendo sofrido duas invasões quinhentistas apoiadas pelo próprio trono francês, além de uma incômoda permanência no litoral da Paraíba.

Tomando-se outra vez a relação de “Caetano-Cabral-Galvão”, prosseguiremos, agora, com as versões trazidas na segunda metade do século XIX, começando com o historiador Francisco Augusto Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro.

12. *História do Brasil* – 1ª edição, tomo I, de Varnhagen, de 1854, à página 38: “nome da feitoria que, segundo se deduz das mais antigas narrações, primeiro se chamou Parana-Mbucó, nome composto de dois: “Paraná”, mar e “Mbó” ou “Mbuk”, braço, que na língua dos Índios não quer dizer mais que Braço do Mar”. Além dessa descrição, Varnhagen admitiu a possibilidade de que o nome Pernambuco pudesse, alternativamente, provir de “Fernambourg”.

13. Ignacio José Malta, em *Breves reparos sobre algumas etymologias de nomes brasís, offerecidas ao Instituto Histórico pelo re-*

verendo padre Francisco dos Prazeres, constante na *Chorographia Histórica*, de Mello Moraes, Tomo II, à página 254, do ano de 1859, assinalando a necessária correção para o termo. Para ele: “*Pernambuco não vem de paraná-buca, nem sequer significa 'boca do mar'; porém, isto sim, adviria de Pará-nã, rio, e Mbucú ou Pucú, longo, largo, significando, portanto, 'rio largo' ou 'rio comprido'*”.

O que Ignácio José Malta propõe está de acordo com a fonética e o vernáculo tupi. De fato, os indígenas, em geral, não conseguiam pronunciar muito facilmente o fonema [b] a não ser no alofone bilabial [mb], bem semelhante ao [m] falado na língua portuguesa.

14. Philipp von Martius, em seu *Glossário linguístico brasileiro*¹⁵, datado de 1863 (p.520), registra: “*Pernambuco, Parana-buca – parana mar, por arrebetado, ‘mar cavando os rochedos’, Oceanus per scopulos (Recife) irrumpens*”.
15. Oscar Jaganharo, em *Contos Brasileiros*, de 1868 (p.111), afirma: “*Pernambuco – ao sul extendiam-se os negros arrecifes, que formam, abrindo passagem as águas doces, a foz do Capibaribe (deste acidente da natureza proveio o nome da província de Pernambuco. Pera – nambuco, pedra furada)*”.
16. Por sua vez, Cândido Mendes de Almeida, em *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão (1860-74)*, tomo II, (pág.LXVII), atribui a necessidade de corrigir os termos usados por Gabriel Soares no *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1587, onde está descrito pernambuco como “mar furado”. Mendes de Almeida (que chegou a ser senador do império pelo Maranhão) afirma que: “*O rio Igarassú, como a foz formada pela ilha de Itamaracá, era o*

¹⁵ *Glossaria Linguarum Brasiliensium - Glossarios de diversas lingoas e dialectos, que fallao os indios no Imperio do Brazil* (1863).

limite da capitania de Duarte Coelho Pereira, que chamou a sua doação – Nova Lusitânia: mas prevaleceu o nome de Pernambuco, corruptéla de Paranapuc ou Paranapucu, furo ou lingua de mar. Prevaleceu o nome de Pernambuco porque o porto de Olinda também se chamava – de Pernambuco, cujo nome vinha da fóz ou língua de mar que sahe do Oceano, como um escoadouro do rio Capibaribe (...).Pelo contrário em Itamaracá o nome do rio de Pernambuco perdeu-se, porque D. João III, por carta régia do 1º de Setembro de 1534, mudou o nome deste rio ou esteiro que cerca Itamaracá em rio Santa Cruz” (sic).

Ritual de dança.
*In: Naturgeschichte und Abbildung des Menschen, de H.R.Schinz.
 Litografia colorida à mão, 1845. Coleção JR.*



17. Baseando-se em seus antecessores, o Cônego Francisco Bernardino de Souza escreveu, no *Relatório da Comissão do Madeira, Pará e Amazonas, Iª Parte* (1874 in – 8º gr, p.4, nota I), que: “Pernambuco parece que se forma de duas palavras da língua geral¹⁶ paraná (rio) e poka (quebrar). Água quebrando ou arrebrandando na pedra ou quebra-mar. A gente do povo ainda diz Parnambuco, que tem muita semelhança com Paranam-buco”.

Pelo que foi exposto, as interpretações dadas ao termo “pernambuco” variam bastante de autor para autor, sendo as mais frequentes: mar furado, cova do mar, buraco no mar, pedra furada, rochedo cavado das águas, mar cavando rochedos, boca do mar, língua do mar, rio largo, rio grande, rio comprido e braço de mar.

Apesar deste rol, por si só, relativamente extenso, Batista Caetano ainda levanta mais duas interpretações de sua própria autoria.

Na primeira, admite o termo *parana* como tradução de “rio grande”, e traduz *púka* ou *mbúka* como “rebentação”. Assim, para ele, “*paranapuka*” seria “rebentação do rio grande”, designando ao termo “rio grande”, como ele próprio escreve, “*o semi-mar formado pelos rios Capibaribe e Bybyrybe*” (sic).

Ora, o “semi-mar” a que se refere – e que daria nome ao estado de Pernambuco – não seria, portanto, o que hoje corresponde ao Canal de Santa Cruz, mas ao que os portugueses chamariam mais tarde de “rio salgado” e que aparece com esse nome nos mapas holandeses do período da invasão, isto é, o braço estuarino que separa os atuais bairros de Santo Antônio e São José do bairro do Recife, conhecido hoje como “Recife Antigo”.

¹⁶ A expressão “língua geral” é usada para designar as línguas de contato intercultural, de colonização, compreendidas pela grande maioria dos indígenas de diferentes nações, tupi e não-tupi, e por portugueses, a partir dos trabalhos de tradução dos padres jesuítas, em particular por José de Anchieta. Não obstante, predomina largamente o tupi falado na costa. Ver, por ex., Ayrosa (1933).

Em uma segunda proposta, Caetano admite a tradução de *paranã+bukú*, “rio grande comprido”, explicando a existência de um rio Pernambuquinho situado no Rio Grande do Norte, citado em cartas e documentos do século XVI. Curiosamente, essa ideia guarda em si um oxímoro, no caso do topônimo potiguar, que está no diminutivo (e teria, como tradução, “pequeno rio grande comprido”).

No debate acerca da tradução do termo *pará*, destaca Frederico Edelweiss (1986) que:

“O termo pará e seus compostos constituem um dos problemas sematológicos mais instrutivos nos estudos de confronto dos dialetos tupi-guaranis. Os resultados da sua abordagem são um aviso contra as generalizações levianas e uma prova de grande mobilidade de alguns termos”.

Para Edelweiss, *pará* em tupi significa rio extenso, enquanto que, em guarani, tem o significado de “mar”. Em tupi, *paranã* é o temo equivalente ao guarani *pará*. Para complicar a questão, em algumas áreas da costa brasileira, a palavra tupi “y” é bem mais usada para significar “rio”, “águas”. *Yguaçu*, por exemplo, é sinônimo de *Paraguaçu*, ambos significando “rio grande”.

Flávio Guerra, em seu clássico *História de Pernambuco*, de 1979, corrobora muito do que foi descrito pelos seus antecessores, quando escreve à página 27:

“Não resta a menor dúvida de que a terra para onde se encaminhara Duarte Coelho, significava mesmo, em língua tupi, 'furo do mar'. Os indígenas chamavam a entrada da barra de Pêra-Nhambuco, que quer dizer Pedra Furada ou Buraco, em alusão à abertura que há nos externos arrecifes naturais de pedra ali existentes e por onde entravam os navios no ancoradouro. Inicialmente, o nome de Pêra-Nhambuco não fora dado à barra do Recife, mas sim à de Itamaracá. Eugênio de Castro chega a afirmar que por isso teria havido até um 'Pernambuco Velho' e um 'Pernambuco Novo'” (Castro, 1930).

Esse Eugênio de Castro é o mesmo que, em 1930, sustentando-se em Theodoro Sampaio, afirmava que “*paranābuca*” é furo no lagamar, abertura no arrecife. (Castro, pp.157-161). Ele também é o autor de um estudo crítico e quinta edição do Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa (Pereira, p.128).

Uma curiosa alusão ao nome de Pernambuco encontra-se em um poema do escritor franco-suíço Blaise Cendrars, que esteve no porto do Recife na primeira metade do século XX. Nos versos, Cendrars cita, inclusive, a expressão usada por Victor Hugo acerca do topônimo.

PERNAMBOUCO

Blaise Cendrars. Apud: Roubad (2001,p.40).

*Victor Hugo l'appelle Fernandbouc aux montagnes Bleues
Et un viel auteur que je lis Ferdinandbourg aux mille Églises
Em indien ce nom signifie la Bouche Fendue
Voici ce que l'on voit aujourd'hui quando n arrive du large
et que l'on fait une esclae d'une heure et demie
Des terres basses sablonneuses
Une jetée en béton armé et une toute petit grue
Un deuxième jetée en béton armé et une immense grue
Une troisième jetée en béton armé sur laquelle on édifie
des hangar en béton armé
Quelques cargos à quai
Une longue suite de barraques numerotées
Et par-derrière quelque coupoles deus trois clochers et um
observatoire astronomique
Il y a également les tanks de l' "American Petroleum C°"
et de la "Caloric"
Du soleil de la chaleur et de la tôle ondulée.*

A Toponímia tupi-guarani

“Por vezes, me aconteceu de estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro, e ainda à do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais e consoantes de que se formavam”.
(Padre Antônio Vieira)

Nomes dados em tupi e figuras que mostrassem indígenas em seus rituais causavam fascínio entre os europeus. Nos mapas *Kunstmann II* (1506); *Terra Brasilis*, de Lopo Homem e Reineis (1519); *Terra Nova*, de Fries (1522); Sebastien Munster (1540); Sebastião Lopes (1558); e até nos mapas holandeses do século XVII as ilustrações mostravam cenas de canibalismo, com corpos decepados e crianças comendo mãos humanas. No de *Kunstmann II*, o desenho mostra um churrasco de mulher inteira no espeto. O interesse europeu era grande pelo que consideravam o mundo selvagem no desconhecido (ver quadro à página 57).

De início, como já vimos, os acidentes geográficos eram sempre batizados com nomes de santos. Quase nunca apareciam nomes tupis nas primeiras manifestações cartográficas do Brasil.

Com o passar das décadas, os nomes geográficos de alguns territórios passam a ser identificados fazendo-se referência às tribos e às nações indígenas prevalecentes em cada área, principalmente nos mapas franceses, cujos editores enfatizavam o papel dos ameríndios como os donos primitivos.

A partir do século XVII, o sentimento nativista brasileiro está em plena evolução e dali a cem anos adquirirá contornos nacionalistas, revigorando-se na figura do *bon sauvage* erguida na tradição de Montaigne-Rousseau. A partir de então, a opção em dar nomes indígenas às localidades se torna uma tendência em certas partes do Brasil.

A ideia do bom selvagem e da pureza dos nativos foi, de alguma forma, incorporada pelos missionários jesuítas, desde os

princípios da colonização, quando se opuseram radicalmente à escravidão indígena e se empenharam na sua catequese.

Mais tarde, no século XIX, a idealização do indígena irá torná-lo o símbolo do romantismo pan-americano e, no Brasil, atingirá seu ápice por intermédio de escritores como Gonçalves Dias e José de Alencar; de músicos como Carlos Gomes e de pintores como Rodolfo Amoedo, José Maria de Medeiros e Víctor Meirelles. Os reflexos deste nacionalismo tomando o nativo por herói perdurarão por todo o século XX, chegando aos nossos dias.

Tome-se a análise de Plínio Ayrosa (1933, p. 20), destacado tupinólogo paulista, quando descreve o indígena indefectível, mas vulnerável à ação do branco colonizador:

“E, ai delles, si se entregassem aos vícios, á sensualidade, á vaidades desagregadoras; não teriam resistido durante centenas de annos á vida aspérrima das selvas, e não seriam os homens dextros, puros, fôrtes e generosos que os portuguezes aqui encontraram. Os vícios em que se estiolaram, as misérias que praticaram, os crimes que commetteram logo após o inicio da colonisação, não foram mais que os primeiros fructos da arvore maldita, aqui plantada por degradados sahidos dos presidios de Lisbôa, pelos escorraçados de uma civilisação corrupta, e por aventureiros de toda casta, ávidos de ouro, de escravos e de especiarias” (sic).

É nessa linha de incontestada defesa do silvícola que a toponímia tupi conquista status de afirmação nacional e se alastra em todo o país, particularmente no Nordeste e no estado de São Paulo.

No começo do século XX, em Pernambuco, durante a chamada “Reforma da Divisão Administrativa do Estado”, ocorrida entre 1938 e 1943, dezenas de nomes indígenas foram atribuídos aos municípios, respondendo ao entusiasmo do líder da comissão responsável, Mário Melo, amigo pessoal e de grande prestígio do então governador-interventor Agamenon Magalhães.

Para se ter uma ideia do fervor indianista de Mário Melo, basta citar casos como o da antiga localidade de São Caetano, cujo nome foi trocado para Caetés, designação de um atual município, por causa da semelhança entre o nome do santo e o da tribo. Nos casos de Tuparetama (Terra do Bom Jesus) e Tupanatinga (Santa Clara) foram feitas traduções, digamos, “sincréticas” entre os nomes originais das localidades e aqueles definidos pelo famoso jornalista-historiador.

Isto explica por que em Pernambuco haja tantos nomes de municípios com origem no tupi, correspondendo a cerca de 42% do total, enquanto que no resto do país a toponímia indígena não ultrapassa 23%. Assim como alega Homero Fonseca (2008), em seu livro *Pernambucânia*:

“Muitíssimas designações daquele surto nativista sobreviveram, inclusive exemplos pitorescos de palavras inventadas de partículas do tupi (pelo próprio Mário Melo), numa tentativa curiosa de 'traduzir' nomes portugueses, como são os casos de Tupanatinga e Tuparetama (buscando significar Santa Clara e Terra do Bom Jesus, respectivamente)”.

Ao mesmo tempo em que se davam nomes tupis a vilas, municípios, rios, praias, montanhas, lagoas, acontecia um fenômeno de transfiguração dos termos originais e de muitas traduções forçadas.

Tome-se o caso da Ilha de Itamaracá, próxima ao Recife, que se chamava Tamaracá. A atual denominação decorre do fato de que, nos mapas antigos, aparecia escrito “I.Tamaracá” e os franceses, famosos por economizar fonemas ou até sílabas inteiras, pronunciavam “*Ile de Tamaracá*”; e, no linguajar falado, “*í-tamaracá*”, sem preposição alguma.

Os historiadores explicam que Itamaracá vem de *ita* (pedra) + *maraká* (chocalho), cuja tradução seria um poético “lugar onde a pedra canta”, ou “pedra cantante”. Contudo, uma leitura de *História*

do Brasil, do Frei Vicente do Salvador, aponta o termo tamaraca como: “*hum cabasso com pedrinhas dentro com que costumão tanger*” (apud. Cunha, 1978, p.277). A tradução para o português seria então “ilha do chocalho”¹⁷.



I. Tamaracá no tempo da dominação holandesa, segundo estampa da obra *Amerika*, de Arnoldus Montanus, impressa em Amsterdam, 1671. Gravura de Manoel Bandeira (1967). Coleção JR.

No livro de José Alexandre Ribemboim (2002, p. 47), intitulado *As Comunidades Esquecidas*, que trata da presença judaica em Igarassu, Itamaracá, Maurícia e Goiana, o autor comenta a respeito:

¹⁷ Outros identificam o nome Tamaracá como “pontas das canoas”, mas essa hipótese hoje está praticamente descartada pelos tupinólogos.

“A origem da palavra Itamaracá é controversa: alguns pesquisadores defendem a hipótese de que ela derivaria do tupi e significaria chocalho de metal, tese corroborada por Theodoro Sampaio. Já José Lopes, em seu livro ‘Histórias e segredos de uma ilha’, complementa que o mencionado chocalho de metal seria uma alusão ao som do sino da matriz de Vila Velha¹⁸. Outras fontes afirmam, ainda, que o nome da ilha se origina do tupi-guarani e significa pedra que canta, associando o fenômeno ao som proveniente do choque das ondas do mar arrebatando nos arrecifes ou na chamada Pedra de Jaguaribe”.

Hans Staden (1910, p.101) comenta acerca de um ritual em que os indígenas de Santa Catarina “cantaram e chocalharam os ídolos *Tammaraka*”. Neste caso, o chocalho seria um instrumento de som em ritual sagrado: “*tocavam o maracá para escutarem professias*” (sic, *ibid.*, p.99).

Curiosamente, o nome de Itamaracá talvez não tenha sido proveniente de nenhum destes termos tupi, mas, sim, uma alusão ao famoso e rico navegador e geógrafo florentino Américo Vespúcio (Amerigo Vespucci), que, quase certamente, esteve na ilha durante a sua segunda viagem de reconhecimento à costa brasileira, em 1503¹⁹. Neste caso, a Ilha d’Amerigo (nome francês do cosmógrafo) teria sido transformada em *Île-d’Amerigô* e daí, para os indígenas, como *Tamerika* ou *Tamaraca*, até chegar à sua forma atual, incorporando o “i” de “ilha”: Itamaracá. Seria no mínimo estranho não se supor plausível um topônimo em referência ao importante navegador que deu seu nome a todo um continente.

¹⁸ A matriz de Vila Velha foi construída muito depois do aparecimento do nome da ilha. N. do Autor.

¹⁹ Essa expedição tinha Gonçalo Coelho no comando, supostamente o pai de Duarte Coelho, o qual receberia do rei de Portugal a Capitania de Pernambuco em 1534.

Conforme extrato dos apontamentos de D. Domingos de Loretão Couto (1904, s/p.):

"Fez El Rey Dom João III mercê a Pedro Lopes de Souza, de sincoenta legoas de terras do Brazil e por nova graça lhas concedeo repartidas. Vinte e sinco legoas na Capitania de São Vicente e ouras vinte e sinco em Tamaraca" (sic).



Tamarica 'T eyland Tamarich aen de Custe van Bresilien.

Gravura colorida à mão, 1640 (circa).

Coleção Gallica, *Bibliothèque Nationale de France*.

Outro caso, no mínimo, controvertido, é sobre a origem do nome da cidade histórica de Goiana, município a meio caminho entre o Recife e João Pessoa, e que antigamente pertencia à Capitania de Itamaracá.

Goiana também tem seu nome associado ao tupi, *Gu-y-ana*, que significaria “terra onde abundam as águas”, ou, como preferiu Varnhagen, “gente estimada”. A essas interpretações, Homero

Fonseca (2008) enumera outras cinco, todas provenientes de línguas locais, dos caetés ou dos tabajaras²⁰.

A denominação, porém, tem origem no francês, mais precisamente do gascão, *Guyenne*, tal como era chamada a região da Aquitânia, em sua porção atlântica, entre os séculos XIII e XVIII, período de desenvolvimento náutico de suas principais cidades. É célebre o relato do Barão de Saint Blanchard (às vezes grafado Blancard) acerca da apreensão de sua nau *Pèlèrine*, já às portas do Mediterrâneo, por navios portugueses, repleta de carga contrabandeada de Pernambuco. O barão, cujo nome de batismo era Bertrand d'Ornizán, havia nascido no departamento de Ger, na Aquitânia Francesa.

Curiosamente e quase para encerrar o debate, na Guiana Francesa, país fronteiro ao norte do Brasil, essa denominação é atribuída às línguas locais, significando, simplesmente, “aquilo que não tem nome”.

Nestes e em muitos outros casos, a necessidade de encontrar uma tradução do tupi leva a criações literárias quase poéticas. A explicação para o nome do município de Tamandaré, na costa pernambucana, é a de que o mesmo adviria de *tab+moi+inda+ré*, significando “repovoador”, por causa de uma lenda que conta a história de um pajé a quem Tupã revelou que teria a missão de repovoar o mundo após um dilúvio.

Estes excessos foram cedo percebidos pelo filólogo Mattoso Câmara, na década de 1940, quando escreveu que, com relação ao estudo do tupi no vocabulário geográfico brasileiro, predominava uma preocupação etimológica, com soluções que, como em regra, deveriam ser aceitas, quando muito, “*a título precário*”²¹.

²⁰ No artigo *Goiana da gente querida* (Ribemboim, 2016), o autor descreve a polêmica levantada por Mário Melo (1928), atribuindo a origem do nome à fruta goiaba, fato que ensejou os mais veementes protestos por parte dos intelectuais goianos

²¹ J. Mattoso Câmara Jr, *Filologia*. In: *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, v.2, Rio de Janeiro, 1949, p.279, apud. José Honório Rodrigues, *Alfredo de Carvalho, vida e obra*, Anais da Biblioteca Nacional, v. 77, 1957 a 1964.



“Ponta Tamandere”. A gravura mostra a batalha de Tamandaré, vencida pelos holandeses comandados pelo almirante corsário Jan Cornelisz Lichthart. Gravura de Arnoldus Montanus, 1671, 166x127mm. Coleção JR.

Tupi or not tupi?²²

Com efeito, os indígenas falavam diversas línguas, subdivididas em dialetos, as quais os jesuítas procuraram reunir e sistematizar em uma única gramática e compuseram os primeiros dicionários da “língua geral” que passou a ser compreendida por quase toda a costa e também entre os tapuias, no interior.

²² Paráfrase de Oswald de Andrade no *Manifesto Antropológico*, de 1928, baseada na célebre indagação de Hamlet: “*To be or not to be?*”.

Esta influência do homem branco, “bem intencionado” mas inextricavelmente atrelado às estruturas gramaticais de suas línguas de origem, fê-lo manipular a língua, a tal ponto que pudesse adquirir qualquer coisa de artificial e construído, superpondo-se ao que existia natural e espontâneo, ou, como escreveu Mattoso Câmara Jr (1977, p.103):

“Assim, temos também o tupi jesuítico sensivelmente distanciado das línguas tupi naturais, mesmo consideradas na área restrita do tupi litorâneo”.

Recorrendo a Plínio Ayrosa (1933), uma vez mais, é conveniente dar atenção ao seu alerta:

“À medida em que novos colonos chegavam, e catechistas se substituíam, a língua também se depauperava e se amoldava às exigências do idioma estranho, mas dominador. De tudo isso se conclue, que somente o estudo cauteloso e o conhecimento da indole da língua, poderão evitar os absurdos e as tolices que andam por ahi traduzindo e interpretando termos que, muitas vezes, nem pertencem ao idioma dos tupis” (sic).

Como vimos, a tendência a indigenizar os nomes dos lugares intensificou-se em Pernambuco. Em Olinda, nome de óbvia origem portuguesa, mantém-se a versão de ter sido Marim dos Caetés, de origem tupi: “*mirim*” significando pequeno.

Ao turista que chega, logo vêm os guias adolescentes para contar a história do lugar, começando com a famosa explicação para o nome da cidade atribuída a Duarte Coelho que, admirado com a bela paisagem, teria exclamado: “*Ó linda situação para uma vila!*”.

Conquanto poética, a explicação não encontra respaldo na história. Gilberto Freyre, com seu estilo próprio, simpatizava por essa versão, porém Varnhagen, rigoroso historiador brasileiro, elucidava que Olinda deve ter sido o nome de alguma quinta

portuguesa ou então uma homenagem à heroína dos folhetins de época, escritos na Europa por Amadis de Gaula, autor de famosas novelas do século XVI.

DE AMADIS DE GAVLE. Fucillet.LI

& haulfant la teste l'aduifa ioignant la princesse Oriane : Au moyen de quoy il deuint si hors de foy, la voyant de si pres, que l'espée luy cheut du poing à terre, oubliant non seulement le danger ou il estoit : mais presque foy mesmes . De quoy Dardan s'aduifant reprint cuer , & vint charger si vertement son ennemy, que s'il eust gueres continué, il s'en alloit vainqueur : mais ce voyant la damoyelle de Dannemarc, dit assez hault : En malheure regarda auourd'hui ce cheualier aucune dame de ceste compagnie, qui luy a fait perdre ce qu'il auoit conquis sur Dardan: si n'estoit il pas temps que le cuer luy d'eust faillir. Ceste parole entendit Amadis, dont il eut telle honte, que la mort luy eust esté agreable, craignant que la dame le soupçonast de lascheté de cuer, ou couhardie . A ceste cause leuant son espée, se iecta mieulx que deuant sur Dardan , & de premier récontre, luy donna tel coup sur le heaulme, qu'il luy feit doner des mains à terre : lors se lança sur luy, & de despit luy arracha le heaulme de la teste, le pouffant si fort du pied, qu'il tumba estourdy en la place . A donc le print par les cheueulx, & luy donant du pommeau de son espée sur le visage, luy cryoyt, Dardan tu es mort, si tu ne tiés la dame pour libre. Quand Dardan se veid en tel estat, il luy respondit: ha gentil cheualier pour Dieu mercy, ne me tuez point : car ie la quicte . A l'heure s'approcha le Roy & les autres cheualiers pour l'entendre: mais tandis qu'ilz s'amusoient à luy, Amadis encores honteux de la faulte qu'il auoit faite, se desroba parmy la presse, & quand il se veid arriere, il s'en courut le plus couuertement qu'il peut vers la forest, les laissant tous amusez à ouyr Dardan , qui emplissoit l'air de regretz . En ces entrefaites s'amyx vint à luy : laquelle au lieu de le reconforter, du mal qu'il auoit souffert pour elle, se meit à le detester , disant, Dardan cherche desormais amyx ailleurs qu'en moy : car de ma vie n'aymeray toy ny aultre, que le bon cheualier, qui si vailleureusement t'a vaincu. Cōment damoyelle, respondit il : est ce le guerdon de mon honneur, & de ma vie aduenturée pour vous ? Donques n'estiez vous point amyx de Dardan, mais de la fortune ? & si tost qu'elle m'a esté contraire, vous m'auiez esté ennemyx ? Donques auray ie eschappé la mort, par la mercy d'ung mien ennemy, pour auoir pis que la mort, par la cruaulté d'une mienne amyx ? Dieu me gard de viure, & ensemble de vous veoir contente de ma malheureuse vie. Je feray maintenant entendre aux femmes par vostre exemple, que l'ingratitude n'est moins dommageable à qui l'exerce, que à qui en est offensé. En ce disant se dressa, & d'ung reuers de son espée (auant qu'on s'aduifa de ce qu'il vouloit faire) luy donna tel coup, que sa teste tumba à ses piedz . Puis comme homme transporté, se laissa choir à terre, & regardant, puis ça, puis la sans dire mot, faisoit par sa farouche contenance entendre à ceulx qui le regardoient, que haulte, & non vulgaire estoit l'entreprise qu'il brasloit en telle extremité : parquoy par l'ordonnance du Roy, se meirent des archiers à le vouloir dres-

I iii fer, &c

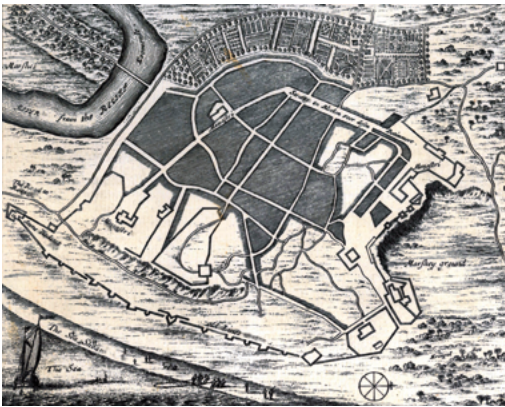
Frei Manoel Callado dá a sua versão de quase testemunho: um dos empregados de Duarte Coelho, um galego fascinado pela beleza do lugar, não parava de gritar “Ó, linda! Ó linda!”²³.

Até mesmo o costume de se atribuir o nome anterior de Olinda, “Marim”, como sendo uma expressão dos caetés ou dos tabajaras, precisa ser revisto, frente ao que informam os mapas antigos, que localizam em suas colinas uma fortificação com uma pequena vila murada²⁴, identificada como “*chateau marin*”.

Marim seria, pois, derivado do francês arcaico, significando “castelo marinho”, nome adotado pelos caetés, aliados dos franceses^{25 26}.

*"Não chore, menina bonita,
Se Deus quiser...
Te vejo na Marim guerreira
Dos Caetés!"*

(*Marim dos Caetés*, letra e música de Alceu Valença)



Plano da Vila de Olinda no começo do século XVII.
In: *A Collection of Voyages and Travels*, de Awnsham & Churchill, 1744.
170x130mm.
Coleção JR.

²³ Apud. Freyre, 1968, p.4.

²⁴ Ver mapa de Jacques de Vau de Claye, à página 121.

²⁵ Isto já havia sido percebido por Pereira da Costa, 1952, baseado, inclusive, no mapa de Vau de Claye.

²⁶ Varnhagen admitia, ainda, uma origem do tupi, “*Mayr-y*”, águas ou rio dos franceses, alegando que ali foram os primeiros a se estabelecerem. (Melo, 1928)

Contudo, a tradição do bom selvagem presente nas obras de poetas, artistas e humanistas quase nunca foi regra entre os conquistadores de terras e desbravadores de sertões, muito menos entre os que lucravam com o apresamento e escravização do indígena em séculos anteriores.

Pero Magalhães Gandavo, por exemplo, considerava os tupinambás como selvagens que deveriam ser catequisados e cuja belicosidade se encontrava na própria língua: “*Não se acha nela a letra F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, pois assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei e, desta maneira, vivem sem justiça e desordenadamente*”²⁷.

O etnolinguista Aryon Dall’Igna Rodrigues (2005) comenta que havia cerca de mil e duzentas línguas indígenas faladas no Brasil em 1500. O padre Fernão Cardim, por exemplo, enumera, no ano de 1584, setenta e seis povos indígenas no interior do país falando sessenta e cinco línguas distintas entre si e diferentes das que se falavam na costa, todas no tronco macro-tupi, conjunto de línguas mais conhecido dos jesuítas e que compunham o que se convencionou chamar de “língua-geral” ou “língua brasílica”.

O dicionário mais antigo do tupinambá de que restam cópias hoje é de 1621 e o próprio manuscrito do Padre Anchieta, de 1595, enfoca apenas essa língua em sua *Arte da grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*, restrita ao território do atual Sudeste e mais umas poucas tribos litorâneas.

Acerca da prevalência desta língua sobre as demais, Aryon Dall’Igna Rodrigues afirma:

“Uma característica da colonização europeia no Brasil, não só da portuguesa, mas também das tentativas francesas, foi a de privilegiar o conhecimento do idioma dos tupinambás”.

²⁷ Gandavo, 1576, *História da Província de Santa Cruz*. No caso da letra “R”, o autor reportava-se ao dígrafo “rr”.

Para Romão da Silva (1966, p.10), a necessidade de utilizar a mão de obra local e intensificar o comércio impunha transformar o idioma dos naturais da terra em “*instrumento útil entre indígenas e alienígenas*”. E prossegue:

“O que agora convinha era estreitar relações, visando a assimilação do índio aos costumes civilizados e a sua utilização na empresa em que se obstinaram os conquistadores”.

Indígenas cortando árvores e comendo gente

As primeiras representações cartográficas e pictóricas do Brasil costumavam mostrar cenas de canibalismo ou de indígenas cortando pau-brasil. Aqui e ali, era mencionado como uma *Terra Papagalli*, com ilustrações de araras e papagaios.

Os europeus adoravam dar asas à imaginação e os mapas de então constituíam verdadeiras obras de arte a serem dependuradas nas paredes, com esmerados desenhos e margens em rococó.

No mar, apareciam monstros perigosos e peixes extraordinários e, no continente, as figuras de antropofagia cada vez mais hediondas.

O próprio Vespúcio, em uma das duas ocasiões em que esteve no Brasil, relatou o seu primeiro contato com os indígenas, nem de longe auspicioso. Conforme a edição especial *Brasil 500 anos* (2000, p. 48):

“Ao aportar, dois marinheiros deixaram o navio e não voltaram. Outro, depois de ter se afastado da praia com algumas mulheres, apareceu morto, carregado por elas. Os marinheiros tentaram espantá-las com tiros de bombarda. A atitude só revoltou as nativas, que assaram e comeram o morto, para espanto e terror dos que, do mar, assistiam à cena”.

O mercenário alemão Hans Staden esteve duas vezes no Brasil e passou nove meses como prisioneiro dos tupinambás, escapando por milagre. Ficou famoso após publicar, na Alemanha, em 1557, sua história entre os antropófagos, sob o título simplificado *Duas Viagens ao Brasil*. Seu livro foi um grande sucesso editorial e ajudou a difundir a ideia de que o Brasil era uma perigosa terra de canibais. Na tradução do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de 1900, o autor relata seu testemunho:

“Levaram então os prisioneiros, cada um para sua cabana, mas a muitos feridos, desembarcaram e logo mataram, cortaram-nos em pedaços e assaram a carne”.

Figura abaixo:

Cena de canibalismo. In: *“Le Monde - Histoire de tous leus peuples”*, Lostalot-Bachoné.

Gravura de Demoraine, 1859.

155x95mm. Coleção JR.



O Brasil ilustrado em mapas dos séculos XVI e XVII

Mapa	Autor	Ano	Descrição
Kunstmann II	Desconhecido	1506	Cenas de canibalismo, com uma mulher no espeto sobre fogueira.
Universalis Cosmographia	Martin Waldseemüller	1507	Um papagaio
Terra Brasilis	Lopo Homem e Reineis	1519	Nativos cortando madeira
Terra Nova	Lorens Fries	1522	Canibalismo
Novus Orbis	Sebastien Munster	1540	Cenas de canibalismo
America Meridional	Pierre Desceliers	1550	Macacos, papagaios, nativos guerreando entre si
Brasil	Gastaldi	1556	Nativos cortando árvores
America do Sul	Diogo Homem	1558	Cenas de canibalismo
Planisfério	Sebastião Lopes	1558-65	Nativos cortando árvores
Novus Brasiliae Typus	Willem Blaeu	1640	Canibalismo
Acuratissima Brasiliae Tabula	Hondius	1663	Canibalismo

Próxima página:
Bresiliens (Brasileiros). Mallet, 1683.
Gravura colorida à mão,
210x120mm. Coleção JR.

BRESILIENS



Até o final do século XVI, o entendimento acerca do território da América do Sul permanecia rudimentar, sobretudo no interior do continente. Apresentava uma genérica “*Terra Firma*” na porção mais ao norte e um “*Amazonium Regio*” ou “País das Amazonas” no centro do continente. O Paraguai era gigantesco e a Argentina ainda era conhecida por “*Magellanica*”, homenagem a Fernando de Magalhães, que primeiro cruzou o estreito ao extremo sul do continente, em sua viagem de volta ao mundo. O Atlântico era conhecido como “Mar do Norte” (*Mare Boreale*) ou “Mar do Brasil”, em contraste com o Pacífico, chamado “Mar do Sul” (*Mare Australe*).

No coração deste vasto território, um curioso lago, “*Xarayes*”, de onde se acreditava partirem imensos rios que desembocavam no oceano. Sua localização correspondia à do Pantanal Matogrossense. Um lago maior ainda, na região da “*Terra Firma*”, ocupava o imaginário dos aventureiros, “*Parime*”. Seria um verdadeiro “eldorado”, abundante em ouro e prata (e que, obviamente, nunca existiu).



Americae Australis Tabula, Wells.
Gravura colorida à mão, 1726. Coleção JR.

PARTE II:
A ETIMOLOGIA EUROPEIA

A semântica neolatina

A lista de explicações para o nome de Pernambuco baseada no tupi é bastante vasta, conforme foi apresentado no capítulo anterior. Não obstante, a descoberta de documentos inéditos e a facilidade de acesso a esse material, muitas vezes em manuscritos ou mapas recentemente digitalizados e disponibilizados na Internet, fazem surgir indícios, para não dizer evidências, de que o termo seja proveniente do próprio português ou de língua francófona do final do século XV.

Como já mencionado, o Brasil havia sido arrendado a um consórcio empresarial interessado na exploração de madeiras, entre 1502 e 1514²⁸. Isto aconteceu porque a Coroa Portuguesa não dispunha de recursos suficientes para financiar a ocupação das novas terras descobertas. Toda a atenção do reino voltava-se à incrementação de rotas comerciais rumo às Índias²⁹.

Alugar o Brasil a terceiros seria a maneira para que um trono endividado e depauperado pudesse justificar e manter suas pretensões no Novo Mundo conforme as regras estabelecidas no Tratado de Tordesilhas. Pode-se afirmar, inclusive, que o contrato de arrendamento teria sido a primeira grande “privatização” acontecida no Brasil, ou, como se diz atualmente, a primeira “parceria público-privada”.

Como vimos, Fernão de Noronha era o homem que comandava os negócios, representando um grupo financeiro fortíssimo, associado a investidores e mercadores de diversas nações, incluindo muitos cristãos-novos.

²⁸ A data do término do último contrato não é dada como definitiva. A maioria dos pesquisadores concorda, porém, que tenha sido entre o final de 1513 e o começo de 1515, sendo o ano de 1514 o mais provável. Contudo, a extensão informal do contrato pode ter prosseguido até depois de 1522.

²⁹ A prática do financiamento privado às grandes navegações lusitanas e ao controle de territórios era frequente, dado o interesse dos comerciantes europeus em auferir lucros com as mercadorias trazidas da África e do Oriente.

Seu prenome permite diferentes grafias, Fernando, Fernam, Fernã, Ferdinand, Ferdinando, Fernadez etc. O sobrenome também é encontrado com variações e seus biógrafos afirmam que no original seria Loronha, Loronho, Loroña ou, até, Lorena. Alguns alegam que a mudança de Loronha para Noronha teria acontecido simplesmente por motivos de distinção heráldica. Outros o definem como um cristão-novo de origem inglesa assentado nas Astúrias, litoral norte da Espanha.

Ao se tornar senhor das terras e instalar seu principal ponto de embarque na porção continental do estuário de Itamaracá, teve seu nome ligado tanto ao continente (Fernambouc ou Fernambourg) quanto ao arquipélago que recebeu seu nome e que serviria de apoio logístico na rota das embarcações.

Na cartografia do séculos XVI, XVII e XVIII, o nome da capitania é escrito de diversas formas, Fernambouc, Fernambourg, Pernambouc, Fernambuquo, Pernambuco, Pharnambuci, Pernambuche, etc, todas elas mantendo o mesmo sentido de “boca”, “abertura”, “porto”, “terras”, “sesmaria”, “vila”, “enclave”, sempre denotando o lugar onde acontecia o embarque do pau-brasil com destino à Europa.

No começo do século XVI, Fernão de Noronha já se tornara um famoso homem de negócios, braço de confiança da Casa dos Fugger na Península Ibérica. Os Fugger eram notórios banqueiros que dominavam círculos monárquicos e da nobreza, em um momento de rápida expansão do mercantilismo. Em outras palavras, financiavam os tronos europeus.

Acerca da origem judaica de Fernão de Noronha, remanescem dúvidas, inclusive de que fosse um cristão-novo de primeira ou segunda geração. Autores de credibilidade atestam que teria se convertido antes de 1494 (ver quadro à página 74). Uma coisa, porém, é certa: dentre seus sócios, havia muitos cristãos-novos, motivo pelo qual um ou outro historiador ainda tenta provar que sua empresa

tinha como intenção subjacente encontrar um lugar onde os judeus pudessem praticar sua religião livremente, de preferência longe dos “cuidados” da Santa Sé.

Aliás, esta não é a primeira vez que se conjectura acerca de uma eventual busca por uma rota de fuga para os judeus da Europa, perseguidos pela cristandade. Há quem alegue que o próprio Cristóvão Colombo estaria imbuído do mesmo propósito³⁰.

Os judeus, ao tempo de Noronha, eram perseguidos em quase toda a Europa. Já haviam sido expulsos da França e da Inglaterra. Sucessivos *pogroms*³¹ aconteceram em cidades espanholas e italianas e nem mesmo o protestantismo luterano e a reforma calvinista, nos seus primórdios, acenavam-lhes gestos deveras amistosos.

Em 1492 foi a vez da Espanha atingir o ápice de sua hostilidade, expulsando os israelitas. Cinco anos após, seu vizinho, Portugal, também o faria, mas agora sendo-lhes permitida a chance de “se redimir” por via da conversão ao catolicismo, que, na prática, terminou sendo imposta de forma compulsória, tornando-os cristãos-novos.

Para a Igreja, a Península Ibérica era entendida como o derradeiro bastião da contrarreforma, uma região que mantinha incólume o catolicismo, distante dos movimentos reformistas que se expandiam na Europa Central e nórdica.

Em decorrência, os tentáculos da Inquisição Moderna se espalhavam rapidamente, alcançando os mais remotos recônditos e atemorizando a todos, principalmente as famílias cristãs-novas, alvos constantes de denúncias e condenações³².

³⁰ Werner Sombart, famoso economista alemão, foi um dos que escreveu, em 1911, acerca do plano judaico para descobrir novas terras utilizando Colombo (apud. Lewin, 1960, p.21).

³¹ *Pogrom* é o termo usado em referência às perseguições sistemáticas contra os judeus em vilas e bairros onde moravam.

³² Instalada na Espanha desde o século XV, chega oficialmente a Portugal em 1536.



Homem condenado pela Inquisição (lado esquerdo) e mulher condenada pela Inquisição (lado direito). Gravuras de Bernard Picart, 1724, 103x81mm. Coleção JR.

Caesar Sobreira, em seu livro *Nordeste Semita* (2010, p.60), é taxativo quando afirma que Dom Manuel concedeu, na data de três de outubro de 1502:

“(...) autorização para que um consórcio ou associação de cristãos-novos, encabeçados por Fernão de Noronha, arriscasse seu próprio dinheiro na exploração das terras brasileiras”.

Essa posição, isto é, que não somente Fernão de Noronha, mas seus principais sócios seriam cristãos-novos, é igualmente defendida pelo escritor Elias Lipiner (1987), autor de *Gaspar da Gama: um converso na frota de Cabral*.

Vale notar que a própria origem da palavra “brasil” provavelmente derive do hebraico *barzel*, ou *berzel*, ferro, e deste modo, o pau-brasil seria sinônimo de “pau-ferro”³³.

³³ Ver, por ex., Jane Bichmacher de Glasman, 2011.

A esse respeito, hebraístas acreditam que possa haver correlação entre onome do país e as quatro esposas de Jacó, que aparecem na bíblia com os nomes de Bila, Rachel, Zilpa e Lea, coincidindo com o radical da palavra Brasil, B-R-Z-L³⁴. Assim, de maneira ainda não devidamente explicada, este país teria sido, desde tempos imemoriais, uma pátria para os filhos de Jacó, hipótese que deve ser levada bastante a sério³⁵.

O pesquisador judeu Isaac Raizman (1937) alega que foi o próprio Gaspar da Gama – que estava presente na esquadra de Cabral e era cristão-novo – de quem partira a sugestão a Fernão de Noronha para que arrendasse a nova colônia portuguesa, que seria “o mais favorável recanto para os judeus perseguidos”.

Este autor chega a escrever que:

“Nesta penosa emergência, forçados a uma fuga intempestiva, os judeus teriam muito maiores prejuízos pelo precipitado abandono de suas casas e haveres, se não surgisse a figura philanthropica de Fernando de Noronha que comprando-lhes as suas propriedades facilitou-lhes generosamente o êxodo para terras mais liberaes onde pudessem realizar suas grandes e pacificas aspirações” (sic, pp. 28 e 29).

³⁴ Sobre as origens do nome “brasil” há muitas hipóteses. Uma delas é a de que seria a ilha misteriosa que fugia dos navegadores toda vez que era avistada, *Hy Brazil*, conforme noticia Eduardo Bueno (1998, p.13). O nome brasil seria proveniente do celta *bress*, dando origem ao verbo inglês *to bless*, abençoar. Por esse prisma, a palavra significaria “terra abençoada”. Eduardo Bueno (2013, p.35) mostra que a associação com a madeira, não com a ilha, somente prevaleceu porque seus comerciantes eram chamados de “brasileiros”. De qualquer modo, permanece amplamente aceita a hipótese de que o nome derive de pau-brasil, madeira cuja tinta é rubra, da cor de brasa.

³⁵ Filossemitas enxergam origem hebraica para o rio Solimões, alusão ao rei Salomão, e para os nomes de alguns estados brasileiros, como Goiás, Amazonas e Ceará (que adviriam, respectivamente, de *goiaz*, gentio valente; de *bircat hamazon*, bênção do sustento ou de *am-zonot*, povo de mulheres vulgares; e *siará*, tempestade de areia, dunas). Nessa linha de raciocínio, o Recife adviria de *ratzif*, baía, docas, atol, cais.

Raizman cita documentos probatórios existentes na Torre do Tombo, transcritos na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*³⁶, que demonstram a atividade negocial de Noronha na aquisição de casas que pertenciam aos judeus que deixariam Portugal para se dirigirem a Pernambuco.

À parte toda essa questão judaica, certo mesmo é que, quando alugou as terras ao rei de Portugal, o consórcio mercantil tinha o claro propósito de explorar o pau-brasil, atividade bastante lucrativa, cujo contrato foi renovado, no mínimo, quatro vezes. A madeira vermelha era tão preciosa na Europa que, mesmo depois do considerável aumento da oferta, a expansão da demanda não permitiu que os preços caíssem.

Dentre todas as áreas de extrativismo, o produto originário de Pernambuco era considerado da melhor qualidade. Por isso, e também por causa da proximidade relativa a Portugal, foi grande a sua exploração, motivo pelo qual a madeira ficaria conhecida como “*bois-de-fernambouc*” (pau-de-pernambuco)³⁷.

A associação desta madeira ao seu principal empreendedor, Fernão de Noronha, era tão notória que, em algumas cartas geográficas primitivas, aparece o lugar com o nome de Fernambois, algo como “madeira de Fernão”, no caso do mapa-múndi holandês de 1626, *Nova Totius Terrarum Orbis Geographica ad Hydrographica Tabula*, o qual aponta uma localidade ao norte do Cabo de Santo Agostinho com essa designação. Ato falho do cartógrafo ou erro de tipografia?

Por último, há, ainda, de se registrar, que o termo *bouc* em francês, e em algumas outras línguas, quer dizer “bode”, animal cuja imagem era associada à figura do judeu medieval e também como

³⁶ Livro publicado sob a coordenação de Carlos Malheiros Dias. Porto: Litografia Nacional, 1921.

³⁷ Ainda hoje é mantido o parônimo *bois-de-pernambouc* em países de língua francesa, madeira muito demandada para a fabricação de arcos de violino.

símbolo do demônio. Sobre o assunto, escreve Angélica Varandas (2006)³⁸:

“De facto, na Idade Média, o bode podia representar o Judaísmo e o deus dos judeus, eles próprios entendidos como seres demoníacos”.

Sob esse prisma, Fernanbouc poderia ser o “bode” Fernão, no sentido pejorativo de “judeu”, hipótese, contudo, sem respaldo documental efetivo.

Os judeus no comércio marítimo

A presença de “gente da nação”³⁹ em Portugal era quantitativa e qualitativamente importante na virada do século XV para o XVI. De acordo com José Gonçalves Salvador (1978, p.XIII), a população israelita chegava a quatrocentas mil pessoas, durante o reinado de D. Manuel.

Segundo esse autor, ilustres representantes da nobreza e até mesmo da realeza ibérica possuíam ascendência judaica, dentre eles, D. Antônio, prior do Crato, e Fernão de Aragão, marido de Isabel de Castella.

Na escola de Sagres, famosa por desenvolver a engenharia náutica lusitana que conquistaria o mundo, figuravam nomes como

³⁸ O antissemitismo cristão europeu associava o judeu ao bode e, portanto, ao diabo. Em 1267, o Concílio de Viena obrigou os judeus ao uso de um chapéu pontiagudo como um corno. A cristandade via os que aceitavam o Bom Pastor como ovelhas e os que o rejeitavam permaneceriam cabras, como os judeus. Em diversas edições de bestiários que circulavam na Europa, o bode era associado ao judeu.

³⁹ “Gente da nação” é o termo que designa os cristãos-novos judaizantes oriundos de Portugal e equivale ao termo hebraico “*am-israel*”, isto é, “povo de Israel”. Nos Países Baixos, para onde se dirigiram milhares de famílias fugidas de Portugal, manteve-se o termo. O historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello tem um de seus livros assim intitulado, abordando a presença judaica em Pernambuco durante o período de ocupação holandesa.

Jácome de Mallorca e Jafuda Cresques, que em muito contribuíram para o avanço das ciências aplicadas.

Salvador cita, por exemplo, o testemunho de um enviado diplomático de Veneza informando que, em 1506, os marranos⁴⁰ formavam um terço da população de “*cittadini e mercanti*” (cidadãos e comerciantes), sendo as classes mais baixas e mais altas formadas quase que exclusivamente por cristãos (velhos).

Sobre a participação dos judeus no comércio, cita à página XIV:

“Ademais de serem bons navegantes e possuïrem tirocínio mercantil, muitos eram donos de navios e se deslocavam para onde quisessem no ‘mare clausum’ português, cujo acesso os reis lhes vedaram apenas excepcionalmente”.

O famoso historiador francês Frederic Mauro (2000, p.75), em um de seus últimos artigos publicados em vida, escreveu:

“Les marchands juifs ont de bons atouts en mains. Ce sont eux qui ont réussi à accumuler le plus de capitaux en Europe. Mais il est certain qu’ils doivent pouvoir compter sur les moyens de transport et, en particulier, les transports maritimes, dans la mesure où ils ont aussi des navires de guerre qui pourront défendre les flottes espagnoles et couler les navires français, flamands, allemands et italiens”⁴¹.

⁴⁰ O termo “marrano” é aplicado de forma pejorativa aos judeus conversos da Península Ibérica, significando “porco”, animal impuro para o judaísmo. Alternativamente, pode provir de “*mar anussim*” que significa “amargos forçados” (forçados à conversão).

⁴¹ São os comerciantes judeus que possuem os ativos financeiros. São eles que conseguem acumular boa parte do grande capital europeu. Por certo, deviam contar com os meios de transporte, em particular, os marítimos, na medida em que possuíam também os vasos de guerra necessários à defesa das frotas espanholas (hispano-portuguesas) e à destruição de navios inimigos (franceses, flamengos, alemães e italianos). Trad. do Autor.



Fragata. OST, séc. XIX. Autor desconhecido. 430x297mm. Coleção JR.

Cristãos-novos e judeus em Pernambuco

A presença de cristãos-novos em Pernambuco passa a ser notória a partir da chegada do donatário Duarte Coelho e sua família, em 1535.

Esses cristãos-novos eram judeus convertidos à força ao catolicismo por imposição do Trono Português, que em 1496, proibiu o exercício da religião judaica em solo lusitano. Portanto, após o descobrimento do Brasil, os conversos passaram a alimentar expectativas de poderem vir ao Novo Mundo de modo a se afastarem da intolerância religiosa da metrópole.

Em Portugal, as coisas pioravam para os judeus ano após ano, culminando com o massacre de 1506, em Lisboa, quando centenas de pessoas, inclusive mulheres e crianças, foram trucidados e queimados em praça pública, insuflados por padres dominicanos que lhes atribuíam a responsabilidade pela seca e a peste que grassava no país.

Foram poucos os judeus que vieram a Pernambuco no período de arrendamento por Fernão de Noronha, conhecido como ciclo do pau-brasil, mas a chegada se intensificaria com a formação dos primeiros núcleos de povoamento e começo do ciclo do açúcar.

Estabelecidos inicialmente no eixo entre Igarassu e Olinda, alguns se dedicam à produção do açúcar, incluindo aqueles que já possuíam experiência em Cabo Verde e na Ilha da Madeira. Outros exerceriam as mais diversas ocupações, sendo pioneiros em seus campos profissionais.

A presença judaica em Pernambuco se intensificará paulatinamente com a instalação oficial da Inquisição Católica no reino português, em 1536. Agora, as famílias cristãs-novas podiam ser acusadas a qualquer momento por práticas judaizantes, despertando pavor no cotidiano de suas comunidades. Passam a fugir para outros lugares, principalmente rumo ao norte da África, à Turquia e ao Brasil.

Quanto às práticas judaizantes desses cristãos-novos, isto é, a manutenção secreta do judaísmo e a observância de seus ritos religiosos, sabe-se da existência de uma comunidade bem-organizada em Olinda quinhentista, a qual perduraria até o incêndio da cidade, ateadado pelos holandeses, em 1631. A partir de então, os judeus de Olinda se juntarão aos recém-chegados dos Países Baixos para formarem uma nova comunidade, desta vez, no Recife.

Com efeito, além das conhecidas comunidades de Olinda e do Recife, o escritor José Alexandre Ribemboim (2002) assinala a existência de organizações judaicas em Itamaracá, Igarassu, Goiana (Tejucupapo) e, mais tarde, também na Cidade Maurícia (cidade construída por Nassau) que corresponde, atualmente, aos bairros de Santo Antônio e São José).

Não obstante, ressalte-se que, mesmo antes da chegada de Duarte Coelho, já havia cristãos-novos em solo nordestino, incentivados pelo próprio Fernão de Noronha, haja vista sua ascendência israelita. E, na Europa, a presença de mercadores judeus no comércio do pau-brasil era tão intensa que algumas fontes chegam a nominá-la jocosamente de “madeira judaica” (Ribemboim, 2023).



Capa do livro “Uma Olinda Judaica”. Arte digital João Câmara Filho, 2011.

Fernão de Noronha

Para muitos historiadores, não restam dúvidas acerca da origem judaico-sefardita de Fernão de Noronha.

Capistrano de Abreu, em suas notas à *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, baseia-se em uma carta de Pero Rondinelli, escrita em Sevilha, em 1502, para atestar que *“a terra do Brasil foi arrendada a alguns cristãos-novos, com a condição de todos os anos mandarem seus navios a descobrir trezentas léguas de terra para diante, fazerem uma fortaleza no descoberto e conservarem-na três anos”*.

A hipótese de ser cristão-novo encontra reforço em um documento escrito por Leonardo Cá Masser (Cha Masser), espião de Veneza na Corte Portuguesa, que mencionava Fernão de Noronha como tal⁴².

Sabe-se que, ao término do século XV, Fernão já havia se tornado um mercador de prestígio em Lisboa e, ao que parece, era o homem da confiança de Jakob Fugger, chefe da famosa casa bancária alemã. Talvez por causa de suas conexões financeiras, Fernão logrou grande distinção junto ao rei Dom Manuel em pleno curso da conversão forçada e de perseguições aos judeus de Portugal.

Segundo Arnold Wisnitzer, em seu livro *Os Judeus no Brasil Colonial* (1966), ainda restam incógnitos os nomes dos outros cristãos-novos associados a Noronha, assim como seu nome de nascimento:



Brasão atribuído a Fernão de Noronha

⁴² Miceli, 2012, p.202.

“Parece, entretanto, que não foi batizado à força. O batismo compulsório começou em Portugal em 1497 e, desde 1494, Noronha já era Cavaleiro da Casa Real. Em 1498, tornou-se ‘Cidadão de Lisboa’. Dos testemunhos encontrados, depreende-se ter sido ele um proeminente e rico judeu que desempenhou importante papel na Côrte e adotou voluntariamente a religião cristã. Seu padrinho, de quem herdou o nome de Noronha, era membro de uma das mais importantes famílias da Península Ibérica, e descendente de Henrique II, rei de Castela. O genealogista português Padre Antônio Soares de Albergaria, em seus ‘Tropheos Lusitenos’ (Lisboa, 1631), afirma que Fernão de Noronha morou algum tempo na Inglaterra. E que sua patente de nobreza, outorgada pelo rei inglês, foi mais tarde, confirmada por Manuel I e seu filho João III. Foram padrinhos de Fernão, o Conde de Linhares e Dom Antônio de Noronha. Para se diferenciar da família Noronha, composta de cristãos-velhos, a família Noronha, de cristãos-novos, adotou o nome Loronha” (sic)⁴³.

Em 1501, com o propósito de fazer o reconhecimento da costa e a doação de nomes aos acidentes geográficos a serem descobertos, foi enviada ao Brasil uma expedição, tendo a bordo o famoso navegador Américo Vespúcio.

Esta expedição foi acompanhada com redobrado interesse pelos grandes mercadores europeus, pois poderia revelar tesouros imensuráveis. Os relatos de Vespúcio, em sua famosa Lettera, indicava o pau-brasil como principal produto de exportação e frustrava as expectativas dos que esperavam ouro e prata.

O grupo de Fernão de Noronha decide, então, financiar uma segunda expedição, com o mesmo propósito. Aí, divergem os autores sobre uma eventual presença física de Fernão de Noronha nesta

⁴³ Essa tradução do original de Wisnitzer é de Olívia Krähenbühl, em texto compilado por Cláudia Gouveia (2001), disponível em: www.arquivojudaicope.org.br.

esquadra. A maioria dos peritos considera difícil que o cristão-novo pudesse se ausentar dos seus negócios na Europa por muito tempo.

Esta segunda frota, de seis navios, era comandada por Gonçalo Coelho, considerado por alguns historiadores como sendo o pai de Duarte Coelho e, ao que tudo indica, responsável pela descoberta do arquipélago, inicialmente batizado de Ilha da Quaresma (ou São João da Quaresma), que pouco tempo depois receberia o nome de Fernão de Noronha.

O fato é que Fernão de Noronha conseguiu do rei de Portugal uma carta permissionária exclusiva para que seu grupo explorasse as novas terras, em particular, o comércio do pau-brasil. Em contrapartida, deveria, anualmente, enviar seis navios para vigiar a costa, explorar trezentas novas léguas e construir um forte. Durante o primeiro ano de vigência, seria isento de pagamentos, mas teria que pagar um sexto da renda no segundo ano e um quarto, no terceiro (embora na versão de Cá Masser, mencionado à página 74, Noronha pagasse uma soma fixa de quatro mil ducados anuais durante dez anos)⁴⁴.

A empresa extrativa do pau-brasil revelou uma lucratividade sem precedentes. Além da madeira, embarcavam-se para a Europa representantes da fauna e flora locais, com destaque aos macacos e papagaios. Essa perspectiva de bons negócios fez crescer a presença de aventureiros, sobretudo normandos e bretões, em pleno contrabando de mercadorias, aumentando a concorrência com o pessoal de Fernão de Noronha, inclusive cooptando os indígenas como mão de obra.

É provável que toda essa gente tenha aprendido a conviver pacificamente entre si, como estratégia de sobrevivência naquele inóspito ambiente. Deste modo, a política de tolerância, ou quem sabe até de cooperação, tornava-se uma ameaça à soberania portuguesa no

⁴⁴ As duas versões são anotadas por Varnhagen, em seu livro *História Geral do Brasil*, de 1854.

território, dada a população crescente de contrabandistas. Temeroso de perder sua autoridade, o Trono Português entendeu ser necessário e urgente um plano de defesa patrocinado pelo próprio Estado.

A concessão dos direitos exclusivos para a extração do pau-brasil foi concedida em 1502 ou em 1503 e renovada pelo menos três vezes, em 1505, 1509 e 1511⁴⁵, mas, como já foi frisado, os historiadores creem que a exploração pelo grupo de Fernão perdurou, em moldes de concessão monopolista, para depois do ano de 1522.

Em 1516, o rei de Portugal decide enviar uma frota de patrulhamento e, a partir daí, os cuidados com a defesa passam a acontecer sob os auspícios diretos da Coroa até que, finalmente, em 1534, D. João III institui o sistema de capitanias hereditárias.

Antes disso, já a partir de 1525, quase já não se ouve mais a respeito de Fernão do Noronha, nem se sabe como morreu ou onde estaria enterrado. Suas últimas dão conta de que tenha recebido um brasão especial em 1532, sendo assim elevado à categoria de nobre também no reino de Portugal⁴⁶.

O comércio de pau-brasil, por sua vez, ainda perdurará por séculos, embora, com as matas quase totalmente devastadas, tornar-se-ia cada vez menos rentável. Em seu lugar, emerge o promissor ciclo do açúcar em Pernambuco.



⁴⁵ Serebrenick, 1962.

⁴⁶ Raizman, 1937.

Franceses e estrangeiros na costa brasileira

“Malgré la confirmation par le pape des privilèges lusitaniens dans cette partie du monde, il fut suivi par de nombreux autres marins normands, bretons et rochelais qui prirent l’habitude de venir régulièrement y chercher le précieux bois de braise”⁴⁷
(Pastoureau, 2013).

Nos primórdios do descobrimento – ou, mesmo, antes – havia estrangeiros circulando na costa brasileira, em particular, franceses, espanhóis, gente acostumada à navegação marítima.

Procuravam novas rotas, novas terras e fontes de suprimento de mercadorias de alto valor. Cooptavam os indígenas para que cortassem o pau-brasil e outras madeiras nobres, entregando-as nos entrepostos junto à praia e recebendo em troca toda sorte de bugigangas. É difícil avaliar o montante das exportações secretas e clandestinas. É possível que ultrapassassem os embarques oficiais daqueles que trabalhavam para Fernão de Noronha. Pode-se admitir que, inclusive, houvesse algum tipo de cumplicidade entre eles, com ou sem o conhecimento dos sócios europeus.

O que se sabe é que muitas das tribos indígenas eram aliadas dos franceses e se opunham ferozmente ao controle português. Se o trono lusitano não redobrasse cuidados, cedo ou tarde, seria fundada no Brasil uma *France Antarctique*, antigo sonho de Luís XII e François I, soberanos que relutaram em reconhecer o Tratado de Tordesilhas, que dividia o Novo Mundo entre os países iberos⁴⁸.

⁴⁷ “Apesar da confirmação papal dos privilégios lusitanos nesta parte do mundo, tornou-se frequente a chegada de navios normandos, bretões e de La Rochelle para carregamento do precioso pau-brasil”. Trad. do Autor.

⁴⁸ Com efeito, o francês Nicolas Durand de Villegagnon, vice-almirante da Bretanha, conquista território no Rio de Janeiro em 1555 e ali estabelece uma colônia no Brasil, fundando a França Antártica, que somente seria vencida em 1567 por Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil. Meio século depois, os franceses fundariam uma França Equinocial no Maranhão, em 1612, embora já ocupassem a Ilha de São Luís (*upaon-açu*) desde as últimas décadas do século XVI.

Porém, seria na Ilha de Itamaracá e na banda continental do Canal de Santa Cruz onde ocorreriam as mais frequentes disputas entre franceses e portugueses, tal como está detalhado nas páginas 100 e 101:

"Desta ilha de Tamaraca se tinham os Francezes apoderado e levantado n'ella huã Fortaleza que, guarnecida de muitas munições e artilharia, lhes servia de abrigo e defença. Por esta cauza assim neste porto, como nos mais, comerciavão com os 23 gentios e os alteravão contra os Portuguezes, induzindo-os para que lhes fizessem em todas a partes cruel guerra. Sendo El Rey informado destes procedimentos, ordenou huã armada bem provida de todo necessário e mandou n'ella a Pedro Lopes de Souza para que viesse a esta Ilha e lançasse dela os Francezes, demolindo suas Fortalezas e Feytorias; levantando outras, aonde lhe carregassem o Pau Brazil por sua conta, droga que somente reservava para si" (sic). (COUTO, 1904).

Sobre as alianças e incertezas locais, Capistrano de Abreu (apud. Melo Jr, 2008) destaca:

"Os tupinambás aliaram-se constantemente aos franceses e os portugueses tiveram a seu favor os tupiniquins (...); durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos peró (portugueses) ou aos mair (franceses)".

Um outro autor que destaca essa presença dos franceses na costa nordestina, em particular, na costa da Paraíba, é Abdias Moura (2002), em seu *O Sumidouro do São Francisco*, livro seminal que denuncia a violência contra os nativos e aborda a nacionalidade brasileira a partir da mistura étnica e do intercâmbio de culturas ao longo da bacia do São Francisco, um rio que, no dizer de Gilberto Freyre, *"transforma natureza em história"*.

Quando, enfim, Duarte Coelho chegou à sua capitania em 1535, é provável que os indígenas já estivessem bastante familiarizados

tanto com os homens de Noronha, quanto com os franceses que contrabandeavam naquelas praias, inclusive constituindo a principal mão de obra para o corte das árvores e transporte aos navios.

Não é difícil de se supor que esses indígenas atribuíssem uma denominação ao ponto de coleta da madeira para embarque. As terras eram de um certo “Dom Fernão”, isto haviam aprendido com portugueses e franceses.

Já foi explicado como seria a pronúncia dos silvícolas para designar o porto ou a boca de Fernão, haja vista a inexistência do [f] nas línguas tupis e sua troca por [p]. Além disso, as línguas faladas pelos nativos eram aglutinadoras, em que não se usam artigos definidos e tendem a juntar palavras em uma só. Em sua construção gramatical típica, o objeto possuído vem depois do nome do possuidor. A expressão “boca de Fernão” resultaria, indubitavelmente, em “Pernã-buca” e entre os franceses, Fernambouc⁴⁹.

A influência francesa na onomástica de lugares e acidentes geográficos na costa brasileira ainda é pouco reconhecida. É possível que os nomes dos rios Capibaribe e Beberibe, no Recife e em Olinda tenham origem em *rîve*, margem, costa, em francês, ou o contrátil de *rivière*, “rio”. Uma vez que o fonema [v] tende a ser emitido como [b] pelos indígenas, o “rio das capivaras” se tornaria o conhecido Capibaribe dos pernambucanos. Fenômeno linguístico similar teria acontecido com o nome do rio Jaguaribe, nas terras de Igarassu, aglutinação do tupi *jaguá*, que significa “jaguar” ou “onça”, com o francês *rîve*. Rios Jaguaribe existem também no Ceará e na Paraíba.

Com efeito, a presença francesa no Brasil com o propósito de ocupação foi muito além das investidas oficiais no Rio de Janeiro

⁴⁹ Essa tendência de aglutinação é encontrada em muitas línguas europeias. Em inglês, alemão, sueco, francês, é comum encontrar cidades com os sufixos *burg*, *bourg*, *berg*, *borg*, *ville*, *town*, *ton*, *stadt*, como acontece em Hamburg, Cherbourg, Falkenberg, Louisville, Fredericton, Georgetown, Brighton, Darmstadt, Mauritzstadt etc. Os ingleses, inclusive, usam a palavra *mouth* (boca), no sentido de embocadura, sempre posposto a um substantivo ou adjetivo, tal como em Portsmouth, Weimouth, Plymouth etc. Neste contexto, holandeses, alemães, dinamarqueses e nórdicos grafam *haven* ou *havn*, para designar porto, escrevendo New Haven, Cuxhaven, Bermerhaven, Kobenhavn etc.

(1555-1567) e no Maranhão (1594-1615). As ideias de uma França Antártica e de uma França Equinocial decorriam diretamente do interesse comercial no Atlântico Sul e, em parte, no estabelecimento de um território religiosamente “neutro”, em que os protestantes pudessem praticar seu credo sem riscos de perseguição.

Não obstante, muito pouco é conhecido dos brasileiros acerca da presença subterrânea daqueles aventureiros, em sua maioria provenientes de cidades na costa atlântica da Normandia, Bretanha, Aquitânia e de La Rochelle.

Na Aquitânia Atlântica (também conhecida por Guyanne), a cidade de Bordéus assume, no século XVI, o protagonismo como entreposto ultramarino e de distribuição europeia dos produtos provenientes das Américas e da África. Dieppe e Honfleur, na costa normanda, também se tornariam destacados portos de recepção e reembarque rumo ao Báltico e na direção de centros de consumo por toda a Europa, promovendo seus corsários e flibusteiros, que não hesitavam em embarcar rumo ao desconhecido, ajudando na fundação de núcleos de povoamento nas possessões francesas ao redor do mundo.

Vue du Port de La Rochelle. Derveux.
Cópia autorizada. Office de Tourisme, França, 2015.
400x210mm. Coleção JR.



O famoso historiador e diplomata pernambucano Oliveira Lima (2011, p. 37) escreve:

“Os armadores de Honfleur e de Dieppe eram, com razão, reputados entre os mais opulentos da época, e os corsários armados por eles eram tidos entre os mais ousados em cruzar os mares”.

Nos séculos XVII e XVIII, essas cidades serão protagonistas do comércio ultramarino, especializando-se no transporte e venda de escravizados, madeiras, peles, fumo, açúcares, animais silvestres.

O estreitamento dos laços comerciais com os entrepostos e as colônias francesas da América Central, do Caribe e da América do Norte e o sucesso mercantil obtido talvez tenham induzido um certo desinteresse dos franceses na América Meridional, onde se contentariam com o território da atual Guiana, ao norte do rio Oiapoque, não sem antes terem se adentrado centenas de léguas no rio Amazonas.

Por fim, não é de menos mencionar o nome um famoso *“flibustier”*, Pièrre Belain, Sieur D’Esnambuc, nascido em 1585, que estabeleceu, em 1635, a primeira colônia da “Companhia das Ilhas da América”, na Martinica. É possível que esse aventureiro dos mares tenha adotado seu nome em alusão a Fernambouc que, por corruptela, comum entre corsários e piratas iletrados, transformar-se-ia em “Esnambuc”, suprimindo a letra “f”. Por causa do seu nome, é provável que tenha



Flibustier do século XVII.
Desenho a nanquim de Jacques Ribemboim, 1973, 140x70mm. Coleção JR.

vivido em Pernambuco ou tivesse vínculos com o território tão frequentado por franceses.

“Fernambouc” se transforma em “Pernambuco”

O novo donatário da capitania, Duarte Coelho, não deve ter gostado nem um pouco da ideia de dar às suas terras o nome de outra pessoa e, a depender dele, receberiam a denominação de Nova Lusitânia⁵⁰. Note-se que na Carta de Doação do rei de Portugal, Dom João III, o nome Pernambuco não é mencionado uma única vez.

As terras da capitania começavam ao norte no estuário que separa Itamaracá do continente (denominado no documento como Rio de Santa Cruz) e se estendiam na costa até a foz do Rio São Francisco, ao sul. Isso delimitava um território bastante vasto para Pernambuco, que faria limite, pelo interior, com os atuais estados de Goiás, Tocantins e Minas Gerais.

Apesar dos esforços de Duarte Coelho, não foi possível trocar o nome do lugar, pois todos já estavam acostumados ao termo “Pernambuco”. Portanto, em sendo a denominação um fato consumado, é possível que se tenha buscado, estrategicamente, uma etimologia do tupi para explicá-la e, desse modo, afastar qualquer tipo de alusão ao arrendatário que lhe antecederia no comando das terras.

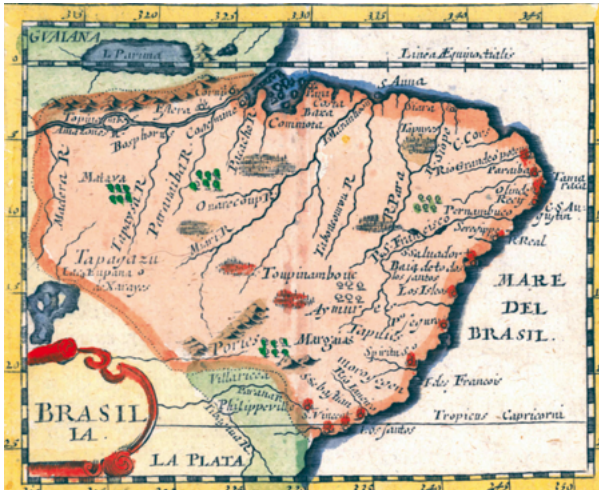
A provável origem judaica de Fernão de Noronha, ou o fato dele estar acompanhado de negociantes cristãos-novos em sua empreitada, também pode ter influenciado na decisão de afastar de vez seu patronímico, embora isto contradiga o fato de o próprio rei de Portugal ter-lhe feito a doação de uma “capitania do mar”, em 1504, as ilhas do atual Arquipélago de Fernando de Noronha.

⁵⁰ Por muitos anos, mesmo após a morte de Duarte Coelho, sua viúva, Brites Albuquerque, continuava assinando cartas e documentos, na qualidade de capitã (administradora), a partir de 1575, como “Capitania de Pernambuco, Nova Lusitânia”.

No livro *Pernambucânia*, de Homero Fonseca (2008), o autor alerta, com bastante lucidez, que:

“A nomenclatura não é neutra. Carrega em si ideologias, paradigmas, conflitos. Desnuda relações de poder. Omite ou acentua episódios da construção de um país contraditório. Exalta vencedores e esquece vencidos. Expõe preconceitos e abriga contestações”.

Se o termo “Pernambuco” fosse derivado do tupi, tenderia a ser grafado Paranapuca ou Parambuca⁵¹, ccomo aconteceu com os nomes dos estados do Pará, Paraíba, Paraná e em tantas cidades brasileiras, como Paranaguá, Paranapanema. Somente no caso de Pernambuco é que teriam acontecido tantos fenômenos linguísticos simultaneamente: uma síncope do “a” central e duas metáfonias, uma de “a” para “e”, outra de “a” para “o”. Curiosamente, o termo “*paraná*” somente se tornou “fernam” nas terras de Fernão, o que seria demasiada coincidência.



Brasil.
Pierre Du Val, 1679.
Gravura Aquarelada. In:
Geographie Universalis
by Johann Hoffman,
100x125mm.
Coleção JR.

⁵¹ O tupi desconhece os fonemas [f] e [b], mas reconhece [mb], como em Perna[mb]uco, um quase [m].

Adicionalmente, é provável que o sufixo “*bouc*” tenha sido utilizado no Brasil por diversas vezes para designar “terras de”. Em um mapa de Du Val, por exemplo, reproduzido na figura da página anterior e datado de 1679, vê-se um vasto território – mais ou menos onde hoje se encontra o estado de Tocantins – denominado Tupinambouc, neste caso, significando “terras dos tupinambás” ou “boca dos tupinambás”.



Mapa húngaro datado de 1804, de Pethes David.
Gravura aquarelada, 412x327mm. Coleção JR.

Por sua vez, no mapa húngaro de 1804, intitulado *Ámérika*, assinado por Pethes David, aparecem os termos “Topinambok” e “Amazonok”. Neste mapa, a terminação “*bok*” pode ter sido adotada com o mesmo significado de “*bouc*”, embora seja uma desinência indicativa do plural no idioma magiar. A grafia de mapas tão díspares no tempo e no espaço evocando um mesmo sufixo designando “lugar de” corrobora a tese de que Pernambuco seja, de fato, uma alusão a Fernão de Noronha.

No século XIX, Louis Vauthier, famoso engenheiro-arquiteto francês, que morou no Recife entre os anos de 1840 e 1846, responsável por grandes obras na cidade, dentre elas o Teatro Santa Isabel, escreve em uma carta, dirigida a um conterrâneo, afirmando que o Recife possuía “*casas muito estreitas e profundas, e não somente isso, como também muito altas*”, e lembra que o bairro fora chamado um dia de “Fernambourg”, mas conclui que o termo teria sido um erro de tradução dos franceses:

[...] um dos bairros de Pernambuco, do qual o francês, que é ladino e grande baralhador de nomes próprios, fez Fernambouc ou mesmo Fernambourg” (Vauthier,1943).

Gustavo Barroso, por sua vez, escreve coisa semelhante em seu livro *O Brasil na Lenda e na Cartografia Antiga* (1941, p.39), também percebendo a expressão dos franceses, mas não a levando muito a sério, descartando a possibilidade que tenha sido a origem do nome do estado, simplesmente anotando que “*Pernambuco acabou Fernambouc e Fernambourg para os franceses*”.

Na mesma linha de raciocínio, o etimólogo Plínio Ayrosa (1933, p.39) escreveu:

“A palavra paranã, que hoje dizemos paraná por defeito de pronuncia, passou a ser parnã e pernã na bocca dos portuguezes, e fernã na dos francezes. E foi assim que se consagrou a denominação Pernambuco, esquecendo a fôrma verdadeira: Paranãmbuco” (sic).

A explicação para o nome de Pernambuco tendo como origem “*Fernambourg*” foi defendida pelo respeitável pesquisador Vanildo Bezerra Cavalcanti (1986, p. 68), que refutou veementemente a hipótese proveniente do tupi:

“Desde logo devemos destacar que a grafia do vocábulo dessa época, inclusive pelo fator tempo, não nos lembra nada que possa

levar à corruptela das palavras tupi — Paraná e Puca — mas logo se ressalta para o nome próprio Phernã e/ou Fernã quanto aos sufixos Buque ou Bourg, usado pelos franceses bem mais antes que a época acusada na cartografia”.

Este autor lembra, ainda, que Metódio Maranhão igualmente reconheceu a versão do nome Pernambuco como advinda de “Fernão+buque”, que, segundo ele, significaria “barco de Fernão” em português ou espanhol arcaico.

Em nosso modo de entender, Vanildo foi quem melhor compreendeu a real significação do nome do atual estado de Pernambuco, alegando uma relação direta e inequívoca com Fernão de Noronha.



Reunion Politique à Fernambouc.
Gravura Aquarelada. Ferdinand Denis, 1838.
Coleção JR.

O linguista e filólogo Vicente Masip, da Universidade Federal de Pernambuco, refuta a hipótese de o nome derivar de Fernandbourg embora admita plausível os metaplasmos de permuta de “f ” por “p”, e de “nd” por “m”, neste caso, explicável pela fonética bilabial do “m”, de mesmo modo que o “b” que lhe sucede, exceto pelo traço de nasalidade. A perda do “r” ao final da palavra dar-se-ia por elisão de som vibrante alveolar sonoro, algo bastante aceitável, dado que está em final de sílaba e, em português informal, tenderia a desaparecer. A incompatibilidade, na visão do renomado professor, estaria na transformação do som [g], oclusivo velar sonoro, em [k], oclusivo velar surdo⁵².

Este metaplasmo, contudo, poderia ser explicado pelo sincretismo fonético do tupi com o francês e o português, ou, pela hipótese mais provável de que provenha de Fernambouc (boca ou porto de Fernão) e não de Fernandbourg.

A disputa pela madeira

Desde o início, as principais áreas de exploração do pau-brasil aconteciam no Nordeste, próximas ao litoral, entre os atuais estados da Bahia e do Rio Grande do Norte. Estas terras, além de estarem mais próximas de Portugal, eram as que continham a madeira de melhor qualidade.

Eugênio de Castro afirma que a madeira e sua tintura eram de tal modo abundantes e cobiçadas que os próprios indígenas tratavam de “*offerecer a nado a bordo das naus*” (1929, p.157).

A partir de 1502, com o contrato de arrendamento ao consórcio de Fernão de Noronha, começa a vinda sistemática de navios cargueiros a fim de recolher o grosso das mercadorias.

Para que os negócios pudessem funcionar em escala empresarial, é provável, como já foi mencionado, que os homens de Fernão man-

⁵² O parecer de Vicente Masip foi obtido pelo Autor por meio de entrevista.

tivessem uma estratégia de convivência pacífica com os franceses, que se encontravam por toda parte, mormente ao norte de Itamaracá e na Paraíba, e, aproveitando de seus navios, pudessem contabilizar a carga “para menos”, de modo a escapar de eventuais tributações.

Esta estratégia de convivência ou cooperação, embora não esteja documentada em nenhum registro conhecido, poderia explicar os motivos pelos quais não houve confrontos diretos significativos entre os dois grupos, a não ser os que ocorreram durante as expedições oficiais portuguesas do ciclo 1516-1530, ou por conta da rivalidade natural entre tribos indígenas.

Manuel Correia de Andrade (1997, p.16), em seu *Pernambuco Imortal*, menciona que:

“Portugueses e franceses, quando se encontravam no mar ou nos ancoradouros do litoral, entravam em luta, cometendo grandes atrocidades, matando os vencidos, incendiando ou confiscando embarcações e mercadorias nelas contidas e amedrontando os indígenas, que comerciavam uns com os outros”.

O geógrafo pernambucano, contudo, referia-se provavelmente às contendas entre franceses e as naus expedicionárias portuguesas de Cristóvão Jacques e Pero Lopes, não a disputas cotidianas entre os homens de Fernão e os contrabandistas.

É preciso se entender que, mais que tudo, portugueses e franceses procuravam lucratividade, e a complementaridade entre eles poderia significar a sobrevivência, tanto de suas próprias vidas quanto de seus negócios. No quesito lucratividade, a convivência era bem mais vantajosa que a guerra.

De outro lado, excetuando-se a presença desses aventureiros, quase não existiam colonos na vastidão do litoral brasileiro. O historiador Paul Gaffarel, por exemplo, em seus livros *Histoire du Brésil François au Seizième Siècle* (1878) e *Histoire de la Decouverte de L’Amerique* (1892), reproduz a narrativa de dois notáveis navegadores

normandos quinhentistas, Jean Parmentier e Jean D'Ango⁵³, que visitaram o Brasil, entre 1509 e 1516:

“Le long de cette côte et vers le couchant, les Portugais n'ont élevé aucun château ni forteresse; seulement, on trouve dans un lieu dit Fernambouc situé après le cap Saint Agoustin un petite forteresse de bois que sert d'asile a quelques Portuguais exilés”⁵⁴.

Asseveram os dois viajantes que o trecho mais frequente aos normandos, aquitães e bretões estavam entre o “*Cap Saint Augustin et le Port Royal*”, onde estão “*les meilleurs bois du Brésil et en plus grande quantité*”⁵⁵. E acrescentam uma informação das mais curiosas e importantes em relação ao gentio e seu relacionamento com os europeus:

“La population se montre plus affable aux Français qu'aux Portugais”⁵⁶.

Esta curiosa e persistente presença francesa é percebida por Vanildo Bezerra Cavalcanti (1986, p.72), que estranha a relativa escassez de informações e estudos a respeito:

“A predominância dos franceses no Nordeste na primeira metade do século XVI é notória, mas ainda não devidamente estudada pelos historiadores brasileiros. Os arquivos franceses continuam praticamente virgens, embora saibamos das atividades dos corsários e piratas vindos da França para negociarem com os indígenas das costas pernambucanas. É, por exemplo, sintomática

⁵³ D'Ango chegou a ser um dos maiores armadores de Dieppe no começo do século XVI e ferrenho defensor dos direitos franceses sobre as novas terras descobertas.

⁵⁴ Ao longo da costa e na direção poente, os portugueses não construíram nenhum forte ou fortaleza, apenas encontramos em um lugar chamado *Fernabouc*, situado depois do Cabo de Santo Agostinho, um pequeno baluarte de madeira que serve de abrigo a uns portugueses expatriados. Trad. do Autor.

⁵⁵ As melhores madeiras do Brasil e em maior quantidade. Trad. do Autor.

⁵⁶ A população [indígenas] se mostra mais amistosa aos franceses que aos portugueses. Trad. do Autor.

aquela informação encontrada no Diário de Viagem, de Pero Lopes de Sousa, referente aos indígenas da região, que abordavam os navios oferecendo para troca seus produtos”.

Gilberto Freyre (1968, p.16), em seu *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*, registra, valendo-se sempre de seu vocabulário peculiar, que:

“O Recife ainda não era nem aldeia de pescadores e pelas praias de Pernambuco, cheia de índios nus, já andavam franceses pirateando, negociando com o pau de tinta, peles, papagaios, macacos, e emprenhando caboclas”.

O sociólogo de Apipucos avança, afirmando:

“(...) diz-se que, já no remoto ano de 1531, antes da fundação de São Vicente, o tal de Fernam Buquo tinha fortaleza, igreja, feitores, escrivães, artilharia”.

Mais adiante, veremos como a disputa pelo controle territorial e do comércio da madeira atravessará episódios marcantes, como no caso da reconquista da feitoria francesa pelos portugueses e na apreensão da nau *Pélérine*, em pleno Mediterrâneo, repleta de itens contrabandeados do Brasil.

Quando o rei de Portugal, desesperado por manter o controle do Brasil e sem dispor dos recursos financeiros para isso, decide por implantar o sistema de capitanias hereditárias, doando a Duarte Coelho, em 1534, as terras “*ao norte do Rio São Francisco e ao sul do Canal de Santa Cruz*”, inicia-se um novo processo de expulsão dos “estrangeiros” e efetiva ocupação da terra pelos colonos⁵⁷.

⁵⁷ Na Carta de Doação não aparece o nome de Pernambuco, embora sejam citados os da Ilha de Tamaracá, do Rio Santa Cruz e do Rio São Francisco.

AS DUAS BOCAS DE FERNÃO

(Ribemboim, Jornal do Commercio de 05.04.2016)

Na *Revista do Instituto Arqueológico* de 1928, o pesquisador Eugênio de Castro elucida que eram dois, e não um, os “portos de Pernambuco”. O primeiro situava-se em Itamaracá e o segundo, próximo às colinas da futura Vila d’Olinda. O mais antigo, conhecido como “porto do rio Pernambuco”, antecederia em uma quinzena de anos o segundo, “porto de Pernambuco”.

Para sustentar sua assertiva, o autor faz menção ao diário de bordo de Pero Lopes, que, em 1531, assinala:

“para uma casa desta feitoria do rio pernambuco, em que se achava, é que o capitão-mor levou todos os doentes de sua armada, em número de seis, ao que parece, findo o que, regressou ao sul, ao porto de pernambuco, a reunir-se a seus outros navios”.

Pelo texto, parece clara a simultaneidade de dois ancoradouros homônimos na costa do pau-brasil. O rio Pernambuco é o atual Rio Igarassu, apelidado na época de “rio dos monstros” e mais tarde denominado Rio da Santa Cruz. Não é para menos que Itamaracá, conhecida inicialmente como Ilha da Ascensão, seria descrita como a “Ylha de Fernão Buquo”.

Por sua vez, Flávio Guerra, em seu clássico *História de Pernambuco* (Alepe, 1976), aprova a descrição de Eugênio de Castro e identifica um dos portos como “Pernambuco Velho” e o outro, simplesmente “Pernambuco”.

A chegada de Duarte Coelho ao Brasil não foi pacífica. Desembarcando no canal de Santa Cruz, teve de enfrentar a animosidade dos indígenas, instigados pelos franceses. Perto do local onde existia a feitoria, fez erguer em pedra o marco limite entre a sua capitania e a de Itamaracá, em um lugar que ficou conhecido como “Sítio dos Marcos”⁵⁸.

Somente em 1537 é que decide se mudar para Olinda, um povoado que passa a ser a sede da nova capitania, com apoio dos indígenas tabajaras (tabaiaras).

Simão de Vasconcellos (1865, p.28), em suas *Chronicas da Companhia de Jesus*, de 1653, já assinalava acerca da hostilidade dos caetés, cooptados pelos franceses, contra as tropas portuguesas recém-chegadas e sob o comando de Duarte Coelho.

“Foi dada esta parte do Brasil por El Rei D. João a Duarte Coelho, o velho: a ocasião foi a mesma que temos dito de Martim Affonso de Sousa, e Vasco Fernandes Coutinho. Tinha ele chegado da Índia rico de bens, e de serviços: em paga deles lhe foi concedida esta Capitania, pera que a povoasse, e defendesse à sua custa, demarcada na forma que dissemos, e com as larguezas que constam do foral, que são grandes. Com este despacho animado fez uma Armada, e embarcou-se nela com toda sua casa, e muitos parentes, e amigos, que quiseram acompanhá-lo, provido de soldadesca, e aprestos de guerra, tudo à sua custa. Deu à vela em Lisboa no mês de março de 1535. Chegou a sua Capitania, e tornando primeiro noticias necessárias, e experimentadas outras estancias, veio a desembarcar no porto, a que os índios chamam Paranambuca, e nós com pouca corrupção Pernambuco. E logo indo rocando as matas ao som de armas de fogo, terror daqueles bárbaros, abriram caminho de uma

⁵⁸ O marco divisório original da Capitania de Tamaracá encontra-se em exposição no museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Hodiernamente, contudo, o marco vem sendo atribuído à posse do Brasil pelo rei de Portugal e não como um indicativo de divisa. Isso porque o brasão que encima a coluna traz as armas de D. João III, que ascendera ao trono em 1521.

légua; e contentando-se de bom lugar mais alto (sitio que depois foi da vila) livre de padraos, e defensável, fundou uma torre de pedra e cal (cujas ruínas ainda hoje permanecem na Rua nova) formou vales, dispôs sua gente de guerra, e mostrou bem a experiência o quanto lhe era necessário todo este apresto; porque foi aqui acometido com terríveis assaltos de bárbaros sem numero, chamados especialmente Caetés, capitaneados por franceses que traziam consigo”.

A fixação de Duarte Coelho e sua família em Pernambuco assinala definitivamente a passagem de um ciclo meramente extrativista e exploratório, para um novo momento da colonização, buscando criar raízes na nova terra e iniciando a produção agrícola baseada na cultura da cana e na fabricação do açúcar.

Seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, ao se casar com a indígena Tabira, filha do cacique Arcoverde (na língua local, Uirá Ubi), da nação tabajara, sela um acordo de aliança e amizade com indígenas de diversas tribos e, deste modo, paulatinamente, os portugueses ampliam o almejado domínio sobre as terras ameaçadas.

“Por volta de 1530, Portugal compreendia nitidamente os problemas centrais da terra brasileira. Era preciso povoar para conservar, afastando a ameaça dos corsários a mando de outras nações. (...) Os primeiros acanhados e infrutíferos esboços de povoamento, com o envio de prisioneiros condenados ao degredo, são abandonados. Aparece o projeto das capitanias hereditárias, em que fatias da nova terra são distribuídas a particulares, os donatários”. (Abril, 1972, Tomo I, p.24).



Duarte Coelho

Duarte Coelho

A vida de Duarte Coelho é das mais atribuladas. Herói na Conquista das Índias, o fidalgo gozava de intenso prestígio junto à Corte. Acerca desse grande nome da história de Pernambuco, atesta o geógrafo Manuel Correia de Andrade (1998, p.20):

“Dois anos depois da implantação de Igarassu, primeira vila em território pernambucano, Duarte Coelho rumou para o sul e, à beira-mar, em colina próxima à praia e à confluência dos rios Capibaribe e Beberibe, conquistou terras aos caetés e fundou a vila de Olinda, que seria capital de Pernambuco por três séculos”.



Brasão de Duarte Coelho

Correia de Andrade ressalta a constante tensão entre portugueses e indígenas naquele momento e atribui o contencioso à disputa de terras. Não obstante, é provável que os indígenas estivessem em estado de beligerância contínua, devido à própria rivalidade existente entre as tribos, acentuada em decorrência das incitações dos franceses.

Leonardo Dantas Silva (2001) destaca, a seu modo, os propósitos de colonização permanente que tinha Duarte Coelho quando chegou à sua capitania:

“O primeiro donatário de Pernambuco, ao contrário de outros colonizadores acostumados com a presa fácil e a rapinagem nos mares da Índia, da China, do Japão, da África e do Oriente Médio, viera fundar uma nação, fazendo-se acompanhar de sua mulher e do seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, além de muitos gentis-homens de sua parentela, alguns fidalgos e bons colonos”.

Mais polêmica acerca do termo “Pernambuco”

Os primeiros grandes propagadores da versão tupi para o nome de Pernambuco foram o padre Ruy Pereira, que morou na Bahia, e Bento Teixeira, que havia vindo do Espírito Santo e se fixou em Olinda, ambos havendo vivido no Brasil na segunda metade do século XVI.

O primeiro foi um padre da Companhia de Jesus que tinha por objetivo catequizar os indígenas. Aprendera-lhes as expressões e passou a utilizá-las para explicar a toponímia brasileira. Os jesuítas foram os grandes responsáveis pela organização didática e compilação vernacular da gramática tupi-guarani e os diversos dialetos locais, unificando-os na forma de uma “língua-geral”.

Por sua vez, Bento Teixeira, homem culto e letrado, ministrava aulas para moços e escrevia poemas, tendo sido frequentador do círculo de Brites de Albuquerque, viúva de Duarte Coelho, mulher que comandava a capitania na ausência dos filhos. Aliás, Brites foi a primeira mulher a governar de fato um território no Novo Mundo.

Ambos, como já foi descrito, tinham, portanto, interesse particular em propagar uma versão tupi para o nome Pernambuco e afastar definitivamente a origem europeia. Intencional ou inadvertidamente, esses dois escritores foram os maiores difusores da versão “buraco no mar”, aceita por muitos até hoje. A partir de seus registros se sucederam gerações de intérpretes e etimólogos que endossaram essa versão.

Embora não haja documentação comprobatória, é possível deduzir que Duarte Coelho não estivesse interessado em manter o patronímico de seu antecessor, Fernão de Noronha. Em decorrência, é plausível se supor que tenha buscado, em seu tempo, uma versão tupi “mais adequada” para explicar o nome de Pernambuco.

A fiscalização da costa brasileira

Como já foi descrito, a situação da colônia, em termos de defesa e ocupação do solo, não havia assaz avançado ao longo das sucessivas prorrogações do período contratual entre o consórcio de Fernão e a Coroa Portuguesa. Os indígenas estavam divididos e a presença de franceses continuava a incomodar.

Ao findar da década de 1520, não havia mais esperanças de que o controle territorial pudesse ser realizado exclusivamente por grupos privados, pois os mesmos tendiam a negligenciar aspectos sociais e políticos e priorizar a questão financeira.

Em outras palavras, se dependesse dos arrendatários, o Brasil passaria ao controle de qualquer nação, desde que isso lhes auferisse lucros. A intenção do setor privado restringia-se a levar as mercadorias para a Europa e processar sua distribuição maximizando o retorno do capital investido no menor prazo possível.

Portugal finalmente desperta quanto à necessidade de uma intervenção militar diretamente submetida ao rei. Dom Manuel já havia enviado, em 1516, uma esquadra comandada por Cristóvão Jacques, com a tarefa de “reconquistar” as terras e expulsar os franceses, experimentando das dificuldades e contendas que acabaram acontecendo.

O mesmo Jacques é designado, dez anos depois, para voltar com uma segunda expedição à costa brasileira, desta vez sob ordens de Dom João III, que havia sucedido o pai no trono lusitano.

Recebendo o pomposo título de Governador das Partes do Brasil, o comandante constrói a primeira feitoria régia, nas margens sul do Canal de Santa Cruz, próxima à Ilha de Itamaracá, onde já havia portugueses e franceses vivendo em comum há pelo menos uma década.

É neste mesmo local onde desembarcará o donatário Duarte Coelho, em nove de março de 1535, para tomar posse de sua capitania.

Um armador francês do século XVI, conhecido como Barão de Saint Blanchard fez uma reclamação formal ao rei da França em decorrência da apreensão da nau *Pelèrine*, capturada em 1532, próximo ao estreito de Gibraltar, no Mar Mediterrâneo, carregada de contrabando de madeira, macacos e papagaios. As aves, inclusive, já haviam sido instruídas na língua francesa⁵⁹.

Manuel Correia de Andrade (1998, p.17), baseando-se em um trabalho de Eugênio de Castro, de 1940, cita que Martim Afonso, quando segue para o sul do Brasil, deixa em Pernambuco alguns homens que logo seriam atacados pelo francês Jean Duperet, o qual conquistou a feitoria de Itamaracá, fortificou-a, deixou-a guarnecida com setenta⁶⁰ homens, fazendo um grande carregamento de produtos da terra, para, em seguida, retornar à Europa.

Gilberto Freyre (1968) também faz referência ao curioso episódio, comentando que os franceses estiveram em Itamaracá em 1531, aprisionando alguns portugueses no litoral e erguendo uma feitoria, no local onde hoje se situa o Canal de Santa Cruz, entre Igarassu e aquela ilha.

Há uma citação nos escritos de professor Paul Gaffarel (1878), da Faculdade de Letras de Dijon, repetindo um manuscrito de época, acerca desta passagem:

*“Dicte navi prefecit Joaniem Duperet qui solvit a Massilia, et sulcavit maria per très menses post quos applicuit dictis insulis in loco Fernambourg nuncupato”*⁶¹.

O mesmo documento citado por Gaffarel indica que, em lá chegando, os franceses encontraram seis portugueses que, junto com os indígenas, lutaram ferozmente para defender o território,

⁵⁹ Ver, por exemplo, Vasconcellos Galvão, 1921, p.41.

⁶⁰ A quantidade de homens é incerta, em alguns escritos sendo citado o número de trinta e seis.

⁶¹ “O navio de John Duperet que partiu de Marselha, após três meses nos mares, aportou na referida ilha, chamada de Fernambourg”. Trad. do Autor.

mas, ao final, fizeram uma aliança para erguer um fortim e poderem se defender dos nativos.

A feitoria de Duperet, cuja defesa fora ordenada pelo próprio Blanchard, terminou sendo capturada pela esquadra de Pero Lopes após dezoito dias de cerco, quando os sitiados, liderados por La Motte, capitularam sob promessa de serem bem tratados.

O navegante português, contudo, tratou os franceses com crueldade, enforcando vinte homens que guardavam a fortaleza e entregando dois deles aos indígenas para serem devorados, levando os restantes presos para Portugal.

É sobre esse fato que Blanchard faz seu registro escrito em reclamação formal enviada ao soberano francês.



Brazilian green parrot (papagaio verde brasileiro), George Edwards.

In: A natural history of uncommon birds, 1743.

Gravura colorida à mão. 285x228mm. Coleção JR.

Primeiras expedições portuguesas ao Brasil

É possível que o Brasil tivesse sido visitado por diversos navegadores europeus antes da chegada da frota de Cabral. Os mais notórios teriam sido o português Duarte Pacheco (1498) e o espanhol Vicente Pinzón, o qual teria chegado ao Cabo de Santo Agostinho, a que chamou de Cabo de Santa Maria de la Consolacion, em 20 de fevereiro de 1500 (alguns estudiosos creem que o cabo visitado por Pinzón fosse o de Mucuripe, Ceará).

Carlos Bezerra Cavalcanti (2012), em seu livro *Pioneirismos de Pernambuco*, explica os motivos pelos quais Pinzón, espanhol, não podia revelar ao mundo sua descoberta, haja vista se tratar de território dentro dos limites portugueses de Tordesilhas.

O fato é que, ainda em 1500, antes mesmo do retorno de Cabral a Portugal, mas já de posse da famosa Carta de Caminha, Dom Manuel apressa-se em enviar uma nova esquadra à “Terra de Santa Cruz”.

1501 – Expedição de Gaspar de Lemos, tendo a bordo a companhia de Américo Vespúcio, que daria seu nome ao novo continente. À medida que avançavam para o sul, os navegadores davam nomes de santos católicos aos acidentes geográficos que encontravam no caminho. Constataram a grande abundância de pau-brasil e ausência de ouro, reportando esses fatos ao rei.

1503 – Expedição de Gonçalo Coelho, composta por seis navios, também contando com a valiosa presença de Américo Vespúcio. Ao que consta, esta expedição teria sido parcial ou integralmente financiada pelo grupo de Fernão de Noronha (que talvez estivesse pessoalmente presente, mas não há provas documentais a respeito). A esquadra descobre as formações insulares que recebem o nome de São João da Quaresma e que, um ano depois, seriam doadas por Dom Manuel a Fernão de Noronha, passando a serem conhecidas pelo nome do novo dono.

1516 – Primeira Expedição de Cristóvão Jacques, de caráter militar, é enviada ao Brasil na tentativa de conter o contrabando de pau-brasil e

destruir as feitorias francesas. Ergue a primeira feitoria régia da Coroa Portuguesa no lado continental do estuário, entre as futuras capitânicas de Pernambuco e Itamaracá. Esta expedição perdura até 1519.

1519 – Expedição de circum-navegação de Fernão de Magalhães que, saindo de Lisboa e navegando sempre para o Ocidente, atinge as Índias, passando pelo extremo sul das Américas e retornando a Portugal pelo Oceano Índico.

1526 – Segunda expedição de Cristóvão Jacques, quando reinstalou a feitoria régia que havia contruído dez anos antes. Combate os franceses, afundando navios e, mais uma vez, alerta ao rei os perigos de se perder o Brasil para outras nações. É provável que esta tenha sido a terceira, e não a segunda viagem do navegador, considerando a viagem que teria feito ao Rio da Prata, entre 1521 e 1522, havendo parado em Pernambuco para um carregamento rápido de pau-brasil.

1530 – Expedição de Martim Afonso de Souza e seu irmão Pero Lopes de Souza que, ao se separar do irmão no sul do Brasil, no caminho de volta a Portugal, passa novamente por Pernambuco e descobre que os franceses haviam tomado a velha feitoria. Após o cerco, retoma o baluarte, enforcando e tratando com crueldade os prisioneiros.



Naufágio. Óleo sobre madeira. Século XVIII. Pintor desconhecido, 350x550mm. Coleção JR.

PARTE III:
A GEONOMÁSTICA
DE PERNAMBUCO
NA CARTOGRAFIA

Pernambuco na cartografia primitiva

Nos mapas e cartas náuticas dos séculos XVI, XVII e XVIII, o nome de Pernambuco varia consideravelmente. Seja como um nome de rio, vila, cidade, capitania, região, província ou estado, foram muitas as formas de escrevê-lo. Às vezes, intencionalmente alterado, por motivos políticos (como no caso dos mapas holandeses, conforme descrito à página 125), outras vezes, erro crasso do editor ou adaptações à sonoridade dos idiomas europeus. Ao que parece, nenhum outro estado brasileiro teve seu nome tantas vezes alterado quanto Pernambuco.

Nas primeiras representações cartográficas das terras recém-descobertas, era costume citar apenas os acidentes geográficos. Não constavam os nomes dos territórios, das localidades ou das povoações. Acidentes geográficos eram bem mais importantes, pois serviam de balizamento aos navegantes. No caso dos descobrimentos portugueses ou espanhóis, os locais eram batizados com o nome do santo católico comemorado na data do achado.

O Cabo de Santo Agostinho foi assim denominado por Américo Vespúcio e se tornou um importante ponto de orientação para a navegação, constando no mapa dos Reinóis de 1516 como “Cabo Frenoso”⁶², passando a ser conhecido pelo nome do santo a partir da cartografia de Maggiolo, em 1519.

Observe-se, por exemplo, o mapa veneziano Tierra Nova, apresentado na figura da página seguinte, gravado originalmente em 1561 ou antes. Nele aparece a Ilha de Fernando de Noronha como “Y. de Fernã de Lorena” e simplesmente não há qualquer menção a Pernambuco, mas constando, sim, o “Cabo de S. Agustin”.

Por sua vez, no mapa a seguir, do mesmo cartógrafo e mais ou



Tierra Nova. Neste mapa, não há referência a Pernambuco, aparecendo, contudo, C. de S. Agustin. e Y. Fernã de Lorena. É interessante notar o formato que foi imaginado, à época, para o grande Rio Amazonas descendo acentuadamente na direção sul.

Gravura de Ruscelli e Rosaccio, 1598, baseada em trabalho de Gastaldi, 1548. 248x184 mm. Coleção JR.



Mapa da costa do Brasil (detalhe). Autor desconhecido.
 Nanquim sobre pergaminho, colorido à mão. Século XVI.
 570x350mm. Coleção JR.

representando o Novo Mundo, o qual encontra-se reproduzido à página 36. A importância relativa de Pernambuco pode ser constatada, na medida em que é o único território mencionado além dos costumeiros acidentes geográficos (Fernambuc). Note-se que o mesmo cartógrafo ainda não assinala Pernambuco em mapas anteriores, como o que se encontra na página 106, de 1548.

Por sua vez, durante o último quartil do século XVI, o renomado cartógrafo Luis Teixeira realiza uma série de desenhos, provavelmente publicados entre os anos de 1578 e 1586, lendo-se em lugar de Pernambuco, a denominação “Capitania de Jorge de Albuquerque”, segundo filho de Duarte Coelho e terceiro donatário, que assumiu o comando das terras após a morte do irmão mais velho. A omissão do nome de Pernambuco reforça a tese de que essa designação ainda não fosse consensual, mesmo no período de União Ibérica, entre 1580 e 1640. Esse mapa de Luís Teixeira está apresentado na página 124.

Outros mapas apontavam Pernambuco como nome de rio, como por exemplo, o de Matthias Quad e Johan Bussemacher, na figura da próxima página, intitulado “*Peruvia id est, Novi Orbis*”, datado de 1598, apontando a existência de um “Rio Pernambuco”⁶³.

Página seguinte:
Peruvia id est, Novi Orbis.
Mapa de Matthias Quad e Johan Bussemacher.
Colônia, 1598.

⁶³ O “Rio Pernambuco” foi primeiramente associado ao estuário entre Igarassu e Itamaracá. Mais tarde, também foi confundido com o Capibaribe. Também houve um segundo rio com esse nome próximo a divisa com a Capitania da Paraíba que, por ser menor, era chamado de Pernambuquinho.

O Arquipélago de Fernando de Noronha

É difícil precisar exatamente quando este conjunto de ilhas foi avistado pela primeira vez pelos portugueses. A “Ilha de São João da Quaresma” ou, simplificada, “Ilha da Quaresma”, como foi inicialmente denominado, já aparece no planisfério de Alberto Cantino, datado de 1502. Neste caso, é provável que tenha sido descoberto pela esquadra de Gaspar de Lemos, que partira de Portugal em 1501 e na qual estava presente o lendário navegador florentino, Américo Vespúcio, durante sua primeira viagem de reconhecimento à costa brasileira, a soldo de Dom Manuel.

Não obstante, é frequente encontrarmos na literatura a data 10 de agosto 1503, como sendo a de descoberta oficial. Neste caso, teria sido encontrada pelos integrantes da segunda expedição de reconhecimento, a que foi enviada ao Brasil naquele ano, desta feita chefiada por Gonçalo Coelho. Essa esquadra também trazia a bordo Américo Vespúcio e deve ter sido armada pelo grupo de Fernão de Noronha.

O nome pelo qual a ilha principal se tornou conhecida foi atribuído após a concessão da mesma a Fernão de Noronha, em 1504, constituindo uma espécie de “capitania do mar”, antecipando, em trinta anos, a decisão de Dom João III, de dividir a Colônia em capitanias hereditárias.

Desde os primórdios, o ponto se tornou estratégico na rota de pau-brasil para a Europa, possuindo diversas nascentes de água potável e se prestando como refúgio para abastecimento e consertos das naves.

No século XVII, foi ocupada por holandeses, sendo chamada de “Pavônia” e, no século seguinte, pelos franceses, que a chamaram de “*Île Delphine*”, durante uma rápida e pouco mencionada ocupação, acontecida entre 1736 e 1737.

Desde então, os portugueses passaram a tomar mais cuidado contra os invasores, construindo uma série de fortificações neste lugar, considerado hoje como um verdadeiro paraíso ecológico e de patrimônio histórico.

Somente a partir dos mapas do começo do século XVII é que, finalmente, passa a ser frequente a menção ao nome de Pernambuco e à sua sede, Olinda.

No Mapa *L'Amerique Meridionale*, de Mercator, na figura abaixo, datado de 1608, a menção se faz a “Fernambuco” e, em um verbete específico no verso da página, descreve-se Pernambic (sic) como sendo um povoado (*peuplade*), uma terra “*fertile surtout en sucrieres*”, fértil, sobretudo na produção de açúcar.



America Meridionalis. No começo do século XVII, ainda se acreditava que o Estreito de Magalhães separava a América do Sul da Terra do Fogo, sendo esta considerada como um imenso continente austral. Gerard Mercator, 1608. Gravura colorida à mão. Impresso por Jodocus Hondius. 180x200mm. Coleção JR.

Nos mapas holandeses do século XVII, aparece o termo “Pernambuc” (Blaeu, 1640) ou “Pernambuco” (Hondius, 1663). A partir de então, alternam-se os nomes “Paranambuca”, “Fernambouc” e “Fernambuc”. Mapas italianos grafam “Fernambuche”, como, por exemplo, no mapa fiorentino a seguir, datado de 1646.



Carta Particolare della Brasilia Settentrionale, Robert Dudley, 1646.
Apud. Micelli, 2012, p.144.

Em 1670, Sanson d’Abbeville, em seu *Amerique Meridionale*, consolida o nome Olinda de Pernambuco; repetido, por exemplo, por Justus Danckerts, 1690, em seu *Recentissima Novi Orbis*. Mais adiante, neste livro, veremos que alguns dos epítetos dados aos territórios conquistados retomam as formas indigenistas, como estratégia para diminuir a influência lusitana.

No mapa francês do século XVIII, *Le Bresil dont les Côtes sont divisées en Capitaineries, dressé sur les derniers Relations des Flibustiers et Fameux Voyageurs*, (Costa do Brasil dividida em Capitánias, desenhada a partir dos mais recentes relatos de Aventureiros e Viajantes Famosos), datado de 1719, portanto, após dois séculos de contendas com os portugueses sobre o domínio das terras e contrabando de pau-brasil, ainda se pode ler “Fernambouc ou Olinde” (Pernambuco ou Olinda) na “Capitainerie de Fernambouc”, onde também estão “I. Fortifiée, ditte le Recife” (Ilha Fortificada chamada Recife) e, vizinha ao norte, a “Capitainerie de Tamaraca”, com uma curiosa “I. des François” (que poderia ser traduzido como “Ilha dos Franceses”, em normando, ou, eventualmente, uma alusão aos reis da França, François I e François II, que viveram no século XVI)⁶⁴.



Le Bresil dont les Côtes sont divisées en Capitaineries, dressé sur les derniers Relations des Flibustiers et Fameux Voyageurs.

Reprodução autorizada, 2015 (1719). Coleção JR.

⁶⁴ No mesmo mapa, no litoral sul da capitania do Espírito Santo, aparece uma segunda ilha com o mesmo nome, “I. des François”, hoje conhecida como Ilha dos Franceses, bastante procurada por turistas.

No mapa da América do Sul, de Vaugondy, 1744, aparece “Olinde de Fernambouc” na costa de uma região chamada “Tupinambous”⁶⁵.



Amérique Meridionale, Vaugondy, 1744. Coleção JR.

Em 1750, em um mapa intitulado *Carte du Brésil*, reproduzido a seguir, o editor Bellini assinala “Olinde ou Fernambouc”, ambos curiosamente pertencentes a “Cap. D’Olinde” (Capitania de Olinda).

⁶⁵ Neste mapa, à altura do Paraná, o porto de Paranaguá aparece com o nome Pernaguá, uma das raras corrupções da palavra paranã, de origem tupi.



Carte du Brésil – Première Partie: Depuis la Riviere des Amazones jusqu'à la Baye de Tous les Saints. Bellini, 1750. Gravura 300x185mm. Coleção JR.

A expressão “Olinda ou Pernambuco” foi usada por muitos cartógrafos e editores ao longo do tempo, confundindo-se o nome da vila com o nome da Capitania, significando a mesma coisa. Mais tarde, essa confusão se estenderia também ao nome do Recife, a ponto de Girolamo Tasso, editor veneziano, ter feito menção explícita ao problema, chegando a afirmar que Pernambuco é uma “cidade dividida em três”, Olinda, Pernambuco e Recife:

“Fernambuco si può chiamare una città tripartitta, ovvero distinta in tre disgiunte città; distinguendosi in Olinda, Fernambuco e Recife”⁶⁶.

⁶⁶ Esta citação se encontra em *Impero Brasiliano dalle piu recenti mappe e dall'America*, de 1828, contendo o mapa reproduzido à página 129.

No mapa abaixo, *S. America, Geography*, de autor desconhecido, provavelmente do século XVIII, aparece a velha expressão, “Olinda or Fernambuc”. Na mesma carta, pode se observar a ilha de “Fernandez de Loronho”.



Mapa inglês (*S. America*) apontando a localidade “Olinda or Fernambuc” e a I. de Fernandez de Loronho, logo abaixo da Linha Equinocial. Autor desconhecido. 1795 (circa). 110x100mm. Coleção JR.

Por sua vez, no mapa de Rigobert Bonne, de 1780, reproduzido na próxima página, pode-se observar uma área bastante vasta com o nome “Gouvernement de Fernambouc”, onde se encontra uma localidade descrita como “Olinde ou Fernambouc”, agora já aparecendo, também, o *rade* do Rescif (porto do Recife).

De fato, a confusão entre os nomes de Olinda e Pernambuco torna-se tão frequente nos mapas do final do século XVIII que se convencionou entre os cartógrafos adotar a terminologia “Olinda de Pernambuco”, para evitar dúvidas⁶⁷.

⁶⁷ O próprio Charles Darwin, quando visitou o Recife, em 1836, anotou, em seu diário, o nome de Pernambuco em lugar de grafar o nome da cidade.



Carte de la partie septentrional du Bresil. Observar os nomes “Olinda ou Fernambouc” e “Rade du Rescif”. Chama a atenção a grande extensão do Gouvernement de Fernambouc, incluindo Alagoas, Paraíba e parte do Rio Grande do Norte. Rigobert Bonne, In: “Atlas de toutes les parties connues du globe terrestre”, Pellet, Genebra, 1780. Gravura colorida à mão, 320x213mm. Coleção JR.

A escola cartográfica de Dieppe

No começo do século XVI, a vila portuária de Dieppe, na Normandia, França, torna-se uma cidade bastante rica, atuando como entreposto para mercadorias importadas das Américas, tais como o bacalhau do Canadá e o famoso pau-brasil, chamado de *bois des teintures* (pau de tintura) proveniente de “Fernambouc”.

Neste local, surge uma escola cartográfica que mantém grande prestígio internacional entre os anos de 1540 e 1585, havendo elaborado diversos mapas-mundi incluindo as terras do Novo Mundo. Esses mapas eram encomendados por ricos mercadores para enfeitar as paredes de suas casas ou por interesse comercial na exploração e contrabando dos valiosos produtos das Américas e das Índias.

Muitos dos cartógrafos integrantes da escola de Dieppe trabalhavam também a serviço dos reis da França e da Inglaterra e notava-se, igualmente, a participação de profissionais portugueses, especialmente contratados e atraídos pelos altos vencimentos.

Estes portugueses geralmente já haviam estado no Brasil e, decerto, devem ter repassado muitas informações, a despeito da “política de sigilo”⁶⁸ que era mantida não só em Portugal, mas por todas as nações da época, quanto às novas descobertas.

Os mapas eram escritos quase sempre em francês, mas continham expressões em dialetos, como o normando e, às vezes, também em português. São verdadeiras obras de arte, com informações estratégicas, preciosas à metrópole, e, ao mesmo tempo, descrevendo mitos e lendas, como as do reinado de Mestre João, na Etiópia; ou as misteriosas “amazonas”, na América do Sul; e a “Grande Java”⁶⁹ no Oceano Índico; ou, ainda, deslindando os roteiros de Marco Polo, na China.

⁶⁸ Esta política de sigilo pode explicar a rarefação de mapas portugueses que chegam aos nossos dias, sem contar com a destruição de documentos acontecida durante o grande terremoto de Lisboa, em 1755.

⁶⁹ Alguns estudiosos identificam “*La Grande Jave*” como sendo a Austrália e, deste modo, apontam os portugueses como os descobridores da ilha gigante, ainda no século XVI.

Alguns desses mapas traziam ilustrações de animais exóticos, sirênios e monstros inventados, ou cenas de indígenas praticando o canibalismo. Dentre a produção de Dieppe, uma das cartas é de especial interesse aos brasileiros. Trata-se do *Mapa da Costa do Brasil*⁷⁰ de autoria de Jacques de Vau de Claye. Esse mapa, embora datado de 1579, apresenta traços um tanto primitivos e suas descrições parecem indicar a possibilidade de ser bem mais antigo, talvez das primeiras décadas do século XVI. Parece mesmo que foi desenhado a partir de informações repassadas ou copiando mapas com anterioridade de pelo menos cinco décadas.

O desenho e suas minuciosas descrições não deixam dúvidas de que se tratava de documento estratégico, alimentando o sonho francês de obter colônias na América Portuguesa, em particular com focos no Maranhão, Paraíba e Rio de Janeiro⁷¹.

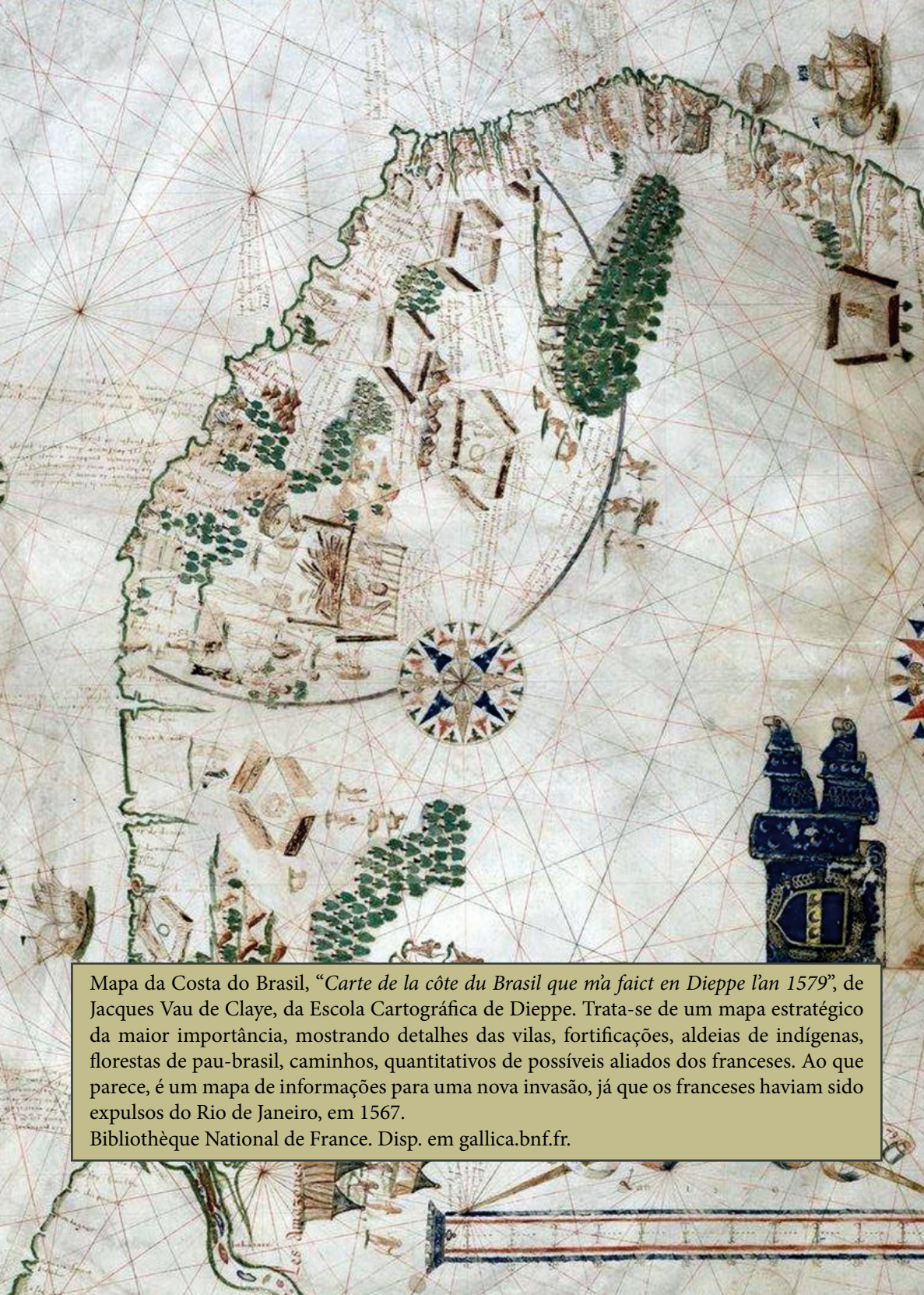
O mapa se encontra na Bibliothèque Nationale de France e, desde 2009, já pode ser acessado diretamente pela Internet. Nele encontra-se relatado todo o processo de extração e contrabando do pau-brasil e aponta a localidade de “Fernambours”, ao norte do que parece ser a vila de Olinda, a qual é descrita como *chateau marin* ou *marine*⁷², isto é, um conjunto de casas cercadas por uma paliçada, como uma fortaleza.

A descrição de Vau de Claye levanta, inclusive, a hipótese de que o termo Marim dos Caetés, atribuído aos indígenas, seja, na verdade, uma expressão francesa incorporada ao tupi pelos caetés, aliados dos franceses. *Marin(e)*, em francês, quer dizer marinho, junto ao mar.

⁷⁰ *Carte de la côte du Brasil que mà fait en Dieppe lan 1759.*

⁷¹ A invasão do Rio de Janeiro é de 1555, portanto, anterior ao ano assinalado no mapa.

⁷² As letras não são totalmente legíveis e o texto parece combinar francês arcaico com a língua normanda “*le chasteau marin restas assis (?) clos du coste de la terre*”, cuja tradução pode ser “a fortaleza marinha fica assentada perto (?) da costa”. No francês clássico, a grafia mantinha o “s” mudo antecedendo a consoante (este “s” é suprimido na grafia francesa atual, assinalando-se a vogal que lhe precedia com um acento circunflexo, como em *chasteau*, que se transforma no atual *château*).



Mapa da Costa do Brasil, “*Carte de la côte du Brasil que m'a fait en Dieppe l'an 1579*”, de Jacques Vau de Claye, da Escola Cartográfica de Dieppe. Trata-se de um mapa estratégico da maior importância, mostrando detalhes das vilas, fortificações, aldeias de indígenas, florestas de pau-brasil, caminhos, quantitativos de possíveis aliados dos franceses. Ao que parece, é um mapa de informações para uma nova invasão, já que os franceses haviam sido expulsos do Rio de Janeiro, em 1567.

Bibliothèque National de France. Disp. em gallica.bnf.fr.

Encontra-se, neste mesmo mapa, uma descrição e um desenho do caminho levando a fortificação de Olinda até a floresta de pau-brasil e, desta, uma bifurcação por onde se levavam as toras de madeira para embarque no porto de “Saint Domingues”, em Igarassu⁷³.

Esta rota triangular entre Olinda, as florestas e o porto de São Domingos, parece indicar que o contrabando de pau-brasil realizado pelos franceses era comum a partir de pontos diversos do litoral nordestino e, provavelmente, bem maior do que se poderia supor.

Próximo a Fernambours está escrito “*la Tour de Fernambouc qui commande est au pied d’une montagne le long de la mer mais il y a passage de l’autre coste d’isle*”⁷⁴. Torna-se difícil determinar a que se refere o cartógrafo de Dieppe quando menciona essa “Torre de Fernambouc”, que, ao que tudo indica, seria uma referência à feitoria de Cristóvão Jacques.

Os desenhos do mapa devem ter sido de grande interesse para os franceses, informando sobre as tribos aliadas e inimigas, e, até, acerca dos quantitativos de indígenas de que poderiam dispor os franceses, tanto para uma eventual invasão quanto para o trabalho clandestino de extração da madeira.

Artimanhas políticas

Como frisamos anteriormente, a política interferia no desenho dos mapas. Um exemplo pode ser observado na figura ao lado, no mapa atribuído a Luis Teixeira, do final do século XVI, mostrando uma inflexão das nascentes e da foz do Rio da Prata, na direção oriental, de modo a deixá-los dentro do território português, de acordo com o Tratado de Tordesilhas e, assim, legitimar as expedições que por

⁷³ “*Chemin que va le marin a st domingues*”, isto é, “caminho que vai de olinda a São Domingos”.

⁷⁴ A Torre de Pernambuco que governa está aos pés de uma montanha ao longo do mar, mas há uma passagem pelo outro lado da ilha. Trad. do Autor.

ventura adentrassem naquela bacia argentífera⁷⁵. O mapa demonstra claramente a submissão dos cartógrafos às vontades dos seus governantes.

A Bacia do Prata era famosa por guardar tesouros em metais e pedras preciosas, muito importante para o escoamento das minas. A mudança artificial realizada pelo cartógrafo se espalharia rapidamente por diversos mapas-múndi da época, inclusive nos desenhos de Ortelius, perdurando por décadas na cartografia internacional até que o erro fosse finalmente reparado.

Note-se, como foi mencionado, que as capitánias estão identificadas pelo nome do donatário. Pernambuco, por exemplo, apresenta-se como a “Capitania de Jorge de Albuquerque”, que, como já mencionado, foi um dos herdeiros do donatário Duarte Coelho.

O códice que inclui o mapa de Luis Teixeira contém, adicionalmente, uma dúzia de desenhos que constituem o *Roteiro de todos os sinais, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na Costa do Brasil desde o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão Magalhaes*, o qual compõe o acervo da Biblioteca Nacional d’Ajuda, em Lisboa.

Estes desenhos detalham os principais portos e aglomerados humanos do último quartil do século XVI, inclusive um mapa da Vila de Olinda e o povoado do Recife.

Página seguinte:

Mapa do Brasil dividido em Capitánias Hereditárias, de Luís Teixeira, 1586.
Integra códice depositado na Biblioteca do Palácio Nacional d’Ajuda, Lisboa.

⁷⁵ Isto já fora detectado pelo próprio Martim Afonso, em 1531, mas a distorção cartográfica se manteve mesmo décadas após.

Os holandeses, por sua vez, quando estiveram em Pernambuco, empenharam-se em ressaltar as origens indígenas do território conquistado, procurando resgatar a toponímia nativa, em detrimento da nomenclatura lusitana.

Nos mapas do Brasil Holandês, retoma-se, então, deliberadamente, o nome primitivo Paranambuca, destacando as tribos e nomes indígenas da colônia, como em *Praefecturae Paranabucae*, de Georg Markgraf, 1647; *Nova et Accurata Brasiliae totius tabula*, de Joan Blaeu, de 1629; e mesmo a *Recens Elaborata mappa geographica regni Brasiliae in America*, de George Matthäus Setter, de 1740. Não obstante, encontram-se também mapas que mantiveram a grafia de “Pernambuco”, como os de Willem Blaeu, de 1640, e Henricus Hondius, de 1663, e cópias posteriores de Visscher, a partir de 1640.



Georg Marcgraf, *Praefecturae Pernambucae Pars Borealis* (detalhe), Atlas de Barlaeus, 1647.

Piscator (Nicolas Visscher), em seu *Hanc Tabulam Continents Laetam Pharnambuci Victoriam*, de 1630, descreve a campanha dos holandeses na tomada de Pernambuco, e cria a forma latinizada "Pharnambuci Victoriam".

Todo um conjunto documental e cartográfico sobre o Brasil foi amplamente produzido nos anos de dominação neerlandesa, tornando o período bastante atraente para a pesquisa histórica.

No Brasil Holandês, o Recife assume a liderança como sede e passa a abrigar os principais órgãos administrativos, sendo, desta época, a construção dos palácios de Frijburg e da Boa Vista, nos quais residiu Maurício de Nassau.



Hanc Tabulam Continents Laetam Pharnambuci Victoriam (detalhe).

Gravura de Nicolas Visscher, 1630.

Acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Mapas do século XIX

O século XIX se encontra demasiado distante do período enfocado neste livro. Dele, já se passam quase trezentos anos desde a época em que Pernambuco “pertencera” a Fernão de Noronha.

Ao se mencionar nessas páginas mapas de uma cartografia mais recente, o propósito passa a ser demonstrar a permanência do arcaísmo gálico “Fernambouc” e da perpétua confusão entre os nomes de Pernambuco, Olinda e Recife, tal como acontecia nos mapas quinhentistas e seiscentistas.

Charles Darwin, por exemplo, foi um que fez a confusão desses termos quando visitou Pernambuco, em 1836, anotando em seu diário de bordo que passara por uma casa “*perto de Pernambuco*”, quando queria dizer “perto do Recife”.

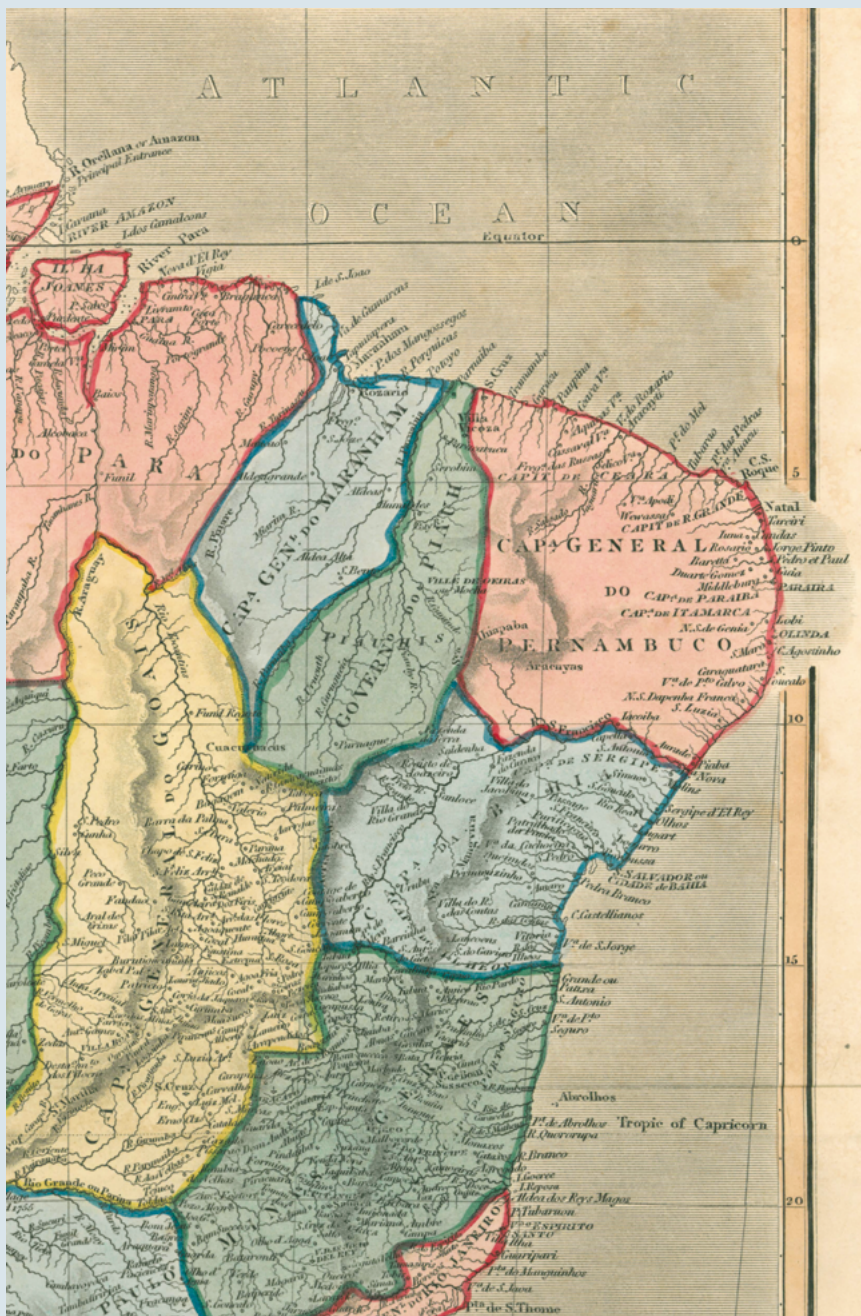
Na figura a seguir, um mapa de Aynes (1813), além do fato de ainda grafar “Fernambouc” (trata-se de um mapa francês), há uma curiosidade adicional: pouco antes da Revolução Pernambucana de 1817, a província possuía em muitos países um status de autonomia, como se fosse um quasi-país, um “estado independente” que correspondia, aproximadamente, aos contornos adquiridos durante a Confederação do Equador, de 1824.

A mesma tendência, isto é, de grafar Pernambuco como um país em separado e englobando províncias vizinhas é observada em diversos outros mapas como os de Bonne (1780), Girolamo Tasso (1825) e Fisher (1829), mostrados nas páginas 118, 129 e 130.

A cartografia de época reflete em última instância a percepção do que era Pernambuco ao final do século XVIII e no começo do século XIX, ocupando uma posição de destaque no território brasileiro, um poder político e econômico que se esvairia após a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808.



Amérique Meridionale (detalhe). F.D. Aynes, 1813. Gravura aquarelada. Coleção JR.



Brasil (detalhe). Fisher, son & Co. London, 1829. Gravura. Coleção JR.

EPÍLOGO

EPÍLOGO

A história do Pernambuco no período anterior à chegada de Duarte Coelho é ainda bastante obscura e pouco conhecida. Nos primeiros anos após o descobrimento, a Coroa Portuguesa concentrava seus esforços, quase que exclusivamente, na expansão do comércio com as Índias, uma ampla vastidão de território asiático e que, a partir da viagem de Vasco da Gama, em 1498, tornara-se alcançável contornando o continente africano, dobrando o Cabo da Boa Esperança.

A expedição que Dom Manuel enviou ao Brasil, em 1501, logo após o recebimento da carta de Caminha, chegava ao Novo Mundo com a incumbência de reconhecer a costa e dar nomes aos acidentes geográficos, de modo a deixar claro a quem pertenciam. Havia uma forte expectativa na descoberta de metais preciosos ou, quem sabe, civilizações inteiras que pudessem aumentar a esfera de negócios com os portugueses.

A decepção foi grande quando Américo Vespúcio, a bordo da expedição, envia seu relato ao monarca lusitano, comunicando que não haviam detectado vestígios de ouro ou prata e que o gentio da terra ainda permanecia em estágio silvícola.

Em compensação, o famoso cosmógrafo florentino indicava a imensidão das terras, com abundância de madeiras e animais exóticos, dando especial destaque ao pau-brasil, despertando a cobiça dos comerciantes, sobretudo os que mantinham conexões com a indústria têxtil de Flandres, principal centro irradiador de tecidos da Europa. O comércio de tecidos requisitava urgentemente a tintura vermelha extraída dessa madeira.

É neste momento que avulta a figura do cristão-novo Fernão de Noronha, ligado à Casa dos Fugger, famosa casa bancária suíço-

alemã, e associado a toda uma rede de ricos mercadores que cedo descobriram o potencial de negócios com o pau-brasil.

Mas da mesma forma que desponta meteoricamente, detendo o monopólio comercial das novas terras por mais de quinze anos, o rico mercador desaparece subitamente do estrelato econômico europeu, a ponto de serem raríssimas as fontes que citam seu nome ou seu destino após o término dos contratos junto à Coroa. Restam incógnitos os motivos para essa súbita saída de cena.

Não fosse o seu nome mantido no arquipélago, dificilmente ainda ouviríamos falar deste mercador.

Alguns levantam a hipótese de que Fernão de Noronha poderia ter vindo ao Brasil em companhia de Américo Vespúcio na segunda viagem do cosmógrafo à América do Sul, realizada entre 1503 e 1504. Contudo, sob uma ótica bem mais realista, é quase certo de que nunca tenha posto os pés nessas terras, haja vista, como já foi diversas vezes frisado, não, poderia se ausentar dos negócios por períodos tão longos e sem garantias de voltar ao porto de partida.

O fato é que seus capatazes e prepostos, usando da mão de obra indígena para corte e preparo do pau-brasil foram bastante eficazes em encher os porões das embarcações e assegurar o retorno do capital investido, mesmo competindo com um sem número de aventureiros que chegavam atraídos pelo desconhecido e pela possibilidade de fazer fortuna da noite para o dia.

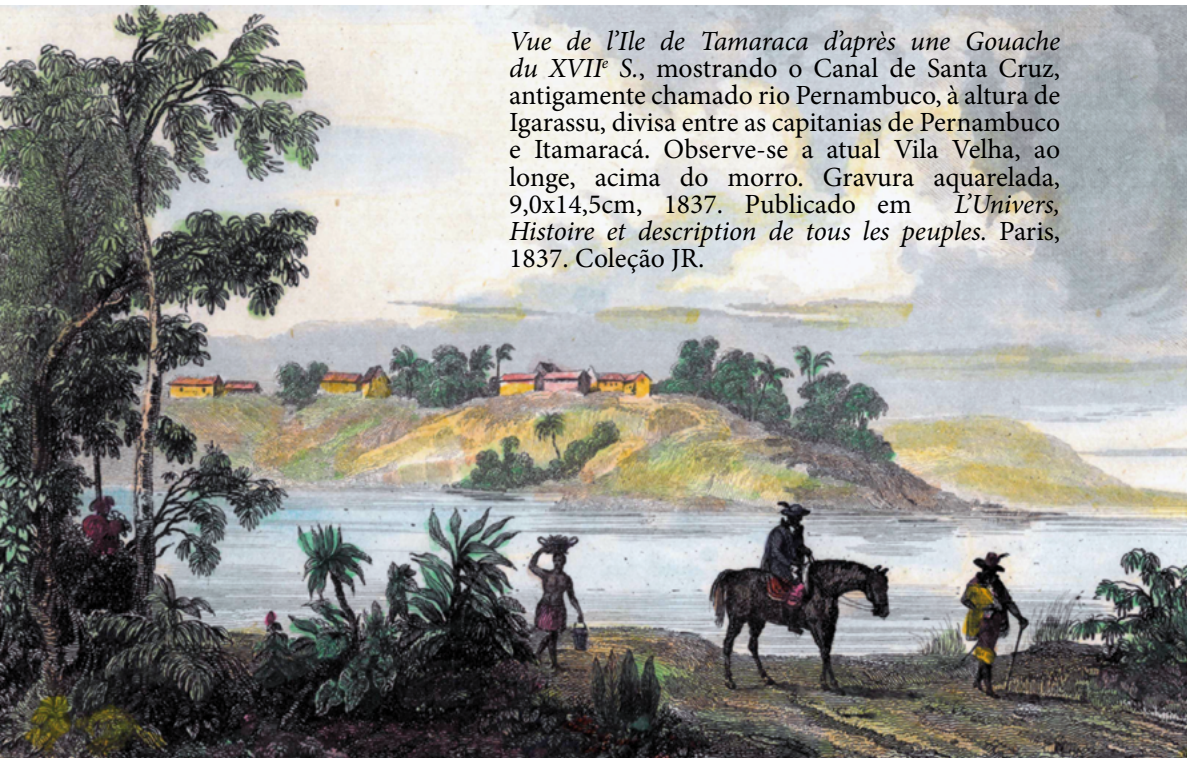
Portanto, nos primeiros anos de presença europeia, a costa nordestina era palco de grande intercâmbio de culturas, mercadorias e emoções. E neste “admirável mundo novo”, a comunicação entre os distintos idiomas era determinante para o sucesso das tropas e dos negócios. Os europeus se esforçavam para falar as línguas dos nativos, e estes se esforçavam para compreender os idiomas europeus.

Nesse cenário, a tese de que o nome do atual estado de Pernambuco provenha do tupi, embora defendida por tantos historiadores ao longo dos séculos, precisa ser revista à luz das novas evidências. A

própria variedade de interpretações dadas pelos etimólogos já pode constituir, per si, um alvo de críticas a essa questão.

O professor Ayron Dall'Igna Rodrigues (1966), lista em seu livro cento e cinquenta e sete línguas indígenas faladas ou extintas no Século XX, no Brasil. É provável que no século XVI, quando da chegada dos portugueses, houvesse mais de quinhentas. Somente no estuário entre Igarassu e Itamaracá, passavam de meia dúzia, faladas principalmente entre caetés, tupiniquins, tupinambás e tabajaras.

Sem conhecerem a escrita, os nativos dificilmente iriam obter algum tipo de unidade vocabular entre suas diversas tribos e nações. Mais difícil ainda é se cobrar dos indígenas uma noção de espacialidade geopolítica em moldes ocidentais, a ponto de associarem um território a um único nome, por exemplo, “pernambuco”, ainda que se tome por base a aglutinação *paraná+puka*, com o significado de “buraco no mar”, aludindo-se a um acidente geográfico, mas se



*Vue de l'île de Tamaraca d'après une Gouache du XVII^e S., mostrando o Canal de Santa Cruz, antigamente chamado rio Pernambuco, à altura de Igarassu, divisa entre as capitanias de Pernambuco e Itamaracá. Observe-se a atual Vila Velha, ao longe, acima do morro. Gravura aquarelada, 9,0x14,5cm, 1837. Publicado em *L'Univers, Histoire et description de tous les peuples*. Paris, 1837. Coleção JR.*

espalhando tão rapidamente por todo território e adquirindo tão grande popularidade.

É mais provável que os indígenas estivessem instruídos para cortar as árvores e levá-las até a embocadura onde os homens de Fernão de Noronha os esperavam para trocar a madeira por utensílios e bugigangas. O ponto de recolhimento de todo este material seria, então, a “boca de Fernão”, que, na pronúncia dos aborígenes se tornaria “pernambuco”. É de se atentar para o fato de que o termo Pernambuco, nos primeiros anos, se referia exclusivamente ao porto.

A partir daí, não fica claro se, anos depois, quando da chegada do donatário da capitania, Duarte Coelho tivesse a intenção de mudar o nome do lugar com o objetivo de, deliberadamente, excluir de vez qualquer associação do nome ao seu antecessor.

Um aspecto adicional e igualmente importante é a grande presença de franceses na costa do Nordeste, bem maior do que se poderia supor inicialmente, quase sempre sob estímulo oficial do próprio trono francês. Somente assim é possível explicar os diversos focos organizados para o contrabando de pau-brasil e a sólida amizade que os franceses estabeleceram com os nativos, em particular com os caetés, numerosos no litoral de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba.

A presença destes “estrangeiros” talvez fosse maior que a portuguesa naqueles primórdios e, muito provavelmente, não teriam sido raros os arranjos entre os franceses e os homens que trabalhavam para Fernão de Noronha.

Um verdadeiro “quebra-cabeças” houve de ser montado para chegar a tantas novas conclusões. Os primeiros indícios surgem da própria análise dos raros manuscritos da época, reforçados pelo cotejamento da cartografia quinhentista.

Tudo isso, levando-se em consideração o inextricável panorama europeu de contendas e disputas, tanto políticas quanto religiosas, advindas da expansão comercial e da imposição dos estados nacionais.

É somente a partir da divisão do Brasil em capitânicas hereditárias e da presença do donatário Duarte Coelho em solo pernambucano, em 1535, que a situação das novas terras começaria a se definir em favor dos portugueses.

Com as capitânicas hereditárias, encerra-se um primeiro capítulo da história de Pernambuco pós-descobrimento, ensejando um novo momento, o ciclo do açúcar, que perdurará por séculos, moldando o cenário socioeconômico desse estado.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FIGURAS

Caesalpinia echinata, pau-brasil. *Naturgetreue Abbildungen Aller In.* Litografia colorida à mão, 1845, 255x150mm. Coleção JR, p.18.

Vista de Itamaracá. Óleo sobre madeira. Gil Vicente, 1987, 410x450mm. Coleção JR, p.24.

Estuário entre Itamaracá e Igarassu. *Google Maps*, p.25.

Ritual de antropofagia. Theodore de Bry, *Collected travels in the east Indies and west Indies*, v.3. Reed. Hans Staden: Duas Viagens ao Brasil, 1558. Gravura aquarelada à mão, 1594, p.27.

Bento Teixeira. Desenho de Cavani Rosas. Bico de Pena, Recife, 2010. Coleção JR, p.34.

Puri Tribi. Gravura de A. D'Orbigny. In: *Voyage pittoresque dans les deux Ameriques*. Paris, 1836, 120x100mm. Coleção JR, p.34.

Mapa do Brasil realizado por Giacomo Gastaldi para os relatos de *Delle Navigazioni et Viaggi* de Giovanni Battista Ramusio. Xilogravura colorida à mão, publicada em 1565, Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da USP, p.36.

Ritual de dança. In: *Naturgeschichte und Abbildung des Menschen*, de H.R.Schinz. Litografia colorida à mão, 1845. Coleção JR, p.39.

I. Tamaracá no tempo da dominação holandesa, segundo estampa da obra *Amerika*, de Arnoldus Montanus, impressa em Amsterdam, 1671. Gravura de Manoel Bandeira (1967), Coleção JR, p.46.

Tamarica 'T eyland Tamarich aen de Custe van Bresilien. Gravura colorida à mão, 1640 (circa). Coleção Gallica, Bibliothèque National de France. p.48.

Ponta Tamandere. Gravura de Arnoldus Montanus, 1671, 166 x 127mm. Coleção JR, p.50.

Folhetim de Amadis de Gaula. Página de uma edição francesa do século XVI. Coleção JR, p.52.

Plano da Vila de Olinda no começo do século XVII. In: *A Collection of Voyages and Travels*, de Awnsham & Churchill, 1744. 170x130mm. Coleção JR, p. 53.

Cena de canibalismo. In: *Le Monde - Histoire de tous leus peuples*, Lostalot-Bachoné. Gravura de Demoraine, 1859. 155 x 95 mm. Coleção JR, p. 56.

Bresiliens (Brasileiros). Mallet, 1683. Gravura colorida à mão, 210 x 120 mm. Coleção JR, p.58.

- Americae Australis Tabula*, Wells. Gravura colorida à mão, 1726. Coleção JR, p.59.
- Homem condenado pela Inquisição. Gravura de Bernard Picart, 1724, 103x81mm. Coleção JR, p.66.
- Mulher condenada pela Inquisição. Gravura de Bernard Picart, 1724, 103x81mm. Coleção JR, p.66.
- Fragata. OST, séc. XIX. Autor desconhecido. 430 x 297mm. Coleção JR, p.71.
- Capa do livro “Uma Olinda Judaica”. Arte digital João Câmara Filho, 2011, p.73.
- Brasão atribuído a Fernão de Noronha, p.74.
- Vue du Port de La Rochelle*. Derveux. Cópia autorizada. Office de Tourisme, França, 2015. 400 x 210mm. Coleção JR, p.81.
- Flibustier* do século XVII. Desenho a nanquim de Jacques Ribemboim, 1973, 140x70mm. Coleção JR, p.82.
- Brasília*. Pierre Du Val, 1679. Gravura Aquarelada. In: *Geographie Universalis* by Johann Hoffman, 100 x 125 mm. Coleção JR, p.84.
- Mapa húngaro datado de 1804, de Pethes David. Gravura aquarelada, 412 x 327 mm. Coleção JR, p.85.
- Reunion Politique à Fernambouc*. Gravura aquarelada. Ferdinand Denis, 1838. Coleção JR, p.87.
- Duarte Coelho, p.94.
- Brasão de Duarte Coelho, p.95.
- Brazilian green parrot* (papagaio verde brasileiro), George Edwards. In: *A natural history of uncommon birds*, 1743. Gravura colorida à mão. 285 x 228 mm. Coleção JR, p.99.
- Naufrágio. Óleo sobre madeira. Século XVIII. Pintor desconhecido. 350 x 550mm. Coleção JR, p.101.
- Tierra Nova*. Gravura de Ruscelli e Rosaccio, 1598, baseada em trabalho de Gastaldi, 1548. 248 x 184 mm. Coleção JR, p.106.
- Brasil Nuova Tavola* (detalhe), Ruscelli, 1561, 19x26 cm. Acervo da Universidade de São Paulo, p.107.
- Mapa da costa do Brasil (detalhe). Autor desconhecido. Nanquim sobre pergaminho, colorido à mão. Século XVI. 570 x 350 mm. Coleção JR, p.108.
- Peruvia id est, Novi Orbis*. Mapa de Matthias Quad e Johan Bussemacher. Colônia, 1598. p.110.
- America Meridionalis*. Gerard Mercator, 1608. Gravura colorida à mão. Impresso por Jodocus Hondius. 180 x 200mm. Coleção JR, p.112.

Carta Particolare della Brasilia Settentrionale, Robert Dudley, 1646. Apud. Micelli, 2012, p.144. p.113.

Le Bresil dont les Côtes sont divisées en Capitaineries, dressé sur les derniers Relations des Flibustiers et Fameux Voyageurs. Reprodução autorizada, 2015 (1719). Coleção JR, p.114.

Amérique Meridionale, Vaugondy, 1744. Coleção JR, p.115.

Carte du Brésil – Première Partie: Depuis la Riviere des Amazones jusqu'à la Baye de Tous les Saints. Bellini, 1750. Gravura, 300x185mm. Coleção JR, p.116.

Mapa inglês (S.America) apontando a localidade “Olinda or Fernambue” e a I. de Fernandez de Loronho, logo abaixo da Linha Equinocial. Autor desconhecido. 1795 (circa). 110x100mm. Coleção JR, p.117.

Carte de la partie septentrional du Bresil. Rigobert Bonne, In: *Atlas de toutes les parties connues du globe terrestre*, Pellet, Genebra, 1780. Gravura colorida à mão, 320 x 213mm. Coleção JR, p.118.

Mapa da Costa do Brasil, *Carte de la côte du Brasil que m'a fait en Dieppe l'an 1579*, de Jacques Vau de Claye, da Escola Cartográfica de Dieppe. Bibliothèque National de France. Disp. em gallica.bnf.fr. p.121.

Mapa do Brasil dividido em Capitánias Hereditárias, de Luís Teixeira, 1586. Integra códice depositado na Biblioteca do Palácio Nacional d'Ajuda, Lisboa, p.124.

Georg Marcgraf, *Praefecturae Pernambucae Pars Borealis* (detalhe), Atlas de Barlaeus, 1647, p.125.

Hanc Tabulam Continents Laetam Pharnambuci Victoriam (detalhe). Gravura de Nicolas Visscher, 1630. Acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, p.126.

Amérique Meridionale (detalhe). F.D. Aynes, 1813. Gravura aquarelada. Coleção JR, p.128.

Impero Brasiliano dalle piu recenti mappe dall'America (detalhe). J. A. Buchon. In: Girolamo Tasso. Gravura colorida à mão, 1828, 54x40 cm. Coleção JR, p.129.

Brasil (detalhe). Fisher, son & Co. London, 1829. Gravura. Coleção JR, p.130.

Vue de l'Ile de Tamaraca d'après une Gouache du XVIIe S., mostrando o Canal de Santa Cruz, antigamente chamado rio Pernambuco, à altura de Igarassu, divisa entre as capitánias de Pernambuco e Itamaracá. Gravura aquarelada, 9,0 x 14,5 cm, 1837. Publicado em *L'Univers, Histoire et description de tous les peuples*. Paris, 1837. Coleção JR, p.135.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mendes de. Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão, tomo II. Edição facsimilada, 1874.
- ANDRADE, Manuel Correia. Pernambuco Imortal – evolução histórica e social de Pernambuco. Recife: CEPE, 1997.
- AYROSA, Plínio. Primeiras Noções de Tupi. São Paulo: Centro do Professorado Paulista, 1933.
- BARROSO, Gustavo. O Brasil na lenda e na cartografia antiga. *Brasiliana*, v.199, Biblioteca Pedagógica Brasileira. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.
- Brasil 500 anos - Volume I. São Paulo: Editora Abril, 2000.
- BUENO, Eduardo. A Viagem do descobrimento. Coleção Terra Brasilis. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1998.
- BUENO, Eduardo. Brasil uma história. São Paulo: Leya, 2013.
- CABRAL, Alfredo do Valle. Etymologias Brazilicas: Pernambuco. In: *Bibliographia das obras tanto impressas como manuscritas relativas à língua Tupi ou Guarani também chamada Língua Geral do Brasil*. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, volume VIII, 1880-1881, Typographia Nacional: Rio de Janeiro, 1880.
- CAMARA Jr, Joaquim Mattoso. Introdução às línguas indígenas brasileiras. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1977.
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. O Primeiro Brasileiro. São Paulo: Marco Zero, 1995.

- CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. Olinda do Salvador do Mundo. Recife: editora ASA Pernambuco, 1986.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. Os pioneirismos de Pernambuco. 3ª edição. Camaragibe: CCS Gráfica, 2012.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- DANTAS FILHO, Leonardo. Pernambuco: Imagens da Vida e da História. Recife: SESC, 2001.
- EDELWEISS, Frederico. Lições de Etimologia Tupi. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1986.
- FONSECA, Homero. Pernambucânia – o que há por trás dos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2008.
- FREYRE, Gilberto. Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.
- GAFFAREL, Paul. Histoire du Brésil français au sixième siècle. Paris: Maisonneuve et Cia Lib.-Éditeurs 1878. Apud: archive.org/stream/histoiredubrsil00gaffgoog, 2013.
- GAFFAREL, Paul. Histoire de la decouverte de l’Amerique depuis les origines jusqu’à la mort de Chistophe Colomb. Paris: A. Rousseau Editeur, 1892. Apud: archive.org/stream/histoiredubrsil00gaffgoog, 2013.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Dicionário Histórico Chorographico e Estatístico de Pernambuco, Tipografia Nacional Rio de Janeiro 1921.
- GALVÃO, Vasconcelos. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. 10, n. 56. Recife: Imprensa Oficial de Pernambuco, 1902.

- GANDAVO, Pero Magalhães. História da Província de Santa Cruz. Lisboa: Antonio Gonçalves, 1576 (versão digitalizada).
- GLASMAN, Jane Bichmacher de. Presença judaica na toponímia brasileira: Brasil, origem e mistérios. In: Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: 2011.
- GONÇALVES, Luzilá Ferreira. Os rios turvos. São Paulo: Editora Rocco, 1993.
- GRANDES PERSONAGENS DA NOSSA HISTÓRIA. Abril Cultural, Tomo I. São Paulo: Editora Abril, 1972.
- HALFIM, Miriam. O Língua-solta. Rio de Janeiro: Réptil, 2009.
- HONNORAT, S-J. Dictionnaire Provençal-Français ou Dictionnaire de la Langue d'Oc, Ancienne et Moderne, suivi d'un vocabulaire français-provençal. Digne, Repos, imprimeur-librairie-editeur, 1846.
- LEWIN, Boleslao. Los judios bajo la Inquisición en Hispanoamerica. Buenos Aires: Editorial Dedalo, 1960.
- LIMA, Oliveira. Formação histórica da nacionalidade brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- LIPINER, Elias. Gaspar da Gama: um converso na frota de Cabral. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- MAURO, Frederic. Les juifs dans le peuplement et la conquête des mers d'Europe et d'Amerique 1300-1900. Revue française d'histoire d'outre-mer, v. 87, n.326-327, pp.73-81. Paris: Persée Revues Scientifiques, 2000.
- MELO Jr, Maurício. Paranã-puca e o berço da Pátria. Recife: Edições Bagaço, 2008.

- MENDES DE ALMEIDA, Cândido. Memórias para a história do extinto estado do Maranhão (1860-74), Volume II. Rio de Janeiro: Nova Typ. de J. P. Hildebrandt, 1874.
- MICELI, Paulo. O Desenho do Brasil no Teatro do Mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- MOTA, Hélio (Org). Brasil redescoberto: volume I. Brasília: Editora Tempo Real, 1998.
- MOURA, Abdias. O sumidouro do São Francisco: origem dos conflitos no Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2002.
- PASTOREAU, Mireille. Le nouveau monde disputé. Brochura da exposição L'Âge d'Or des Cartes Marines, Bibliothèque Nationale de France. Paris: 2012 (disponível em www.expositions.bnf.fr/marine).
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Anais Pernambucanos v.5, p.87, e outros. Recife; Arquivo Público Estadual, 1952.
- PEREIRA, Paulo Roberto. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 185, n. 496, p.125-135, 2024.
- PIRES, Paulo Heliodoro. Figuras do Cenário Religioso do Brasil, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.232, 1956.
- Prefeitura da Cidade do Recife. Iconografia de Pernambuco – cartas, fortificações, aspectos urbanos. Prefácio de Marco Aurélio de Alcântara e Edson Nery da Fonseca. Recife: Pool Editorial Ltda, 1982.
- RAIZMAN, Isaac. História dos Israelitas no Brasil – desde o descobrimento até o fim do domínio hollandez. São Paulo: Editorial Buch-presse, 1937.

- RIBEMBOIM, Jacques. A origem do nome de Pernambuco – Parte I. Folha de Pernambuco, Recife: 15.09.2013.
- RIBEMBOIM, Jacques. A origem do nome de Pernambuco – Parte II (Conclusão). Folha de Pernambuco, Recife: 17.09.2013.
- RIBEMBOIM, Jacques. Pernambuco de Fernão. Caderno Opinião, Folha de Pernambuco, 10/03/2014. Recife, 2014.
- RIBEMBOIM, Jacques; RIBEMBOIM, José Alexandre. Uma Olinda Judaica. Recife: Bagaço, 2011.
- RIBEMBOIM, José Alexandre. As Comunidades Esquecidas. Recife: Oficina das Letras, 2002.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil”. *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo: Unicamp, 2005.
- RODRIGUES, José Honório. Alfredo Carvalho, vida e obra. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol 77, 1957-1964. Rio de Janeiro: 1964.
- Roteiro de Todos os Sinais, Conhecimentos, fundos, baixios, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o Cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães (códice), Edição Fac-similada do manuscrito da Biblioteca d’Ajuda, Lisboa. Introdução e notas de Melba Ferreira da Costa, diretora da Biblioteca da Ajuda, Tagol: Lisboa 1988.
- ROUBAUD, Jacques. 128 Poèmes... composés em langue française de Guillaume Apollinaire à 1968. La Biblioteque Gallimard, 2001.

- SALVADOR, José Gonçalves. Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978.
- SEREBRENICK, Salomão. Breve História dos Judeus no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Biblos Ltda, 1962.
- SILVA, J. Romão. Evolução do estudo das línguas indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.
- SOBREIRA, Caesar Malta. Nordeste Semita – ensaio sobre um certo Nordeste que em Gilberto Freyre também é semita. São Paulo: Global Editora, 2010.
- STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil, 1557. Tradução do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900.
- VARANDAS, Angelica. A Cabra e o Bode nos Bestiários Medievais Ingleses. In: Brathair-Revista de Estudos Celtas e Germânicos, pp 95-116. Londres: 2006.
- VASCONCELLOS, Simão de. Chronicas da Companhia de Jesus (1653), 2ª Edição, corrigida e aumentada, Lisboa: J. Fernandes Lopes, 1865.
- VAUTHIER, Louis. Casas de Residências no Brasil - Cartas, Introdução de Gilberto Freyre, In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v.7, pp 138. Rio de Janeiro, 1943.
- VILAR, Gilberto. O primeiro brasileiro. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- WIZNITZER, Arnold. Jews in Colonial Brazil. New York: Columbia University Press, 1960.
- WIZNITZER, Arnold. Os judeus no Brasil Colonial. Trad. Olivia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abreu, Capistrano de, p.74, 79
Albergaria, Antônio Soares de, p.75
Albuquerque, Brites de, p.17, 83, 96
Albuquerque, Jerônimo de, p.94, 95
Albuquerque, Jorge de, p.109, 123
Alencar, José de, p.44
Almeida, Cândido Mendes de, p.38
Amoedo, Rodolfo, p.44
Anchieta, Padre José de, p.40, 54
Andrade, Oswald de, p.50
Antônio de Noronha, Dom (prior do Crato), p.69, 75
Aragão, Fernão de, p.69
Araújo, Pizarro e, p.33
Arcoverde (Uirá Ubi), p.94
Awnsham & Churchill, p.53
Aynes, p.127, 128
Ayrosa, Plínio, p.40, 44, 51, 86
Barroso, Gustavo, p.86
Bellini, p.115, 116
Blaeu, Joan, p. 113, 125
Blaeu, Willem, p.57, 125
Bonne, Rigobert, p.117, 118, 127
Buchon, J. A., p.129
Bueno, Eduardo, p.67
Bussemacher, Johan, p.109
Cá Masser, Leonardo (Cha Masser), p.74, 76
Cabral, Alfredo do Valle, p.28, 30, 37
Cabral, Pedro Álvares, p.66, 67, 99
Caetano, Batista (Baptista), p.28, 30, 37, 40, 41

Callado, Frei Manoel, p.53
Câmara Junior, Mattoso, p.35, 49, 51
Caminha, Pero Vaz de, p.33, 99, 133
Camões, Luís de, p.29
Cantino, Alberto, p.26, 111
Cardim, Fernão, p.54
Carvalho, Alfredo de, p.49
Carvalho, Gilberto Vilar de, p.30
Casal, Aires do, p.33
Castella, Isabel de, p.69
Castro, Eugêncio de, p.88
Castro, Eugênio de, p.41, 42, 92, 98
Cavalcanti, Carlos Bezerra, p.100
Cavalcanti, Vanildo Bezerra, p.86, 87, 90
Cavério, p.26
Cendrars, Blaise, p.42
Coelho, Duarte (Arlo Koslio), p.16, 17, 19, 27, 33, 39, 41, 47, 51, 53,
72, 73, 74, 79, 83, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 109, 123, 133, 136
Coelho, Gonçalo, p.47, 76, 100, 111
Constancio, Francisco Solano, p. 34
Correia de Andrade, Manuel, p. 89, 95, 98
Costa, Pereira da, p.53
Coutinho, Vasco Fernandes, p.93
Couto, D. Domingos de Loretão, p.48, 79
Cresques, Jafuda, p.70
Cunha, Antônio Geraldo da, p.46
D. João III, p.39, 48, 75, 77, 83, 93, 97, 111
Danckerts, Justus, p.113
D'Ango, Jean, p.90
Dantas, Leonardo, p.26, 95
Darwin, Charles, p.117, 127
David, Pethes, p.85
Derveux, p.81

- Dias, Gonçalves, p.44
D'Orbigny, A., p.34
D'Ornizán, Bertrand, p.49
Du Val, Pierre, p.84, 85
Duperet, Jean, p.98, 99
Edelweiss, Frederico, p.41
Edwards, George, p.99
Figanière e Morão, Frederico Francisco Stuart de, p.23
Filho, João Câmara, p.73
Fonseca, Homero, p.45, 48, 49, 84
François I, p.78, 114
François II, p.114
Freyre, Gilberto, p.51, 53, 79, 91, 98
Fries, Lorens, p.43, 57
Fugger, Jakob, p.64, 74, 133
Gaffarel, Paul, p.89, 98
Galvão, Benjamin Franklin Ramiz, p.28
Galvão, Sebastião de Vasconcelos, p.26, 28, 30, 37, 98
Gama, Fernandes da, p.33
Gama, Gaspar da, p.66, 67
Gama, Vasco da, p.133
Gandavo, Pero Magalhães, p.54
Gastaldi, Giacomo, p.36, 57, 106, 109
Gaula, Amadis de, p.52
Glasman, Jane Bichmacher de, p.66
Gomes, Carlos, p.44
Gonçalves, Luzilá, p.30
Gonsalves de Mello, José Antônio, p.69
Gouveia, Cláudia, p.75
Guerra, Flávio, p.41, 92
Halfim, Miriam, p.29
Homem, Lopo, p.26, 43, 57
Hondius, Henricus, p.57, 125

Hondius, Jodocus, p.112, 113
Hugo, Victor, p.42
Jacques, Cristóvão, p.23, 26, 29, 97, 100, 101, 122
Jaganharo, Oscar, p.38
Jesus, Frei Raphael de, p.32
Krähenbühl, Olívia, p.75
Kunstmann, p.26, 43, 57
Lemos, Gaspar de, p.100, 111
Lewin, Boleslao, p.65
Lichthart, Jan Cornelisz, p.50
Lima, Oliveira, p.82
Linhares, Conde de, p.75
Lipiner, Elias, p.66
Lopes de Souza, Pero, p.37, 42, 48, 79, 89, 91, 92, 99, 101
Lopes, Sebastião, p.
Lostalot-Bachoné, p.
Luís XII, p.
Magalhães, Agamenon, p.
Magalhães, Fernando de, p.
Maggiolo, p.
Mallet, p.
Mallorca, Jácome de, p.
Malta, Ignacio José, p.
Manuel, Dom, p.
Maranhão, Metódio, p.
Maranhão, Prazeres, p.
Markgraf, Georg, p.
Marollo, p.
Martius, Philipp von, p.
Masip, Vicente, p.88
Mauro, Frederic, p.70
Medeiros, José Maria de, p.44
Meirelles, Victor, p.44

- Melo Jr, Maurício, p.79
Melo, Mário, p.44, 45, 49, 53
Mercator, Gerard, p.112
Miceli, Paulo, p.74
Montaigne-Rousseau, p.43
Montanus, Arnoldus, p.46, 50
Moraes, Mello, p.38
Moura, Abdias, p.79
Munster, Sebastien, p.43, 57
Noronha, Dom Antônio de, p.75
Noronha, Fernão de (Fernando, Fernam, Fernã, Ferdinand, Ferdinando, Fernadez, Loronha, Loronho, Loroña, Lorena), p.11, 15, 16, 18, 19, 27, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 92, 96, 97, 100, 105, 107, 111, 127, 133, 134, 136
Ortelius, p.123
Pacheco, Duarte, p.100
Parmentier, Jean, p.90
Pastoureau, p.78
Pellet, p.118
Pereira, Paulo Roberto, p. 42
Pereira, Ruy, p.17, 28, 96
Pereira da Costa, Francisco Augusto, p. 53
Picart, Bernard, p.66
Pinzón, Vicente, p.100
Pombal, Marquês de, p.35
Prazeres, Francisco dos, p.38
Quad, Matthias, p.109
Raizman, Isaac, p.67, 68, 77
Ramusio, Giovanni Battista, p.36
Reineis, p.26, 43, 57, 105
Reinel, Jorge, p.26, 27
Reinel, Pedro, p.26

- Ribeiro, Diogo, p.27
Ribemboim, Jacques, p.11, 12, 49, 73, 82, 92
Ribemboim, José Alexandre, p.46, 73
Rodrigues, Aryon Dall'Igna, p.54, 135
Rodrigues, José Honório, p.49
Rondinelli, Pero, p.74
Rosaccio, p.106
Roubad, p.42
Ruscelli, p.106, 107
Saint Blanchard, Barão de, p.49, 98
Salvador, Frei Vicente do, p.32, 46
Salvador, José Gonçalves, p.69, 70
Sampaio, Theodoro, p.42, 47
Serebrenick, Salomão, p.77
Setter, George Matthäus, p.125
Sieur D'Esnambuc, Pierre Belain, p.82
Silva, Leonardo Dantas, p.95
Silva, Romão da, p.55
Soares, Gabriel, p.24, 29, 38
Sobreira, Caesar, p.66
Sombart, Werner, p.65
Sousa, Martim Affonso de, p.93
Souza, Francisco Bernardino de, p.40
Staden, Hans, p.27, 47, 56
Tabira, p.94
Tasso, Girolamo, p.116, 127, 129
Teixeira, Bento, p.15, 17, 23, 24, 29, 30, 31, 96,
Teixeira, Luis, p.109, 122, 123
Valença, Alceu, p.53
Varandas, Angélica, p.69
Varnhagen, Augusto (Visconde de Porto Seguro), p.37, 48, 51,
53, 74, 76
Vasconcellos, Simão de, p.30, 32, 93

- Vau de Claye, Jacques, p.53, 120, 121
Vaugondy, p.115
Vauthier, Louis, p.86
Vespúcio, Américo (Amerigo Vespucci), p.26, 47, 55, 75, 100, 105,
111, 133, 134
Vicente, Gil, p.24
Vieira, João Fernandes, p.32
Villegagnon, Nicolas Durand de, p.78
Visscher, Nicolas (Piscator), p.125, 126
Waldseemuller, p.26, 57
Wells, p.59
Wisnitzer, Arnold, p.74, 75



Este livro foi confeccionado na
gráfica da Editora Universitária da UFRPE.

Capa em papel cartonado 250g/m²
Impresso em papel offset 90g/m²
Fonte principal: Minion Pro, 12,5pt

Pernambucano, nascido no Recife, Jacques Ribemboim é economista, engenheiro mecânico e engenheiro de petróleo. Possui os graus de Mestre em Economia Ambiental pela UCL (University College London) e Doutor em Economia pela UFPE.

Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Professor Visitante do Brooklyn College e Professor Convidado do Instituto de Estudos Políticos de Grenoble, na França, é membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e ocupa a Cadeira nº7 da Academia Pernambucana de Letras.

Autor de vinte e um livros, dentre os quais: “Mudando os Padrões de Produção e Consumo” (IBAMA), “Nordeste Independente” (Bagaço), “Economia da Pesca Sustentável no Brasil” (CNPq), “Um Forte sobre as Águas” (Babecco) e “História dos Judeus de Pernambuco” (CEPE).



O livro aborda a história de Pernambuco no período que antecede o das capitanias hereditárias. Valendo-se da questão etimológica acerca da origem do nome desse estado, o autor procura reconstituir todo um cenário da época, evidenciando teses novas e surpreendentes.

Para o autor, o nome de Pernambuco não provém do tupi, como alega a maioria dos historiadores, mas, sim, do próprio idioma português ou, talvez, do francês, sempre em alusão à figura emblemática de Fernão de Noronha, o rico financista de provável ascendência judaica, que arrendara o Brasil ao rei de Portugal durante o ciclo do pau-brasil.

É curioso observar como as grandes contendidas geopolíticas da Europa tiveram rebatimento nos confins do Novo Mundo, em cujas matas portuguesas, francesas, espanholas, inglesas e, tempos depois, também os holandeses disputavam cada palmo de território, firmando alianças com tribos locais ou simplesmente subjugando-as para o efetivo controle do espaço e exploração de suas riquezas.

